

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA
BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E
SEGURANÇA SOCIAL**

PRODUTO DE GESTÃO NO FORMATO DE DOIS ARTIGOS

- 1. AMPLIAÇÃO DA PERCEPÇÃO CIDADÃ DOS JOVENS DO ENSINO MÉDIO SOBRE POLÍTICA PÚBLICA: UMA EXPERIÊNCIA DE PESQUISA-AÇÃO EM COLÉGIO ESTADUAL DO MUNICÍPIO DE VARZEDO – BA**
- 2. PROTAGONISMO JUVENIL SOBRE A DINÂMICA DO PNAE POR JOVENS DO SEGUNDO ANO DO ENSINO MÉDIO DO MUNICÍPIO DE VARZEDO - BA**

Nilvania de Jesus Santos

**CRUZ DAS ALMAS- BAHIA
2020**

PRODUTO DE GESTÃO NO FORMATO DE DOIS ARTIGOS

1. AMPLIAÇÃO DA PERCEPÇÃO CIDADÃ DOS JOVENS DO ENSINO MÉDIO SOBRE POLÍTICA PÚBLICA: UMA EXPERIÊNCIA DE PESQUISA-AÇÃO EM COLÉGIO ESTADUAL DO MUNICÍPIO DE VARZEDO – BA

2. PROTAGONISMO JUVENIL SOBRE A DINÂMICA DO PNAE POR JOVENS DO SEGUNDO ANO DO ENSINO MÉDIO DO MUNICÍPIO DE VARZEDO - BA

Nilvania de Jesus Santos
Licenciada em Geografia,
Universidade do Estado da Bahia, Campus V 2009
Bacharel em Direito
Universidade do Estado da Bahia, 2014 Campus XV

Trabalho apresentado, sob a forma de dois artigos, ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Américo Almassy Junior

CRUZ DAS ALMAS- BAHIA
2020

FICHA CATALOGRÁFICA

S237a

Santos, Nilvania de Jesus.

Ampliação da percepção cidadã dos jovens do ensino médio sobre política pública: uma experiência de pesquisa-ação em colégio estadual do município de Varzedo – BA 2. Protagonismo juvenil sobre a dinâmica do PNAE por jovens do segundo ano do ensino médio do município de Varzedo – BA. / Nilvania de Jesus Santos. Cruz das Almas, BA, 2021.

89p.; il.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Américo Almassy Junior

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social.

. Política Social. 2. Educação 3. Cidadania. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrária, Ambientais e Biológicas. II. Título.

CDD: 361.61

Ficha elaborada pela Biblioteca Universitária de Cruz das Almas - UFRB. Responsável pela Elaboração - Neubler Nilo Ribeiro da Cunha (*Bibliotecário - CRB5/1578*)
(Os dados para catalogação foram enviados pelo usuário via formulário eletrônico.)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E
SEGURANÇA SOCIAL**

PRODUTO DE GESTÃO NO FORMATO DE DOIS ARTIGOS

- 1. AMPLIAÇÃO DA PERCEPÇÃO CIDADÃ DOS JOVENS DO ENSINO MÉDIO
SOBRE POLÍTICA PÚBLICA: UMA EXPERIÊNCIA DE PESQUISA-AÇÃO EM
COLÉGIO ESTADUAL DO MUNICÍPIO DE VARZEDO – BA**
- 2. PROTAGONISMO JUVENIL SOBRE A DINÂMICA DO PNAE POR JOVENS DO
SEGUNDO ANO DO ENSINO MÉDIO DO MUNICÍPIO DE VARZEDO - BA**

Comissão Examinadora da Defesa de
Nilvania de Jesus Santos

Aprovada em: ____ de _____ de _____

Prof. Dr. Alexandre Américo Almassy Júnior
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB
(Orientador)

Prof. Dr. Neilton da Silva
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB
(Examinador Interno)

Profª. Dra. Alicia Ruiz Olalde
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB
(Examinador Externo)

AGRADECIMENTOS

Ninguém pode entrar duas vezes no mesmo rio, pois quando nele se entra novamente, não se encontra as mesmas águas, e o próprio ser já se modificou. (Heráclito s/ a apud CHAUI, 2000, p. 138).

O Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB sem sobra de dúvidas foi uma experiência ímpar para mim, caracterizado por desafios, lutas, vitórias e saberes. De tudo isso, algo que mim marca é a compreensão de que esta experiência contribuiu para minha formação enquanto profissional e como pessoa.

Esta conquista foi alcançada com aportes de diversos sujeitos os quais tenho o prazer de agradecê-los pelas palavras de incentivo, orientações, sugestões, carinho e amor durante todo processo.

Portanto, cabe aqui agradecer as pessoas que de alguma forma incentivaram-me a alcançar meus objetivos, transformando sonhos em realidade.

Menos riscos eu teria se fizesse agradecimentos genéricos, mas ainda assim, não posso deixar de mencionar algumas pessoas que mim apoiaram nessa produção.

Reiterando as escusas de esquecer alguém, agradeço:

- A Deus que sempre tem conferido tantas graças.
- A minha família pelo carinho e apoio. Especialmente, a minha mãe por escutar meus desabafos, inquietações e sempre me acalmar.
- As minhas amigas, Mariana Carlos de Andrade Lyra, Andreza Sythia Virgolino Guimarães Germano, Erane Lemos Piton Neiva e Jucélia Oliveira Santos. Presentes que o mestrado me forneceu e que tenho enorme gratidão pelo companheirismo, risadas, aflições compartilhadas, enfim, por essas vivências.
- Meus colegas do curso de mestrado pelas discussões apresentadas sobre os diversos conteúdos, bem como pelo pelas palavras de incentivo.
- A todo corpo docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB pelos ensinamentos compartilhados.

- Meu orientador o Prof. Dr Alexandre Américo Almassy Júnior pelo carinho e dedicação nas orientações. Bem como por ter acolhido a minha pesquisa como se fosse sua, estabelecendo todos os encaminhamentos necessários.
- A banca examinadora Prof. Dr. Neilton da Silva e Profa. Dra. Alicia Ruiz Olalde pelas valiosas contribuições.
- .Aos participantes da pesquisa pelo acolhimento do projeto de intervenção, assim como pela dedicação na execução deste.
- As professoras de Ciências Humanas da Escola Estadual Nossa Senhora da Conceição pelo profissionalismo e amor dedicados a pesquisa.
- À direção e funcionários da Escola Estadual Nossa Senhora da Conceição pelo acolhimento e por acreditar na educação como possibilidade de transformação.
- Aos meus amigos Carlos André Sousa Silva, Dalvaci Mônica Silva de Jesus, Darlany Almeida dos Santos, Manoel Soares da Silva Junior, Reginaldo Pereira dos Santos e Rosimeire Barreto da Silva por acreditarem em mim, trazendo sempre palavras de incentivo e por compartilharem em diversos momentos as dificuldades encontradas neste caminhar, tornando-o mais leve.
- A Profa. Dra. Maria Antonia Brandão de Andrade e Anilde Andrade Esperança pelo apoio na fase inicial do mestrado com fornecimento de declarações sobre a minha formação profissional, necessárias para pleitear a vaga no mestrado.
- Ao amigo Dr.Otavio Mascarenhas Prazeres que juntamente comigo, utilizou os meios jurídicos necessários para a concessão da licença e desta forma, pudesse me dedicar com maior atenção a minha pesquisa. Além disso, sempre acreditou no meu potencial enquanto educadora e advogada.
- E todas as pessoas que possa, por ventura, ter esquecido e, portanto não tenham sido aqui expressamente nominadas.

Certamente como as águas do rio que não são iguais, pois se modificam constantemente, deixo o mestrado com outras perspectivas, desejos e com a reafirmação da esperança na educação e com o desejo de continuar lutando por dias melhores principalmente na seara educacional.

SUMÁRIO

Apresentação.....	07
Ampliação da percepção cidadã dos jovens do ensino médio sobre política pública: uma experiência de pesquisa-ação em colégio estadual do município de Varzedo – BA.....	10
Resumo.....	10
Introdução.....	11
O Projeto de Intervenção: trajetória percorrida e elementos de análises.....	19
Reflexões sobre os resultados do Projeto de intervenção.....	29
Considerações Finais.....	33
Referências.....	36
Apêndice 01: Modelos de Termos de Assentimento e Consentimento Livre e Esclarecido.....	39
Apêndice 02: Proposta de Projeto de Intervenção.....	40
Protagonismo Juvenil sobre a dinâmica do PNAE por jovens por jovens do segundo ano do ensino médio do município de Varzedo – BA.....	51
Resumo.....	51
Introdução.....	51
Caminhos metodológicos.....	55
Resultados e discussão.....	58
Percepções dos Jovens Anteriores à Implantação do Projeto de Intervenção.....	58
Revelações sobre o PNAE após a aplicação do Projeto de Intervenção.....	63
Considerações Finais.....	71
Referências.....	73
Apêndice 01: Modelos de Termos de Assentimento e Consentimento Livre e Esclarecido.....	76
Apêndice 02: Questionário para Diagnóstico.....	79
Apêndice 03: Entrevistas Realizadas pelos Jovens.....	81
Apêndice 04: Questionário de Avaliação.....	87
Apêndice 05: Roteiro da Rádio CENSC.....	88

APRESENTAÇÃO

Esse material contém dois artigos, apresentados ao Programa de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (PPGGPPSS) do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social.

Os artigos versam sob pesquisa originada de projeto que foi submetido e aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa da UFRB, sob nº 04727018.0.0000.0056. Os dois artigos são oriundos da pesquisa-ação desenvolvida no Colégio Estadual Nossa Senhora da Conceição, em Varzedo - BA, intitulados: **“Ampliação da percepção de jovens do ensino médio sobre política pública: uma experiência de pesquisa-ação em colégio estadual do município de Varzedo/BA”** e **“Protagonismo Juvenil sobre a dinâmica do PNAE por jovens do segundo ano do ensino médio do município de Varzedo/BA”**. O primeiro artigo será submetido à revista *Jornal de Políticas Educacionais*, publicada pelo Núcleo de Políticas Educacionais (NuPE) e pela linha de pesquisa em Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFPR), da Universidade Federal do Paraná (UFPR). O segundo artigo será submetido a revista *Perspectiva em diálogo*, Revista de Educação e Sociedade da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), *campus* de Naviraí (CPNV). A apresentação dos artigos no presente material seguirá portanto as orientações de cada um desses periódicos.

O primeiro artigo refere-se aos resultados de projeto de intervenção realizado no Colégio Estadual Nossa Senhora da Conceição, localizado em Varzedo/BA, como estratégia pedagógica para a sensibilização cidadã de jovens do ensino médio sobre política pública. O segundo é amparado na discussão sobre as implicações do projeto de intervenção realizado também nessa escola e tem como ponto basilar analisar o processo de apropriação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) pelos jovens de duas turmas do 2º ano da referida instituição. Ambos os artigos têm os mesmos grupos participantes: jovens de duas turmas de 2º ano e professores de Ciências Humanas do referido colégio.

A intencionalidade dos artigos é socializar a experiência da aplicação de projetos de intervenções em escolas de ensino médio, com escopo a favorecer uma possível utilização dessa metodologia para a ampliação da formação cidadã, realizada tanto dentro quanto fora das escolas. A técnica utilizada com o projeto de intervenção entende os jovens não como coadjuvantes, pelo contrário, traz a compreensão e valorização da criatividade e criticidade tão presentes nesses sujeitos. Toda metodologia nesse sentido compreende esses jovens como construtores dos seus saberes. Valorizar tais aspectos é uma forma de atender as dimensões previstas nos marcos normativos, como Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Parâmetros Curriculares Nacionais, entre outras, que deixam claro que a cidadania é construída e não imposta.

Encorajar os jovens para a participação de maneira mais efetiva vem se mostrando uma alternativa positiva para a aquisição dos quatros pilares da educação e do atendimento dos princípios pautados na cidadania. Em virtude disso, a escolha desse público para a participação do projeto de intervenção, que propiciou a construção dos dois artigos, vem justamente por entender o potencial desse público para a formação de uma sociedade melhor, pautada em uma cidadania mais ativa. Descaracterizar a visão preconceituosa que ainda rodeia o ser jovem é fundamental, quando se pensa em uma educação para libertação, como pontua Freire (1987).

Nesse sentido, é preciso que no ambiente escolar haja constantemente a construção de estratégias de fortalecimento da participação e do encorajamento dos jovens para que, de fato, a educação seja cada vez mais democrática e construída por seus atores.

Pensar o jovem como aquele capaz de construir, de se reconstruir e de se conduzir na sociedade é fortalecer uma educação para uma vida de promoção e formação cidadã.

Diante de todas as premissas levantadas aqui, o primeiro artigo tem como procedimento metodológico a utilização da pesquisa-ação, com o propósito de trabalhar com competências e habilidades que estimulem a cidadania. O segundo artigo também contou com o aparato da pesquisa-ação, através do desenvolvimento de projeto de intervenção, tendo como objetivo analisar o processo de apropriação

do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) pelos jovens de duas turmas do 2º ano da referida instituição.

A riqueza dos dados obtidos nos questionários aplicados com os jovens (questionário diagnóstico e de avaliação) e com a entrevista com educadores, realizados por meio da pesquisa-ação e do seu produto permitiu compreender que o uso do projeto de intervenção pode ser favorável ao êxito do processo de ensino e aprendizagem e contribuir para a formação cidadã dos jovens.

Nessa lógica, acredita-se que a maior contribuição da realização e aplicação deste projeto de intervenção é a compreensão de que os jovens são capazes de construir conhecimento, além de entenderem o seu real papel na formação de uma sociedade melhor, podendo e devendo se posicionar, compreendendo o ser jovem como protagonista de seu processo formativo.

Por conseguinte, fica evidente a importância da escola na promoção de espaços interativos, com uso de metodologias dialéticas, a exemplo do projeto de intervenção, com fomento ao favorecimento de uma aprendizagem que esteja além de adquirir conhecimentos, mas que estes jovens sejam capazes de produzi-los. Entende-se desta forma, a juventude em seu caráter plural, que se constrói pelo caminhar, uma construção pautada não por imposições, mas como possibilidades de liberdades para que esta juventude assuma uma postura crítica e criativa. Portanto, a perspectiva aqui apresentada compreende a juventude pela diversidade com um caráter portanto, plurifacetado e entende que as mudanças sociais podem ser construídas pela participação desses jovens no seu cotidiano.

Então, face ao exposto, a contribuição dos dois artigos é socializar a experiência exitosa advinda dos resultados da ação realizada na escola foco do projeto, como indicativos de que é possível a contribuição para a construção de cidadãos críticos e atuantes no ambiente escolar.

Ampliação da percepção de jovens do ensino médio sobre política pública: uma experiência de pesquisa-ação em colégio estadual do município de Varzedo/BA

Broadening the perception of high school youths about public policy: an action research experience in a state school in the municipality of Varzedo / BA

Ampliar la percepción de los jóvenes de secundaria sobre las política pública: una experiencia de investigación de acción en una escuela estatal en el municipio de Varzedo / BA

Resumo: O presente artigo deriva de pesquisa de mestrado profissional que busca apresentar os resultados de projeto de intervenção realizado no Colégio Estadual Nossa Senhora da Conceição, localizado em Varzedo/BA, como estratégia pedagógica para a sensibilização cidadã sobre políticas públicas à jovens do ensino médio. A abordagem do projeto de intervenção é qualitativa, desenvolvida a partir da estratégia da pesquisa-ação. Para a avaliação da intervenção, utilizou-se dois instrumentos de coleta de dados: os questionários com jovens de duas turmas do 2º ano do ensino médio e entrevistas semiestruturadas com professoras que trabalharam com o projeto. O estudo mostrou que a aplicação do projeto de intervenção contribuiu para a compreensão da importância de mecanismos de controle social pelos jovens, assim como para estimular a necessidade destes entenderem as políticas públicas. Utilizando este instrumento foi possível estabelecer paralelo entre os resultados do projeto de intervenção e a sensibilização dos jovens com relação às políticas públicas e, além disso, buscar estimular a práxis desses jovens como caminho para ampliar a cidadania tanto no ambiente escolar como fora dele. Almeja-se que este estudo possa contribuir para área educacional, possibilitando novos dimensionamentos no ensino, com foco na ampliação da conscientização cidadã sobre políticas públicas.

Palavras-chave: Educação; Cidadania; Projeto de ensino.

Abstract: This article derives from professional master's research which seeks to present the results of an intervention project carried out at Nossa Senhora da Conceição State School, located in Varzedo-BA, as a pedagogical strategy for citizen awareness about public policies for high school youth. The intervention project approach is qualitative, developed from action-research strategy. For the evaluation of the intervention, two data collection instruments were used: questionnaires with young people from two classes of the 2nd year of high school and semi-structured interviews with teachers who worked on the project. The study showed that the application of the intervention project contributed to the understanding of the importance of social control mechanisms by the youngsters, as well as to stimulate the need for them to understand public policies. Using this instrument, it was possible to establish a parallel between the results of the intervention project and the awareness of young people regarding public policies and, furthermore, to seek to stimulate the praxis of these young people as a way to expand citizenship both in the school environment and outside it. This study is expected to contribute to the educational area, enabling new sizing in education, focusing on the expansion of citizen awareness about public policies.

Keywords: Education; Citizenship; Teaching Project.

Resumen: El presente artículo se deriva de una investigación de maestría profesional que busca presentar los resultados de un proyecto de intervención realizado en el Colegio Estatal Nossa Senhora da Conceição, ubicado en Varzedo - BA, como una estrategia pedagógica para la conciencia ciudadana sobre

las políticas públicas de los jóvenes de secundaria. El enfoque del proyecto de intervención es cualitativo, desarrollado a partir de la estrategia de investigación de acción. Para la evaluación de la intervención utilizamos dos instrumentos de recolección de datos: los cuestionarios con jóvenes de dos clases del segundo año de secundaria y entrevistas semiestructuradas con maestros que trabajaron en el proyecto. El estudio mostró que la aplicación del proyecto de intervención contribuyó a la comprensión de la importancia de los mecanismos de control social por parte de los jóvenes, así como a estimular la necesidad de que comprendan las políticas públicas. Con este instrumento fue posible establecer un paralelismo entre los resultados del proyecto de intervención y la sensibilización de los jóvenes en relación con las políticas públicas y, además, tratar de estimular la práctica de estos jóvenes como una forma de expandir la ciudadanía tanto en el entorno escolar como fuera de él. Se pretende que este estudio pueda contribuir al área educativa, permitiendo nuevas dimensiones en la enseñanza, centrándose en ampliar la conciencia ciudadana sobre las políticas públicas.

Palabras clave: Educación; Ciudadanía; Proyecto de enseñanza.

Introdução

A identificação de estratégias de aproximação de conteúdos curriculares aos anseios e desejos de jovens pode contribuir para a formação de uma identidade e para o fortalecimento do reconhecimento destes, não apenas como receptores de informações, mas como atores capazes de transformar essas informações em novos conhecimentos, aliando teoria à prática, afinal, os jovens devem ser estimulados a atuarem como protagonistas de seu processo formativo. É premente, dessa forma, que se fortaleça nesses agentes sociais a consciência do seu poder, com a escola tendo importante papel de estímulo nesse sentido.

As escolas de ensino médio, repletas de atores com anseios e perspectivas diversas, devem ser o palco de incentivo a esse protagonismo juvenil. Entender os jovens como indivíduos portadores de identidades, saberes, desejos de mudanças e sonhos que devem ser estimulados é fundamental. A educação não deve ser encarada para a formação de corpos dóceis, como pontua Foucault (1987), ao contrário, a educação, em seu sentido amplo, e as instituições de ensino como instâncias dessa educação podem e devem fomentar debates sobre os problemas sociais e, mais do que isso, instigar a relação entre teoria e prática, possibilitando nesse espaço o debate constante que leve ao indivíduo a lidar com sua realidade não apenas como expectador.

De acordo Semicheche; Higa; Cabreira (2012) o protagonismo juvenil consiste na participação consciente dos jovens em atividades de caráter público com propósito de exercer constantemente a cidadania, ocupando, portanto a centralidade das atividades. Sendo assim, esses jovens poderão construir novos sentidos a seus projetos de vida

Desta forma, a escola deve ser arena de inspiração para a autonomia desses educandos, buscando ações que possam fortalecer a prática de cidadania, para que estes se percebam como agentes sociais. Contemporaneamente, se exige um cidadão com a visão ampla da sociedade, possuindo competências e habilidades para lidar com os desafios presentes nesta sociedade fluída, que sofre mudanças constantes, fruto do dinamismo social, econômico e político vivenciado. O jovem deve, nesse sentido, ser capaz de adquirir os quatros pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser (SILVA, 2008).

A escola, a partir do momento que produz o debate desmistificador, articulando teoria e prática, traz uma grande contribuição do que Freire (1987) pontua como “Ser Mais”.

A Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio (BNCC) – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) – situa nas competências gerais a importância de estabelecer o senso crítico e criativo, assim como adquirir responsabilidade e cidadania. A primeira competência aponta para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções. Portanto, menciona a dimensão de fortalecer a autonomia dos educandos, os quais poderão compreender-se com detentores de mudanças. A segunda competência incorpora o objetivo de agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Percebe-se que a nova BNCC (BRASIL, 2017) apresenta os preceitos estabelecidos na Constituição, nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, entre outros marcos normativos, apontando a formação cidadã como elemento principal. Porém cabe ressaltar que embora no corpo do texto esteja expressa essa dimensão de construção cidadão, as disciplinas de Ciências Humanas têm sido fragilizadas na BNCC, estas, todavia apresentam grande importância por trazerem provocações e inquietações fundamentais para instigar a criticidade dos jovens.

Com base nessas premissas e nas competências gerais da BNCC (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9.394/1996) foi desenvolvido um projeto de intervenção, junto a jovens de ensino médio do Colégio Estadual Nossa Senhora da Conceição no município de Varzedo/BA. Esse colégio atende ao ensino médio (turno

diurno) e à Educação de Jovens e Adultos (turno noturno) e é considerado, atualmente, um colégio de médio porte de acordo com a publicação em Diário Oficial da Bahia, de 8 de janeiro de 2019, através da portaria nº 10/2019, que trata da estrutura organizacional da Administração Pública e do Poder Executivo Estadual (BAHIA, 2019). A proposta do referido colégio, segundo seu Projeto Político Pedagógico (PPP) (BAHIA, 2018), consiste em proporcionar uma aprendizagem profícua, pautada na articulação da teoria à prática, como preconizada por Paulo Freire. Essa instituição dispõe de um mecanismo de envolvimento dos jovens, o colegiado escolar, entretanto, tal elemento de controle social apresenta ações tímidas que acontecem através das orientações do gestor e dos professores e não por iniciativas dos próprios discentes.

A escolha desse colégio para participar desse projeto de intervenção se deve ao fato de este ser o único estabelecimento de rede estadual no município e também local de trabalho da pesquisadora. Lá se percebe a necessidade de um maior aprofundamento sobre políticas públicas, como caminho para a promoção de um maior envolvimento do jovem na escola e no ambiente em que vive, buscando aproveitar da sua criatividade e potencial como meios para instigar a sua participação ativa em sua comunidade e, por consequência, melhorias educacionais.

O público escolhido corresponde à faixa etária de jovens, proposta pelo Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013), que traz o conceito de jovem como o indivíduo entre 15 e 29 anos. As Nações Unidas consideram jovem o indivíduo com idade entre 13 a 24 anos, já para o IBGE trata-se das pessoas com idade entre 14 e 24 anos. Por sua vez a Organização Mundial da Saúde (OMS) estratifica o jovem como indivíduos entre 15 e 24 anos de idade. Contudo, o termo ora sinalizado representa muito mais do que a dimensão de faixa etária. Filiamo-nos à concepção que expande esse conceito a dimensões culturais e sociais, entendendo como uma construção social e que é uma categoria fluída e mutável, o que é fundamental para ampliar as discussões sobre políticas com ênfase a partir do momento em que estes jovens representam mudanças e, portanto, pode impulsioná-las. Apesar de discordar das conceituações que estabelecem limites cronológicos, reconhece-se a necessidade de se delimitar a fase juvenil meramente porque essa fixação por idade é usada na construção de políticas públicas e compreensões estatísticas. Além disso, para organizar a discussão deste artigo, utilizou-se a terminologia “jovem” também para fazer referência aos estudantes.

Ressalta-se que para manter o sigilo dos jovens e educadoras participantes foram utilizadas as letras do alfabeto para substituir seus nomes. Além disso, buscando garantir os direitos dos adolescentes integrantes da pesquisa, empregou-se termos de assentimentos e consentimentos encaminhando cópias para seus responsáveis, como consta em APÊNDICE 1. O projeto fora submetido e aprovado no comitê de ética sob certificado de apresentação para apreciação ética (CAAE nº 04727018.0.0000.0056 e título: “Cidadania e políticas públicas: estímulo à participação dos jovens na dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE em um Colégio Estadual em um município do Recôncavo Sul da Bahia.” Buscando manter a proteção jurídica da imagem da criança e do adolescente, como garantem o artigo 5º, X da Constituição Federal e o Estatuto da Criança e Adolescente Lei nº 8.069/90, as imagens contendo o público participante foram inseridas sem identificações, com foco manter esse sigilo.

O município de Varzedo/BA, lócus deste trabalho, está localizado no território do Recôncavo, no estado da Bahia. Possui uma área territorial de 165km², com as coordenadas geográficas de 12º58’ de latitude sul do meridiano de Greenwich e 39º23’ de longitude. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), encontra-se na BA-026 (IBGE, 2010). Possui 9.109 habitantes distribuídos em 5.745 na zona rural e 3.364 na zona urbana, segundo dados de 2010.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) constitui-se com parâmetro para se pensar políticas públicas, pois apresenta a evolução das dimensões do desenvolvimento humano renda, longevidade e educação. Esse indicador, quanto mais próximo ao valor absoluto 1, indica maior desenvolvimento humano e quanto mais próximo de 0 sugere menor desenvolvimento humano. O município de Varzedo/BA apresentou evolução em seu IDHM de 1991 (0,303) a 2010 (0,586), todavia essa evolução está abaixo comparativamente da média nacional do IDHM que em 2010 foi de 0,727. É importante pontuar que a média do município se apresenta inferior aos índices nacionais de desenvolvimento, em todos os aspectos, pois a média da renda correspondeu a 0,581 e, na escala nacional, o índice foi de 0,739. No que tange à dimensão longevidade, tem-se 0,753 e, na média nacional 0,816. Na educação também se confirma que os índices são inquietantes, pois o município apresentou um identificador sintético de 0,461 enquanto a média dos municípios brasileiros foi de 0,637, segundo dados fornecidos pelo Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (IPEA, 2013).

Segundo o IBGE, a densidade demográfica de Varzedo/BA em 2010 foi de 40,16 hab/km². O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), nos anos iniciais do ensino fundamental (rede pública/2017), foi de 4,3, enquanto IDEB, nos anos finais do ensino fundamental (rede pública/2017), foi de 3,6 e, no ensino médio, foi 2,9, como apontam os dados oferecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (IDEB, 2017). Levando em consideração que a nota do ensino básico varia entre a escala de 0 a 10, com o desempenho satisfatório no IDEB correspondendo a nota igual ou superior a 6. Nesse sentido, há aspectos preocupantes no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que o IDEB do município tanto na rede municipal quanto estadual apresentaram-se abaixo de 6 pontos, o que requer ações que promovam reflexões para melhorar tais índices.

Diante de tais aspectos foi pensada a construção de um projeto de intervenção na Escola Estadual Nossa Senhora da Conceição, que é de rede estadual, buscando trabalhar com algumas fragilidades percebidas durante a aplicação de um questionário diagnóstico realizado com alunos de duas turmas do 2º ano. O projeto de intervenção (APÊNDICE 2) visou, portanto, estimular práticas cidadãs tanto no ambiente escolar como extramuros. Para isso, além de obter a participação dos jovens estudantes, contou-se com o apoio de professoras da área de Ciências Humanas do colégio.

Após apresentar a proposta de um plano de intervenção no referido colégio aos professores, coordenação e direção e ter a aderência dos professores de Humanas, foi constatado que seria necessário sondar os conhecimentos e as compreensões dos educandos sobre cidadania, direitos e deveres, políticas públicas, entre outros, e após isso, construir um projeto de intervenção frente à necessidade de sensibilizar os jovens sobre a sua configuração de sujeitos de direitos, para posteriormente eles se conscientizarem. Essa ação se baseou na concepção de que o diálogo com a comunidade local e especialmente com os jovens é uma forma de possibilitar à escola a escuta do outro que, muitas vezes, não é valorizado nesse ambiente.

Desse modo, após a elaboração, os professores aplicaram, durante três meses, o projeto pedagógico de intervenção, durante a primeira unidade do ano letivo, trabalhando com os temas “controle social”, “cidadania”, “políticas públicas”, entre outras, trazendo as bases teóricas para que os educandos pudessem compreender a relação entre essas categorias e como vivenciá-las.

O saber é construído de maneira coletiva, constante. Isso indica a necessidade de se fortalecer a interatividade entre os sujeitos, para que estes se sintam pertencentes e responsáveis pelo seu saber e, dessa forma, a aprendizagem se torne, além de prazerosa, significativa. Dessa forma, é evidente a necessidade de se fortalecer espaços de interações ao jovem, para que os conhecimentos apreendidos por esses na escola e fora dela tenham amplitude social. Promover essa compreensão ao jovem é essencial para a sua formação cidadã que, a partir disso, pode entender-se como protagonista do seu saber. É como assinala Paiva (2010):

Busca-se, atualmente uma nova forma de ações, atitudes que oportunizem diálogo entre a sociedade e os jovens, considerando as condições e o contexto social que permeiam o cotidiano desses jovens, buscando forma de linguagem acessíveis a sua compreensão, visando à participação efetiva desses jovens como construtores sujeitos/ativos desse processo, implicando em estimulá-los como facilitadores desse mesmo processo (PAIVA, 2010, p. 20).

O propósito da intervenção realizada objetivou contribuir para a conquista de uma cidadania que perpassa ao aspecto formal, colocando os jovens como protagonistas do seu saber e responsáveis por transformações sociais no lugar em que vivem, pois além de discutir sobre políticas públicas, os jovens construíram um produto final para ser distribuído em algumas instituições do município, com propósito de compartilhar o conhecimento desenvolvido. Pois “[...] é como seres conscientes que mulheres e homens estão não apenas no mundo, mas com o mundo” (FREIRE, 1981, p. 53).

É fundamental que os jovens da escola pública possam ser incentivados a posicionarem-se diante da realidade, ampliar seu conhecimento de mundo para poder transformá-lo. Nesse sentido, é pertinente que estes possam participar no acompanhamento das políticas públicas.

Nesse sentido, a pesquisa-ação que se constitui como metodologia para a construção do projeto de intervenção se ampara por compreender os sujeitos da pesquisa como cidadãos ativos. O método é utilizado tanto nas pesquisas sociais, como na seara educacional, como possível caminho para intervir e mudar realidades. Esse tipo de pesquisa busca intercalar teoria e prática (ENGEL, 2000).

A respeito da viabilidade da pesquisa-ação, entendendo-a como meio para sanar a lacuna entre teoria e prática, BARBIER (2002) aponta que:

O processo, o mais simples possível, desenrola-se frequentemente num tempo relativamente curto, e os membros do grupo envolvido tornam-se íntimos colaboradores. A pesquisa-ação utiliza os instrumentos tradicionais da pesquisa em Ciências Sociais, mas adota ou inventa outros. (BARBIER, 2002, p.56).

A metodologia proporciona o entendimento de que os atores envolvidos na pesquisa-ação possam tomar as rédeas do poder de participação e consigam participar ativamente de um processo de transformação da realidade. A pesquisa-ação é usada com propósito de atingir um resultado imediato. Assim: “[...], este tipo de pesquisa é, sem dúvida, atrativa pelo fato de poder levar a um resultado específico imediato, no contexto do ensino-aprendizagem” (ENGEL, 2000, p. 182-183). Contudo, a presente pesquisa propôs também proporcionar reflexões na busca de sensibilizar os jovens para que eles mesmos se conscientizem da sua função frente aos problemas que envolvem a sociedade.

Esse projeto de intervenção guia-se por algumas fases que tiveram como foco estimular a participação dos envolvidos. Foi a partir dessa constatação e, posteriormente, com a aplicação do questionário de diagnóstico com duas turmas selecionadas (turmas do 2º ano do ensino médio, no turno diurno) que se detectou a necessidade do trabalho com os temas “cidadania”, “protagonismo”, “órgãos de controle sociais” na seara educacional e políticas públicas.

A opção metodológica adotada no projeto de intervenção se deve ao fato desta possibilitar uma participação conjunta no processo de ensino-aprendizagem, entendendo os educadores e educandos como aprendizes e ensinantes.

Nesse sentido, cabe ao formador/pesquisador promover reflexões junto aos seus pares em contribuição para a transformação de pressupostos e práticas, e para a superação de visões simplistas e equivocadas presentes entre professores que ainda não concebem a escola como espaço de diálogo entre diferentes tipos de saberes e de construção de conhecimentos, e que, portanto, reduzem a atividade docente à mera transmissão de conteúdos previstos nos currículos oficiais (SANTOS; JACOBI, 2011, p. 270).

A intervenção contou com duas professoras que assumiram e concordaram em participar voluntariamente no projeto de intervenção, as quais são docentes das disciplinas de História, Geografia, Sociologia e Filosofia. Os jovens selecionados foram de duas turmas do 2º ano do ensino regular. Os dados foram obtidos por meio de

questionários aplicados juntos aos jovens e entrevistas semiestruturadas aos professores participantes do projeto de intervenção.

A perspectiva de sensibilizar os discentes, por meio da pesquisa-ação, com foco na sua conscientização cidadã sobre políticas públicas parece ousada, porém se mostra viável à medida que é um instrumento aplicado a um lapso temporal determinado.

Logicamente, é preciso que professores, coordenadores e direção busquem detectar quais habilidades e competências precisam ser construídas e, a partir disso, pensar ações estratégicas de atuação. É nesse sentido que a construção de um projeto de intervenção se justifica à medida que visa estabelecer ações focadas em um ou em alguns problemas e em um cronograma de atividades coletivas e integradas.

Neste trabalho entende-se projeto de intervenção como um projeto fundamentado na pesquisa-ação que pode estabelecer uma dialética entre pesquisa e ação com foco na transformação da realidade. No âmbito escolar, pretende contribuir para que os sujeitos possam produzir novos saberes.

O trabalho com projeto de intervenção, nesse sentido, se mantém como estratégia viável para atacar problemas específicos. No caso em evidência, os jovens mostraram compreender de maneira superficial os temas “cidadania”, “políticas públicas educacionais”, entre outros temas vinculados ao protagonismo juvenil, fundamental para a ampliação da conscientização cidadã.

O projeto escolar como forma de organização do trabalho pedagógico pode constituir-se em uma rica oportunidade para valorizar e promover a autonomia do professor, bem como para favorecer a colaboração e a integração entre pessoas, conhecimentos, disciplinas e metodologias. Por se desenrolar em meio às dificuldades inerentes ao cotidiano escolar e por propor a intencionalidade da ação escolar, seu desenvolvimento implica um exercício de articular teoria e prática, ideal e real, individual e coletivo, possibilidades e limites, num processo de reflexão-ação (SANTOS; JACOBI, 2011, p. 269).

Partindo dessa perspectiva, o presente artigo apresenta uma reflexão de como a escola pode ser espaço de formação cidadã que repercutirá na vida dos jovens educandos. Para avaliar os resultados do projeto de intervenção aplicado foi feito uso de questionários junto aos jovens de duas turmas do 2º ano e entrevistas semiestruturadas com professores que participaram do projeto. Os resultados da pesquisa com os sujeitos participantes foram submetidos à análise baseando nas suas falas, respostas dos questionários e embasamento teórico concernente às contribuições advindas das

respostas as perguntas abertas e entrevistas. Além disso, optou-se através do resultado da coleta de dados, realizar a discussão deste artigo sobretudo quanto a estas categorias: “Cidadania”; “Política Pública”; Participação”.

Por se tratar da pesquisa-ação e que tem um caráter qualitativo em que o pesquisador busca intervir dentro de um problema social e transformar realidade e no campo educacional, ampliar a capacidade de compreensão das práticas educativas, não se pretende aqui generalizar os resultados dessa metodologia, mas ressaltar a possibilidade do uso de projetos de intervenção como possível caminho na contribuição da ampliação cidadã.

Este trabalho foi organizado em duas partes: na primeira apresentou-se a metodologia utilizada, assim como o quadro teórico dessa metodologia; na segunda, tematizou-se os resultados da pesquisa, discutindo contribuições de teóricos sobre as categorias ora analisadas: participação, cidadania e políticas públicas.

O Projeto de Intervenção: trajetória percorrida e elementos de análises

Após apresentar a proposta de um projeto de intervenção intitulado “Cidadania e políticas públicas: incentivos ao protagonismo do jovem no Colégio Estadual Nossa Senhora da Conceição” na referida escola aos professores, coordenação e direção e ter a aderência dos professores de Humanas foi constatado que seria necessário sondar os conhecimentos e compreensões dos jovens sobre cidadania, direitos e deveres, políticas públicas, entre outras temáticas vinculadas ao protagonismo e, após isso, construir um projeto de intervenção frente à necessidade de sensibilizar os jovens sobre a sua configuração de sujeitos de direitos. Essa ação se baseou na concepção de que o diálogo com a comunidade local e, especialmente, com o jovem é uma forma de possibilitar à escola a escuta do outro que, muitas vezes, não é valorizado nesse ambiente.

Desse modo, após a elaboração do projeto, os professores o desenvolveram durante três meses, na primeira unidade do ano letivo de 2019, trabalhando com os temas: controle social, cidadania, políticas públicas, direitos e deveres, formação e participação em grêmios estudantis, colegiados escolares, protagonismo juvenil, entre outras temáticas, para que os educandos pudessem compreender a relação entre essas

categorias e como vivenciá-las, compreendendo a relevância de se estabelecer uma relação dialógica entre os envolvidos.

Com o intuito de conhecer os sujeitos e seus conhecimentos sobre a relação entre ampliação da conscientização cidadã e políticas públicas, bem como elaborar, desenvolver e avaliar um plano de intervenção, foi utilizado o questionário-diagnóstico, contendo perguntas abertas e fechadas sobre as temáticas ora sinalizadas e entrevistas através de perguntas vinculadas aos reflexos do projeto de intervenção.

Posteriormente a esse processo, iniciou-se por meio da atuação dos professores participantes, a realização de atividades previstas no projeto de intervenção, como trabalho com textos, vídeos, músicas, documentários, charges, imagens entre outros, enfatizando primeiramente, a compreensão de direitos e deveres dos jovens, articulando com os conteúdos da unidade. Após os jovens demonstrarem conhecerem tais temáticas e discutir em reuniões de Atividades Complementares (ACs) o andamento do projeto, achou-se melhor que as discussões teóricas fossem realizadas no período de um mês e, posteriormente, seria destinado ao trabalho de campo maior tempo, frente às demandas deste.

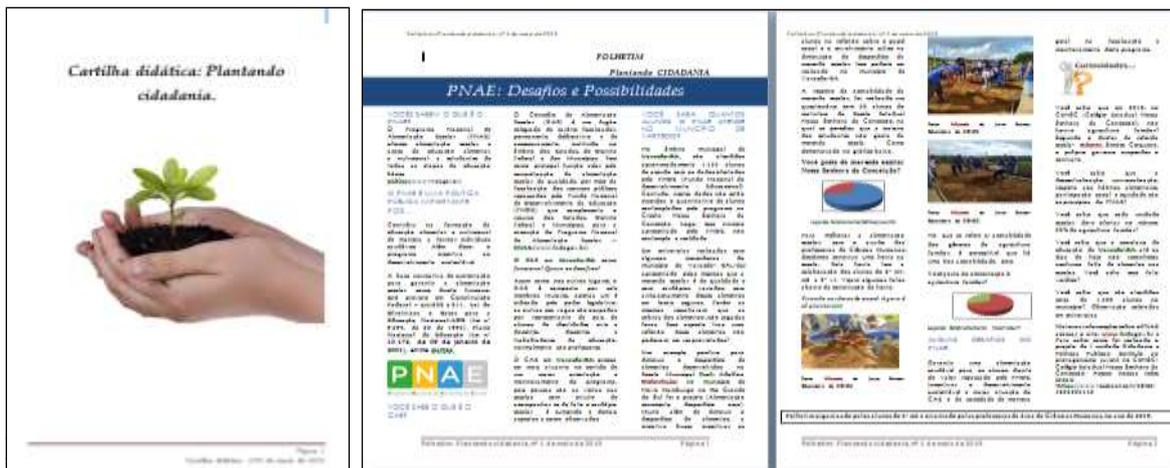
Antecedente ao trabalho de campo, os jovens foram organizados em grupos e, com o auxílio das professoras, construíram questões para serem aplicadas aos diversos segmentos sociais. Depois disso, apresentaram esses questionamentos na própria sala, com o intuito de que todos pudessem contribuir para a configuração de entrevistas que atendessem aos temas trabalhados em sala.

Em seguida ao entendimento de que muitos destes alunos já compreendiam de maneira mais ampla as temáticas, os jovens foram convidados a conhecer a realidade municipal mais de perto, indo a campo, em lugares nos quais pudessem perceber que suas ações provocam impactos no ambiente que vivem. Esse deslocamento a órgãos, como Câmara Municipal, Secretaria de Educação e instituições de ensino da rede municipal apresentava como foco estimular esses jovens a exercerem seu espírito crítico, uma vez que, anteriormente a esse processo, as salas focos da pesquisa foram divididas em grupos e cada um deles elaboraram perguntas vinculadas aos temas trabalhados. Sob orientação dos professores, cada grupo estaria visitando uma instituição, sondando informações e buscando correlacionar os conhecimentos discutidos com a realidade local.

Também foi a intenção do trabalho de campo incentivar que os jovens percebessem as implicações nas instituições participantes do projeto decorrentes da presença deles nestes locais, afinal, parafraseando o filósofo Heráclito: “Ninguém pode entrar duas vezes no mesmo rio, pois quando nele se entra novamente, não se encontra as mesmas águas, e o próprio ser já se modificou” (Heráclito s/ a apud CHAUI, 2000, p. 138). Dessa forma, mesmo que os educandos tenham contato constantemente com essas instituições, o seu olhar se difere quando há, de fato, a mediação do educador, indicando pontos que precisam ser observados, problematizações que devem ser feitas, enfim, quando há um trabalho orientado e que busca articular teoria à prática. Após, coleta de dados por meio de entrevistas e questionários, os jovens apresentaram o conteúdo sistematizado aos professores, em suas respectivas disciplinas. A intenção dessa atividade consistia em ampliar nos jovens a necessidade de problematizar a realidade, ou seja, conhecer de início para depois intervir conscientemente.

Além de apresentarem os dados obtidos na pesquisa de campo na sala de aula e para as demais turmas da escola, os jovens produziram materiais para serem divulgados nas instituições pesquisadas. Os produtos desenvolvidos foram cartilhas didáticas, séries de rádio (apresentadas no Colégio Estadual Nossa Senhora da Conceição) e folhetins (Figura 1).

Figura 1: Produções elaboradas pelos jovens de turmas do 2º ano do Ensino Médio do Colégio Estadual Nossa Senhora da Conceição participantes de projeto de intervenção: capa da Cartilha Didática e Folhetim.



Fonte: Acervo da autora

As produções desenvolvidas pelos jovens propiciaram novos olhares destes sobre a formação cidadã e, surpreendentemente, esses próprios discentes, além de realizarem as atividades propostas, resolveram construir uma horta escolar por meio da organização de uma escala de trabalho entre eles para cultivar a horta (Figura 2). Esse aspecto leva à percepção que, de fato, a compreensão sobre cidadania foi ampliada.

Figura 2: Horta cultivada por iniciativa dos jovens de turmas do 2º ano do Ensino Médio do Colégio Estadual Nossa Senhora da Conceição participantes de projeto de intervenção.



Fonte: Acervo da autora.

A atuação dos jovens participantes do projeto de intervenção, além de promover reflexos em suas ações, despertou o desejo de outras turmas da escola em também participarem da construção da horta.

A aplicação do questionário diagnóstico com o público participante possibilitou a compreensão de que embora muitos jovens percebessem a relevância de conhecimento dos seus direitos e deveres, quando questionados se conheciam seus direitos e deveres no colégio, a resposta foi positiva, uma vez que do total de 46 jovens, 97,8% afirmaram possuir tal conhecimento. Porém, quando solicitados a demonstrarem quais direitos seriam estes, apresentaram, em sua maioria, visões restritas, como pode ser verificado nos seguintes depoimentos:

- Acatar e respeitar as autoridades do colégio, seus colegas e funcionários. (JOVEM A).
- Assistir as aulas, tirar as dúvidas. (JOVEM B).
- Obedecer as ordens, assistir as aulas e etc. (JOVEM C).

É possível compreender que os educandos trazem uma consciência ingênua, como pontua Freire (1979), muito restrita do que seriam seus direitos e deveres. Em

nenhuma de suas falas eles se apresentam como protagonistas do saber e responsáveis em mudar a realidade local. Essa consciência ingênua se distancia do agir e refletir, pontos cruciais para a conscientização crítica apontada pelo autor.

Nenhum desses educandos pontuou que possui direito a participar do processo de ensino e aprendizagem no sentido de serem valorizados em suas opiniões, serem estimulados à participação, direito ao acompanhamento dos recursos gastos no ambiente escolar. Enfim, as respostas dos educandos foram vinculadas a deveres específicos à unidade escolar, sem uma consciência crítica, de entendimento de que eles são construtores do ambiente escolar e da sociedade.

Isso posto, percebeu-se a necessidade de aprofundar a reflexão sobre o tema “cidadania”, dado que a atualidade exige uma análise mais penetrada dos seus alcances e restrições. A própria LDB/96 (BRASIL, 1996), no artigo 36, aborda a necessidade de trabalhar com metodologias que incentivem a prática cidadã.

Art. 36, § 1º. Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre: [...] III - domínio dos conhecimentos [...] necessários ao exercício da cidadania (BRASIL, 1996, p. 18).

Assim como esse marco normativo, o artigo 35, inciso II apresenta a finalidade do ensino médio e pontua, entre outros aspectos:

Art. 35 O Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidade: I - a consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; III - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 1996, p. 18).

O desafio, dessa forma, consiste em estimular a participação e o protagonismo dentro e extramuros escolares, frente aos caminhos individualistas que a sociedade vem desenvolvendo. Muitas vezes, dentro do ambiente escolar, também não está clara a premência do incentivo a práticas de cidadania ou estas são conduzidas de maneira simplistas.

O fato é que as práticas de fortalecimento da cidadania devem ser contínuas e a compressão destes jovens não pode ser apenas vislumbrada no sentido de potenciais cidadãos. Pelo contrário, eles devem ser considerados como construtores dessa cidadania e, como tais, podem indicar também os caminhos a serem conduzidos. Afinal, uma escola democrática no seu real sentido, deve permitir que seus alunos se sintam como parte das práticas pedagógicas, que possam acompanhar, monitorar todo o processo educacional, inclusive as políticas públicas educacionais das quais são destinatários e a gestão da escola.

Uma gestão de fato democrática deve permitir que as relações sejam dialógicas e humanizadas de “falar com”, na perspectiva de Freire como pontuam Santos; Sales (2012)

A gestão democrática da escola, em uma perspectiva progressista, no seu objetivo precípua com a qualidade da educação, assume responsabilidade social de formar para a cidadania, portanto, o incentivo à participação, à circulação de informações e à viabilização de recursos para a formação e manutenção dos conselhos escolares, dos grêmios estudantis e das associações de pais e mestres são ações que demandam esforço, sobretudo, da equipe técnico-pedagógica da escola e dos seus professores, para o cumprimento dessa proposta política que ultrapassa os muros da escola e vai além do instituído (SANTOS; SALES, 2012, p. 176).

Uma gestão verdadeiramente democrática se constitui com espaço de interações, de debates, de socialização e construção do ser. Logo, essa gestão democrática vincula-se aos pilares da educação proposta pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

Alcançar os quatro pilares da educação não é uma tarefa fácil, requer um trabalho amplo e se desnuda de padrões estabelecidos em uma educação bancária, na qual apenas se transmite conhecimentos (FREIRE, 1987). E é nesse sentido, que o projeto de intervenção proposto figurou como possível caminho de incentivo a participação dos jovens na unidade escolar. Justamente porque a realidade vivenciada por muitos destes jovens é ainda permeada pela incipiente participação, sobretudo quando se analisa possibilidades de exercícios do controle social. A propositura do projeto visa desta forma, perpassar a compreensão dos conteúdos e caminhar para a formação do cidadão no sentido mais amplo possível.

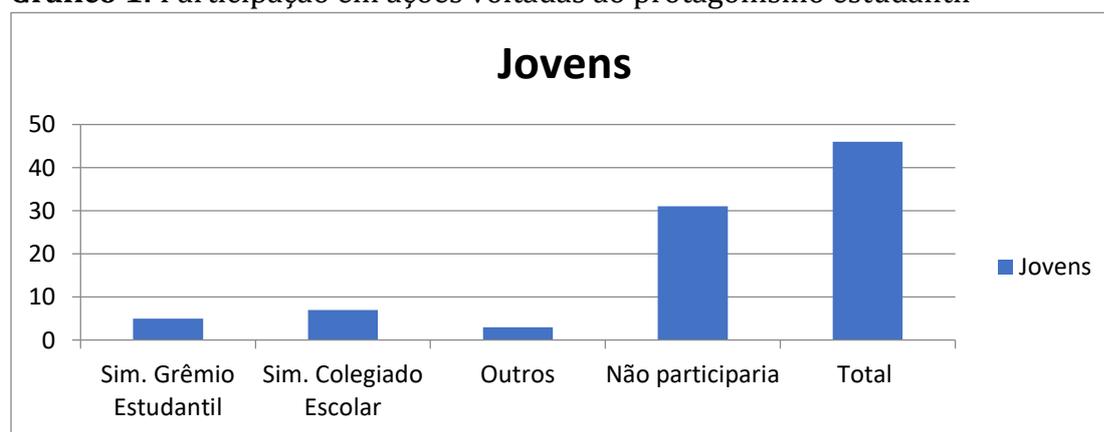
Quando questionados se consideram importante participar de ações de acompanhamento escolar, as respostas em sua maioria foram positivas, uma vez que

84,8% dos jovens participantes da pesquisa responderam afirmativamente a esse questionamento, porém, desse total, 26,1% não justificaram razões. Diante disso, tornou-se necessário aprofundar sobre essa temática, para que esses jovens adquirissem uma visão mais aprofundada sobre como o seu papel de cidadão perpassa o simples fato de conhecerem seus direitos e deveres, mas adquiriram um posicionamento crítico e atuante.

Através da aplicação do questionário-diagnóstico, percebeu-se que a maioria não participaria de órgãos de controle social, pois do total de 46 jovens, 83% participariam dessas ações e 17% não apresentaram interesse.

Entretanto percebe-se que ao trazer uma questão mais específica, indicando alguns órgãos de controle social, foi detectado que aproximadamente 10,9% participariam de grêmios escolares, 15,2% de Colegiado Escolar e 6,5% de outros órgãos de controle social. Porém, 67,4% dos jovens não participariam. Considerando os dados obtidos no diagnóstico do projeto de intervenção é possível compreender que, embora considerem importante participar no acompanhamento de ações na escola, como grêmios estudantis e colegiados escolares, a maioria não participaria desses órgãos de controle social, o que evidencia o quanto é relevante trabalhar com as temáticas de estímulo à cidadania, articulando teoria e prática, fortalecendo uma visão de cidadania freireana, a qual concebe a cidadania atrelada à práxis, como forma de propiciar a libertação (FREIRE, 1977).

Gráfico 1: Participação em ações voltadas ao protagonismo estudantil



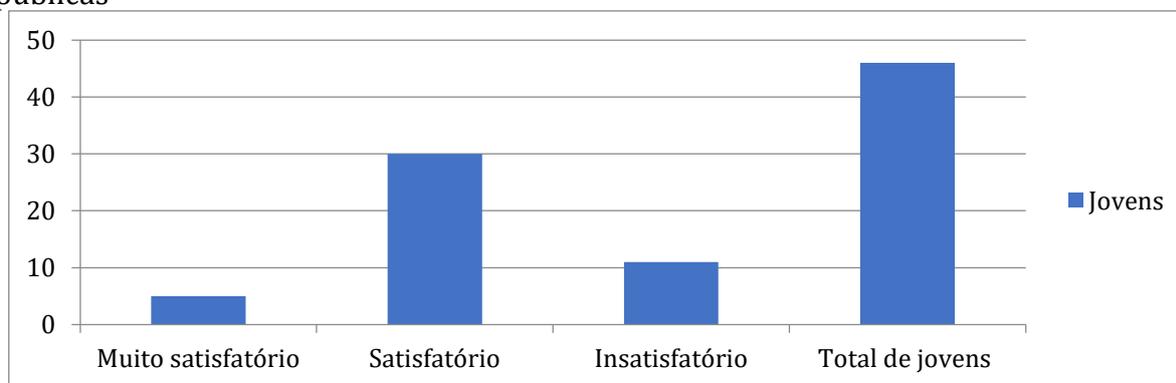
Fonte: Elaboração dos autores (2019).

Nesse viés, é fundamental debruçar sobre essas temáticas e, mais do que isso, os educadores problematizarem como a participação desses jovens é basilar para a consolidação de uma escola cada vez mais democrática. Afinal, para isso as instituições de ensino podem e devem fomentar o debate de maneira crítica, desmistificadora, pois recorrendo a Freire (1992, p. 25): “[...] além de um ato de conhecimento, a educação é também um ato político. É por isso que não há pedagogia neutra”.

O jovem do ensino médio traz consigo um poder de liderança, participação que pode ser ampliado quando há liberdade para atuação nesses espaços, há consequentemente cada vez mais ambientes democráticos que propiciam um olhar mais amplo da realidade. E é esse olhar amplo que busca entender constantemente as transformações sociais, os desafios contemporâneos, as políticas públicas e como são construídas as arenas políticas formadas que estão previstas nos documentos legais e que deixam claro que se pretende alcançar um jovem motivado e entendedor do seu papel social. O jovem deve, ao final do ensino médio, ser capaz de compreender além do que está visível, ser um cidadão problematizador e atuante.

A maioria dos jovens considera que as políticas públicas são importantes para melhorias sociais. Esse aspecto foi evidenciado no questionário-diagnóstico, uma vez que, quando perguntados se consideram as políticas públicas relevantes para melhorias sociais, a maioria dos educandos sinalizou que sim, como pode ser observado no gráfico abaixo, pois do total de 46 jovens, 11% consideram seus conhecimentos muito satisfatório, 65% consideram satisfatório e 24% insatisfatório, como sinaliza o gráfico 1.

Gráfico 2: Percepções dos jovens sobre seus conhecimentos acerca das políticas públicas



Fonte: Elaboração dos autores (2019).

Ficou evidente a necessidade diante do questionário-diagnóstico de aprofundamento nas temáticas “cidadania” e “políticas públicas” com o intuito de fomentar o debate mais problematizador com possíveis ações pautadas na ampliação da conscientização cidadã, pois mesmo que estes jovens, em sua maioria, entendam seus conhecimentos sobre a temática como sendo satisfatória, há um percentual que reconhece a necessidade de maior aprofundamento. A escola como instância acolhedora deve trabalhar em busca de alcançar a totalidade.

Nesse sentido, torna-se premente incentivar práticas cidadãs no ambiente escolar e fora dele, pois além de ser um compromisso ético, é um dos objetivos previstos no Projeto Político Pedagógico do colégio participante, na LDB/96 e outros documentos e instrumentos infraconstitucionais. É como elucida Ferreira (2012), ao falar que a forma com que as instituições de ensino interagem com os jovens pode ou não favorecer o protagonismo juvenil. Sendo assim, os adultos podem e devem promover ações que tenham condição de inquietar os jovens a refletir sobre suas ações e, mais do que isso, protagonizar ações.

[...] o jovem necessita encontrar respostas para suas inquietações, mas é fundamental que estabeleça uma parceria com os adultos nos problemas do cotidiano, sem a qual a educação sistemática não se efetua. Nesse sentido, o próprio adulto tem de disponibilizar espaços facilitadores para a sua participação efetiva na dinâmica social de uma tessitura em rede, com preocupações para atuar, contribuir, aprender a se transformar mutuamente (FERREIRA, 2012, p. 59).

Nesse olhar, a escola é um dos ambientes de construção de sujeitos sociais, da formação de rede que pode fortalecer o protagonismo juvenil. Afinal, os discentes possuem conhecimentos, trajetórias e conhecimentos que devem ser valorizados, pois “[...]. A aprendizagem e a educação se processam não somente de maneira formal, mas também no contexto da prática do cotidiano, a maior parte das vezes dialogando com o outro” (BONIN, 2008, p. 93).

Para nós o/a professor/a, assim como o/a gestor/a da escola, são figuras-chave do projeto de escola democrática e de democratização da educação, uma vez que no seio da instituição escolar, são os principais fomentadores das políticas educacionais, entendendo que estas não se dão só na esfera macro, mas acontecem no cotidiano da sala de aula e da escola, através de concepções, práticas, propostas e exemplos concretos (SANTOS; SALES, 2012, p. 176)

No bojo desses contributos, nota-se que na escola o debate desse fazer histórico e social do ser humano, como cidadão dinâmico, atuante, deve ser algo cotidiano. Daí que é cada vez mais necessário aprofundar e solidificar no seio escolar, órgão de promoção de espaços democráticos, o conhecimento mais aprofundado sobre esses instrumentos, desenvolvidos em sala de aula. Tais elementos podem ser relevantes para mudanças de opinião. A respeito desse aspecto, Bonin (2008, p. 97) argumenta que: “[...] A educação pode incentivar o sujeito, através do diálogo, fazer escolhas sobre o rumo de suas ações no espaço e no tempo do contexto cultural. É importante tornar-se consciente das suas tradições e rotinas inconscientes”.

O Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI estabelece a importância da educação e dos sistemas educativos para tentar lidar com os grandes desafios que se constituem vida em uma sociedade fluída como a atual, estabelecendo a importância do exercício da cidadania (DELORS, 1998).

Cabe à educação fornecer às crianças e aos adultos as bases culturais que lhes permitam decifrar, na medida do possível, as mudanças em curso. O que supõe a capacidade de operar uma triagem na massa de informações, a fim de melhor interpretá-las, e de reconstituir os acontecimentos inseridos numa história de conjunto (DELORS, 1998, p. 68).

A escola, nesse viés, deve ser intermediadora no sentido de transformar informações em conhecimento e este, posteriormente, gerar ações estruturadas e conscientes dos jovens na sua localidade, entendendo-se como construtores sociais.

Os sistemas educativos devem dar resposta aos múltiplos desafios das sociedades da informação, na perspectiva de um enriquecimento contínuo dos saberes e do exercício de uma cidadania adaptada às exigências do nosso tempo (DELORS, 1998, p. 68).

A tarefa das instituições de ensino certamente não é fácil. Pelo contrário, requer ir muitas vezes, em contramão a interesses outros de formação de corpos dóceis, como pontua Foucault (1987), de estímulo a não participação ou a uma participação para atender os preceitos legais, mas sem uma consciência do seu ser, das dimensões sociais, políticas e econômicas de uma atuação guiada para o “Ser Mais”. Essa dificuldade apontada poderá ser sanada quando de fato, na escola, estejam claros os papéis de cada

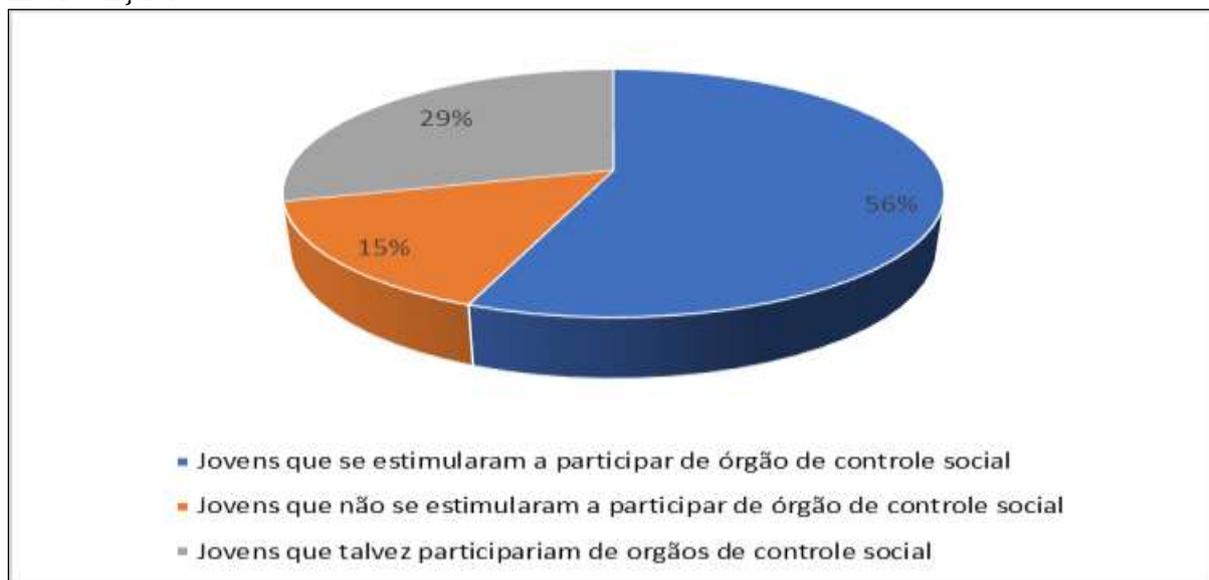
ator social que compõem essa instituição. Talvez, entender os jovens como portadores de criticidade e capacidade de propor, buscando soluções, seja um dos caminhos.

Reflexões sobre os resultados do projeto de intervenção

O ato de avaliar requer, segundo Luckesi (2000), dois aspectos compartilhados: diagnosticar e decidir. Desse modo, a partir do diagnóstico realizado e tendo os dados desse projeto chegou-se ao momento de estabelecer a qualificação, ou seja, o que se pretende avaliar (os dados primários foco da avaliação). No caso em evidência, trata-se de um comparativo a partir dos resultados do projeto de intervenção realizado como estratégia pedagógica para a sensibilização cidadã sobre políticas públicas de jovens do ensino médio. Entende-se, através do pensamento de Luckesi (2000), que a avaliação pode tornar as ações de ensinar e aprender bem-sucedidas.

É possível perceber que após o projeto de intervenção houve uma mudança considerável sobre o desejo de participar, pois a maioria dos jovens afirmou que participaria de órgãos de controle social, como pode ser verificado no Gráfico 3.

Gráfico 3: Disposição dos jovens em participar de órgãos de controle social como grêmios estudantis, colegiados escolares e outros após participação no projeto de intervenção.



Fonte: Elaboração dos autores (2019).

Diante dos dados tabulados, percebe-se que, do total de 45 jovens participantes, 56% participaria de órgãos como: grêmios, colegiados escolares e outros, 15% não participaria e 29% talvez participaria.

De acordo com o exposto, percebe-se que as ações promovidas pelo projeto de intervenção propiciaram um novo olhar dos jovens frente à participação em órgãos de controle social, afinal, anteriormente os jovens, embora conhecessem a relevância, em sua maioria não possuíam o desejo de se envolver efetivamente nesses órgãos. Após aplicação do projeto houve o aumento considerável do desejo de participar, pois 56% afirmaram manifestaram interesse em participar e 26% desses jovens passaram a considerar a possibilidade de participação, enquanto que antes da aplicação do projeto apenas 35% dos jovens manifestaram interesse pela participação nestes espaços. Dito isto, cabe à instituição de ensino fortalecer os debates sobre a participação tanto nesse ambiente como extramuros escolares. Sendo assim, a sensibilização deve ser constante para que cada vez mais haja a resignificação de conceitos e práticas. E daí vem uma indagação: quais estímulos em prol da participação cidadã estão sendo destinados aos jovens?

Nesse sentido, o educador que lida diretamente com os discentes tem um papel relevante na sua formação, na transformação do simples pensar, em práxis, como afirma Freire (1997), pois segundo o autor, quando de fato os discentes conhecem, podem atuar de forma mais crítica, e consciente já que tendem a se comprometer com a própria realidade. É possível afirmar que, para Freire (1997), a formação cidadã está vinculada ao ato de compreender e atuar.

Nesse sentido, as reflexões promovidas por Freire (1998) evidenciam a necessidade de que o cidadão seja epistêmico, crítico histórico, situado no tempo e no espaço e que, ao transformar a realidade, transforma a si mesmo. Portanto, a consciência crítica não se separa do contexto da vida e da ação transformadora do homem (BONIN, 2008). Dessa forma, os projetos escolares, a exemplo do projeto de intervenção, são importantes para incentivar o posicionamento crítico e fortalecer a cidadania (SANTOS; JACOBI, 2011). É preciso ponderar que as mudanças não advêm de grandes conquistas, mas daquelas que se materializam na realidade local.

Jacobi (2000) também vê a educação como processo importante para a participação e fomento da cidadania, quando aduz que a consolidação de práticas

participativas no ambiente escolar e na educação, de maneira geral, se consolidam nos espaços formais e não formais e podem ser instrumentos de ativação de potenciais de participação para, posteriormente, ampliar essa participação de maneira conscientemente.

Para Delors (1998), a educação básica deve instigar o desejo constante de aprender, o que requer entender os indivíduos como cidadãos em constante construção e formação. Destarte, “a educação básica bem-sucedida suscita o desejo de continuar a aprender. Este desejo leva a continuar os estudos no seio do sistema formal de ensino, mas os que o desejarem devem, também, poder ir mais além” (DELORS, 1998, p. 105). É necessário, além de observar os resultados imediatos, identificar quais proposituras futuras estamos criando no seio escolar, para que os jovens possam ser guiados pelos educadores e, quando não estejam com estes, possam aprender a Ser, ou seja, é evidente a necessidade de que os jovens possam adquirir os quatros pilares da educação.

Após aplicação do projeto de intervenção foi possível perceber que houve uma sensibilização dos discentes sobre as políticas públicas, assim como os jovens evidenciaram o desejo de participar de ações que requeiram seu protagonismo.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNs) trazem a educação como elemento importante na construção do cidadão. Esse aspecto vem expresso em todo corpo do texto, com destaque ao falar da área de Ciências Humanas. Quando assim, aduz:

[...] deve-se desenvolver a tradução do conhecimento das Ciências Humanas em consciências críticas e criativas, capazes de gerar respostas adequadas a problemas atuais e a situações novas. Dentre estes, destacam-se a extensão da cidadania, que implica o conhecimento, o uso e a produção histórica dos direitos e deveres do cidadão e o desenvolvimento da consciência cívica e social, que implica a consideração do outro em cada decisão e atitude de natureza pública ou particular (BRASIL, 2000, p. 21).

A teoria por si só não leva à transformação social, porém, pode contribuir para essa transformação, à medida que apropriada por aqueles que vão fazer, com seus atos, essas modificações (VAZQUEZ, 1977).

Freire (1997) pontua que o ensino-aprendizagem deve ocorrer de forma dialética e, ao propor que o cidadão deve estar com o mundo e não simplesmente no mundo, deixa claro a sua noção de cidadania atrelada à noção de autonomia e práxis.

Essa compressão é reforçada pela LDB/96 que apresenta no Art. 3º que “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber [...]” (BRASIL, 1996, p. 7).

Ao discorrer sobre a educação como elemento social e político para cidadania, Bonin (2008) enfatiza que a ação pedagógica nas escolas deve ser direcionada à libertação. Dessa forma, supõe o indivíduo como sujeito crítico atuante, epistêmico e que poderá superar a visão ingênua para adquirir uma visão profícua da sociedade (BONIN, 2008).

É por acreditar no poder da atuação humana, entendendo o indivíduo como um ser inacabado e que constantemente aprende e ensina, que Freire (1997) aponta a educação como processo de continuidade e mudança desse indivíduo, responsável por sua transformação através da mediação de outros. Contudo, esclarece que essa formação não acontece isoladamente, pois “O homem não é uma ilha. É comunicação. Logo, há uma estreita relação entre comunhão e busca” (FREIRE, 1997, p. 4).

A práxis educacional quando, de fato, produz a sensibilização cidadã, traz uma reflexão aliada à prática. Nesse olhar, o ser humano pode se refazer, construir-se continuamente e a educação pode ser um motor dessa sensibilização, quando contribui para provocar uma análise crítica de sua estadia do mundo (FREIRE, 1987).

A percepção do trabalho realizado coletivamente através do projeto de intervenção foi evidenciada pelas professoras participantes. Uma delas argumentou que:

[...] na verdade primeiro eles conheceram a parte teórica, que isso é importante, a gente não pode cobrar o que a gente não conhece e segundo, perceber o papel dele, a importância do papel deles como protagonistas [...]. Eles também perceberam e entenderam a importância dele, enquanto cidadão, enquanto aluno, na execução e na fiscalização e acompanhamento (PROFESSORA A).

Partindo de todas as premissas levantadas e discutidas aqui, é possível perceber que o ensino, quando guiado por práticas de estímulo à cidadania, pode ser um mecanismo de ampliação da mesma dentro e fora do espaço escolar. Assim, “o conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer uma ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção” (FREIRE, 1992, p. 27).

Dessa forma, o conhecimento vem articulado ao diálogo e ao reconhecimento do ser como portador de identidade, de posicionamentos e de atitudes. Logo, Freire diz que a escola deve fugir dos conteúdos descontextualizados e pautados em uma alienação, fruto de uma educação bancária, na qual se coisifica os jovens. Nesse viés, o conhecimento é construído de forma limitada. Porém, Freire, em seus escritos, convida a outra forma de educação pautadas na libertação do indivíduo, da sua condição de expectador para o ator social.

Essa ordenação nos permitiu compreender que a prática do projeto de intervenção é uma metodologia viável e adequada ao objetivo da pesquisa, permitindo, de início, provocar reflexões e ações dos educandos e, mais do que isso, ao inserir ações como entrevistas e questionários com os diversos agentes do ambiente escolar e assim, como alguns grupos da comunidade do entorno, percebeu-se, que o presente projeto pode ampliar a conscientização cidadã de outros autores para além do ambiente escolar.

Diante disso, as práticas escolares devem ser constantemente ressignificadas, atendendo os diversos atores sociais que compõem a escola e devendo empoderá-los. A partir disso, provavelmente haverá a ampliação da conscientização cidadã, tornando-os questionadores e problematizadores da estrutura do poder vigente. Nesse sentido, uma das contribuições relevantes do projeto de intervenção foi cooperar para que os discentes experimentassem extramuros escolares e compreendessem como os conteúdos científicos aplicados em sala de aula podem ser visualizados e praticados fora do seio escolar. Motivá-los a dar sentido a esses conteúdos é de suma importância para uma aprendizagem significativa. Conhecer, na prática, a realidade com suas facetas, dramas e conquista é uma das missões da educação.

Considerações Finais

Ambicionou-se, neste artigo, apresentar os resultados do projeto de intervenção realizado no Colégio Estadual Nossa Senhora da Conceição, em Varzedo/BA, como estratégia pedagógica para a ampliação da conscientização cidadã sobre políticas públicas de jovens do ensino médio.

Ficou evidente que o trabalho com projeto de intervenção se constituiu em uma metodologia que pode colaborar para adquirir resultados específicos, em um curto período de tempo, o que é importante quando se pensa em atingir um público específico.

Isto posto, percebe-se que a presente metodologia pode e deve ser usada no ambiente escolar, promovendo reflexões que não se restrinjam aos discentes. Portanto, essa metodologia, por promover ações tanto do educador quanto do discente, gerando ações de promoção da práxis, é bem-vinda nas instituições de ensino.

E é nesse sentido que as instituições de ensino, como instâncias de formação cidadã, devem estimular a criticidade nos educandos, entendendo-os como seres protagonistas que, ao serem formados, acabam formando também.

Nesse prisma, o projeto de intervenção é mais uma forma de propiciar a atuação destes educandos para que seus conhecimentos possam perpassar o ambiente escolar. O educador e todos vinculados à educação devem despertar esse olhar de pertencimento e autonomia nos educandos, para motivá-los a naturalizarem o fato de participar, de se envolverem com as questões que os afetam, como as políticas públicas, ligadas à educação, por exemplo, entendendo-se como interlocutores destas.

É nesse sentido que o projeto de intervenção fruto da pesquisa-ação foi construído, entendendo os educandos como sujeitos de transformação. Toda a metodologia foi utilizada articulando teoria e prática, buscando, portanto, atingir a “práxis”. E, além disso, o próprio projeto de intervenção traz a necessidade de uma reflexão da práxis educativa, buscando a compreensão da continuidade do trabalho de estímulo à cidadania. Os professores demonstraram conhecer a relevância de estimular práticas cidadãs dos seus jovens.

É possível perceber através da realização de questionários com educandos e entrevistas com educadoras que a sensibilização destes pode acontecer quando a escola promove ações de fortalecimento da autonomia dos jovens, na qual eles comecem a entender-se como seres ativos e responsáveis também pela mudança social. O empoderamento dos jovens educandos é um dos caminhos quando se pensa em mudanças benéficas na sociedade. Os conhecimentos trabalhados nas escolas devem ser âncoras para se construir ou fortalecer esse protagonismo.

Assim, talvez a importância maior do projeto de intervenção tenha sido lançar a semente nos jovens, foco do projeto, e nos educadores da instituição, de que a articulação entre teoria e prática são fundamentais para ampliação da sensibilização e uma possível conscientização cidadã. Nesse sentido, muito mais expressivos e relevantes

do que os resultados imediatos, o projeto de intervenção lançou ações que envolveram o pensar crítico à possibilidade de emancipação dos jovens.

A educação aos olhos de Freire pode influenciar e incentivar os sujeitos a fazerem escolhas, e isso ocorre através do diálogo. No ambiente escolar, a valorização dos diversos saberes e inquietações é símbolo da compreensão de uma educação para transformação, libertação, emancipação.

O projeto de intervenção deve ser entendido como processo que não se encerra no momento da culminância, pelo contrário, deve ser o motor para se pensar outras ações de continuidade.

Nesse sentido, o chamamento é para se pensar as práticas educativas, como caminhos para ampliar a conscientização dos jovens e, portanto, a sua emancipação enquanto sujeitos de direitos. Mais do que os resultados imediatos promovidos pelo projeto, talvez a maior riqueza seja a inquietação despertada. Muitos jovens apresentaram o desejo de continuação de algumas ações desenvolvidas durante o projeto e de ampliar seus conhecimentos sobre políticas públicas, pois o ser humano independente e consciente está aberto às mudanças e faz revisões constantes, busca refletir sobre suas práticas e entender que dentro da teia social deve ter um papel de protagonista.

Acredita-se que, frente às novas demandas e anseios sociais, é preciso ressignificar o contexto escolar e suas práticas, com o intuito de que este cada vez mais amplie o espaço da formação humana, para a emancipação dos jovens, entendido como seres históricos-sociais que, ao transformar a sua realidade, se transformam também. Dessa forma, o projeto de intervenção oportunizou a ampliação da conscientização cidadã dos jovens do colégio foco de análise.

Faz-se necessário, porém, ressaltar que o trabalho com projeto de intervenção, que surgiu diante da pesquisa-ação desenvolvida na escola participante, não é uma receita pronta e posta para ser aplicada nas escolas igualmente como foi elaborada, afinal cada escola tem suas particularidades, mas a socialização dessa experiência se constitui como possibilidade inspiradora para ampliar a conscientização cidadã em outros estabelecimentos de ensino.

Por fim, almeja-se que este estudo possa contribuir para a área educacional, possibilitando novos dimensionamentos no ensino, com foco na ampliação da conscientização cidadã sobre políticas públicas de jovens do ensino médio.

Referências

BAHIA. *Diário Oficial Portaria de 08 de janeiro de 2019 nº 10/2019*. Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Salvador: Diário Oficial, 2019. Disponível em: http://diarios.egba.ba.gov.br/html/DODia/DO_frm0.html. Acesso em: 9 jul. 2019.

_____. *Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Nossa Senhora da Conceição*. Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Varzedo: Revisão, 2018.

BARBIER, R. *A pesquisa-ação*. Trad. Lucie Didio. Brasília: Liber Livro, 2002.

BONIN, L. F. R. Educação, consciência e cidadania. In: SILVEIRA, A. F.; GEWEHR, C.; BONIN, L. F. R.; BULGACOV, Y. L. M. (Org.). *Cidadania e participação social*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, Educação, Consciência e Cidadania, 2008. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/hn3q6/pdf/silveira-9788599662885-10.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

_____. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266. Acesso em: 18 nov. 2019.

_____. *Base Nacional Comum Curricular, 2016*. Brasília: MEC. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 23 set. 2019.

_____. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

_____. *Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013*. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília: Casa Civil, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: 23 set. 2019.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio), 2000*. Brasília: MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. Ed. Ática, São Paulo, 2000. Disponível em: http://home.ufam.edu.br/andersonlfc/Economia_Etica/Convite%20%20Filosofia%20-%20Marilena%20Chau.pdf. Acesso em: 15 jul. 2019

DELORS, J. *Educação um tesouro a descobrir*: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Tradução: José Carlos Eufrázio. São Paulo: Editora Cortez, 1998. Disponível em: http://dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf. Acesso em: 7 jul. 2019.

ENGEL, G. I. Pesquisa-ação. *Educar*, Curitiba, n. 16, p. 181-191, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n16/n16a13.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2018.

FERREIRA, S. M. M. *O protagonismo de jovens no ensino médio do Colégio Militar de Salvador*: compreendendo “atos de currículo” em experiências socioculturais de formação. 2012. 246 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/9265/1/Sônia%20Maria%20Moraes%20Feireira.pdf>. Acesso em: 26 out. 2018.

FOUCAULT, M. Os corpos dóceis. In: *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, P. *Ação cultural para a liberdade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. *Conscientização*: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. Tradução: Kátia de Mello e Silva. São Paulo: Cortez & Morales, 1979.

_____. *Educação e mudança*. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. *Extensão ou comunicação?* 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Varzedo, Bahia/Panorama, 2010*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/varzedo/panorama>. Acesso em: 7 jul. 2019.

IDEB, ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA. *IDEB 2017 e projeções para o BRASIL*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 9 out. 2019.

IPEA, INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. *Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013*. Brasília: Fundação João Pinheiro. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/>. Acesso em: 9 out. 2019.

JACOBI, P. R. Educação, ampliação da cidadania e participação. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 26, n. 2, p. 11-29, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v26n2/a02v26n2.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2019.

LUCKESI, C. C. O que é mesmo o ato de avaliar? In: *Revista Pátio*, Porto Alegre, ano 3, n. 12, 2000.

PAIVA, A. L. S. Diálogos entre juventude e educação: da posição conformista a práxis. In: SILVA, J. S.; BARBOSA, J. L.; SOUSA, A. I. *Políticas públicas e juventude*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Pró- Reitoria de Extensão, 2010.

SANTOS, M. C. G.; SALES, M. P. S. Gestão democrática da escola e gestão do ensino: a contribuição docente à construção da autonomia na escola. *Revista Ensaio*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 171-183, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epec/v14n2/1983-2117-epec-14-02-00171.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2019.

SANTOS, V. M. N.; JACOBI, P. R. Formação de professores e cidadania: projetos escolares no estudo do ambiente. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 263-278, 2011.

SEMICHECHE, A.; HIGA, K. M.; CABREIRA, L. Protagonismo juvenil: a participação dos jovens para a transformação social. *Akrópolis Umuarama*, v. 20, n. 1, p. 21-38, jan./mar. 2012.

SILVA, L. R. Unesco: os quatro pilares da “educação pós-moderna”. *Inter-Ação: Revista da Faculdade de Educação da UFG*, v. 33, n. 2, p. 359-378, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao>. Acesso em: 3 ago. 2019.

VAZQUEZ, A. S. *Filosofia da práxis*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

APÊNDICE 01: MODELOS DE TERMOS DE ASSENTIMENTO E CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE ASSENTIMENTO- TA

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa: Cidadania e políticas públicas: estímulo à participação dos jovens na dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE em uma Escola Estadual do Recôncavo Sul da Bahia. Neste estudo pretende-se verificar o impacto da implantação do projeto de intervenção sobre o tema: Políticas Públicas com foco no Programa Nacional da Alimentação Escolar-PNAE, junto aos discentes do 2º ano diurno de em Uma Escola Estadual do Recôncavo Sul da Bahia". O motivo que nos leva a estudar esse assunto é estimular ao protagonismo juvenil, com propósito de fortalecer o controle social. Para este estudo adotada uma abordagem qualitativa, através de pesquisa ação, que consiste em atividade a serem desenvolvidas, com a parceria do pesquisador e o público-alvo da pesquisa (2º ano do Ensino médio da referida instituição). Para participar deste estudo, o responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de Assentimento- TA. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido (a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. Sua participação nesta pesquisa é voluntária, e não terá ônus e poderá receber indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, caso o participante comprove que o pesquisador usou de má fé em realizar a pesquisa. (seção "IV.3" da e resolução 466/12). Será gerado duas cópias, sendo que o participante receberá uma delas e a outra ficará em posse da pesquisadora (seção IV.5, letra "d"; da resolução 466/12). Os participantes desta pesquisa (estudantes) responderão a dois questionários que terão a duração de 100 (cem minutos) cada um deles. Os questionários serão aplicados na fase inicial e final da pesquisa. A recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido (a) pela pesquisadora que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação. Com relação aos benefícios, este estudo visa contribuir para ampliar as discussões sobre a relevância de se criar novas estratégias de fortalecimento do protagonismo juvenil, como caminho para a construção do desenvolvimento local, através de políticas públicas construídas por aqueles que fazem história na ação, compreendendo que os direitos resultam de um processo social real e coletivo, o que reafirma a importância do povo em movimento. Esta pesquisa envolve os seguintes riscos: interferência na rotina dos sujeitos da pesquisa, ingerência na rotina escolar, pois a aplicação de questionário e a realização da entrevista poderá tomar o tempo dos sujeitos. Entretanto, como forma de minimizar/evitar tais riscos, algumas providências serão tomadas, a exemplo, de estabelecimento de locais privativos para a realização DAS ENTREVISTAS, definição de um tempo que não altere significativamente a sua rotina de trabalho e de um horário que lhe seja mais conveniente para agendamento da entrevista. Assim, como realização dos QUESTIONÁRIOS na própria sala de aula. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a permissão do responsável por você. Não haverá remuneração aos participantes. A presente autorização abrange os usos acima indicados tanto em mídia impressa - (livro, revista e/ou jornal), divulgação científica de pesquisas e relatórios, para arquivamento e formação de acervo histórico; sem qualquer ônus para a pesquisadora, para a UFRB (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia) ou os participantes que serão entrevistados. A pesquisadora responsável chama-se **Nilvania de Jesus Santos**, portadora do CPF: XXXXXX, OAB XXXX-XX, pode ser encontrada na Fazenda Riachão, Zona, S/N, Varzedo-BA ou no telefone (XX) XXXXXXX. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 anos, APÓS FINALIZADA A PESQUISA". Vale ressaltar, que tanto o Projeto, quanto este Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) foram avaliados pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da UFRB. Este termo é composto de duas vias de igual conteúdo, sendo a primeira para arquivamento pelo pesquisador e a segunda do participante. O comitê de ética pode ser consultado exclusivamente para esclarecimentos éticos da pesquisa, de acordo o subtópico "VIII.2" do tópico "VIII –DOS COMITÊS DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP) ATRIBUIÇÕES:" da resolução 466/12. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador responsável por esta pesquisa no endereço poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFRB, na Rua Rui Barbosa, 710, Campus Universitário, Centro, Cruz das Almas-BA, telefone (75) 3621-6850. Horário de funcionamento das 09:00-12:00 e das 13:00-16:00. Eu, _____, portador(a) do documento de Identidade _____ (se já tiver documento), fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Varzedo (BA), ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do menor (a).

Assinatura da pesquisadora

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA MENORES DE IDADE

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa intitulada: **“Cidadania e Políticas públicas: estímulo à participação dos jovens na dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE em Uma Escola Estadual do Recôncavo Sul da Bahia”** desenvolvida pela mestranda Nilvania de Jesus Santos sob a orientação da Prof^o. Dr. Alexandre Américo Almasy Junior docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Esta pesquisa objetiva Verificar os impactos da implantação do projeto de intervenção sobre o tema política públicas com foco ao Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, junto aos discentes do 2º ano do turno diurno do em um colégio Estadual do Recôncavo Sul da Bahia. Sua participação nesta pesquisa é voluntária, e não terá ônus e que receberá indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa (seção "IV.3" da resolução 466/12). Será gerado duas cópias, sendo que o participante receberá uma delas e a outra ficará em posse da pesquisadora (seção IV.5, letra "d"; da resolução 466/12). Os participantes desta pesquisa responderão a dois questionários que terão a duração de 100 (cem minutos) cada um deles. Um deles na fase inicial da pesquisa e outro no final. Na realização da entrevista com educadoras será utilizado recurso de áudio gravação para permitir uma fiel transcrição das falas, sendo necessária autorização prévia para uso deste recurso. Os resultados serão analisados e apresentados sem qualquer menção dos nomes dos (as) participantes, sendo garantido o anonimato. O relatório, com a análise dos dados da pesquisa, será devolvido à escola participante. O comitê de ética pode ser consultado exclusivamente para esclarecimentos éticos da pesquisa, de acordo o subtópico "VIII.2" do tópico "VIII – DOS COMITÊS DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP) ATRIBUIÇÕES:" da resolução 466/12. DOS RISCOS E BENEFÍCIOS" da resolução 466/12).Os riscos decorrentes de sua participação nesta pesquisa são: interferência na rotina dos sujeitos da pesquisa, ingerência na rotina escolar, pois a aplicação de questionário e a realização da entrevista poderá tomar o tempo dos sujeitos. Entretanto, como forma de minimizar/evitar tais riscos, algumas providências serão tomadas, a exemplo, de estabelecimento de locais privativos para a realização da entrevista, definição de um tempo que não altere significativamente a sua rotina de trabalho e de um horário que lhe seja mais conveniente para agendamento da entrevista. Assim, como realização dos questionários na própria sala de aula. Esclarecemos que se você aceitar participar desta pesquisa estará contribuindo para verificar os impactos da implantação do projeto de intervenção sobre o tema política públicas com foco ao Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, junto aos discentes do 2º ano do turno diurno em uma Escola Estadual do Recôncavo Sul da Bahia. Ressaltamos ainda que, o (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa na participação desta pesquisa, e também não haverá nenhum tipo de pagamento ou gratificação financeira pela sua participação. Se depois de consentir com a sua participação o (a) Sr(a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo. As transcrições das entrevistas e os demais dados desta pesquisa ficarão sob os cuidados da pesquisadora responsável por um período de cinco anos, em arquivos pessoais, “APÓS FINALIZADA A PESQUISA”, ,segundo a letra "f" do décimo primeiro tópico da resolução 466/12. O comitê de ética pode ser consultado exclusivamente para esclarecimentos éticos da pesquisa, de acordo o subtópico "VIII.2" do tópico "VIII –DOS COMITÊS DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP) ATRIBUIÇÕES:" da resolução 466/12. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador responsável por esta pesquisa no endereço poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFRB, na Rua Rui Barbosa, 710, Campus Universitário, Centro, Cruz das Almas-BA, telefone (75) 3621-6850. Horário de funcionamento das 09:00-12:00 e das 13:00-16:00.

Eu, _____, RG nº _____, responsável legal por (*nome do menor*) _____, nascido(a) em ____/____/____, declaro ter sido informado (a) e concordo com a participação, do (a) meu filho (a) como participante, no Projeto de pesquisa **“Cidadania e Políticas públicas: estímulo à participação dos jovens na dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE em “Uma Escola Estadual do Recôncavo Sul da Bahia”** e que fui informado sobre os objetivos, benefícios e riscos da pesquisa acima descrita e compreendi as explicações fornecidas. Por isso, concordo em meu filho (a) participar desta pesquisa, sabendo que ele(a) não vou ter retorno financeiro e que posso desistir de participar a qualquer tempo. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Cidade, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do(a) responsável ou representante legal do menor.

Assinatura da Pesquisadora Responsável.

APÊNDICE 02: PROPOSTA DE PROJETO DE INTERVENÇÃO

PROPOSTA DE PROJETO DE INTERVENÇÃO

Título: Cidadania e políticas públicas: incentivos ao protagonismo do jovem no em um Colégio Estadual do Recôncavo Sul da Bahia

Público alvo: Alunos do 2º ano do turno diurno do Ensino Médio

Introdução:

No Brasil a extensão dos direitos de cidadania é limitada, uma vez que muitos têm pouca consciência dos direitos basilares, que são estabelecidos na Constituição. Nesse viés, ocorre uma cidadania, que Milton Santos (1987) aponta como diferenciada e que, portanto, atinge de maneira desigual os indivíduos. Esse aspecto também é elencado por Carvalho (2002), quando aduz que a cidadania na sociedade brasileira é hierarquizada, uma vez que há aqueles que possuem os direitos previstos formalmente, e de outro lado há aqueles, que o autor reconhece como cidadãos de “segunda classe”, para qual a cidadania somente é alcançada por meio de lutas. Nesse sentido, a cidadania em seu sentido pleno constitui infelizmente, muito distante para a maioria da população.

Desta forma, é fundamental ampliar as discussões sobre os direitos a cidadania e buscar reduzir a distância entre a esfera formal e real, uma vez que a cidadania plena é categoria imprescindível para a consolidação dos direitos humanos e, portanto, que o cidadão possa acompanhar monitorar a constituição e execução das políticas públicas.

Ser cidadão nesta ótica requer um posicionamento, entendendo que as políticas públicas devem representar os anseios da sociedade, os seus clamores. Daí torna-se primordial entender como se constituem as políticas públicas, e qual o papel do cidadão para que estas sejam alicerçadas em fortalecimento de melhorias sociais.

Há diversas definições sobre o termo políticas públicas. Filiamo-nos ao conceito apresentado por Azevedo (2003) quando argumenta que a política pública consiste naquilo que o governo faz ou deixa de fazer, neste sentido as suas ações ou omissões terão representações na sociedade. Sendo assim, segundo este autor, a sociedade não constrói a política pública, porém ela é instância fundamental a partir do momento em que os grupos organizados poderão estabelecer estratégias para que as políticas públicas sejam mais coerentes com seus anseios, ou até mesmo impulsionar a construção de novas políticas.

As políticas públicas podem ser de diversos tipos e alcance, entre elas tem-se as educacionais, que visam, dessa forma, orientar e regular o sistema de ensino, através de programas e ações.

Ao nível educacional, entre os diversos programas, ressalta-se a política pública do Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE. Esta política pública educacional segundo a cartilha do Fundo Nacional de Desenvolvimento educacional (FNDE) é um dos programas mais antigos no Brasil no que tange a segurança alimentar e nutricional. O programa acolhe todos os alunos matriculados na educação básica das escolas públicas, federais, filantrópicas, comunitárias e confessionais do país, segundo os princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). (BRASIL, 2015).

É uma política pública é gerenciada pelo FNDE, o qual estabelece a responsabilidade compartilhada entre os diversos agentes, gestores públicos, professores, diretores de escola, pais de alunos, sociedade civil organizada, nutricionistas, manipuladores de alimentos, agricultores familiares, conselheiros de alimentação escolar, entre outros (BRASIL, 2015).

A Lei nº 11.497/2009 destaca que o objetivo do PNAE é contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, para a aprendizagem, rendimento escolar e formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. Neste sentido, o programa atua como recurso suplementar para a distribuição da alimentação escolar nos estados e municípios e deixa a critério destes últimos os valores de sua contrapartida.

Esta política possui como diretrizes: alimentação saudável e adequada, educação alimentar e nutricional, universalização, participação social, desenvolvimento sustentável e direito a

alimentação escolar. Nesta primeira, é uma política pública relevante à medida que apresenta um leque de ações voltadas ao fortalecimento do controle social, através da diretriz da participação social, o cuidado com o meio ambiente, através do fortalecimento da agricultura familiar e da valorização local, o cuidado com os aspectos nutricionais, através da diretriz educação alimentar e nutricional e do Educação Alimentar e Nutricional e o respeito a igualdade, que é realizada através do atendimento de todos os alunos matriculados na rede pública de educação básica, articulada com a diretriz da universalização e direito a alimentação escolar.

Logo esta política pública possui relevância para o ambiente escolar, à medida que promove aos alunos, a oportunidade de acesso a alimentos saudáveis, assim como através de suas diretrizes ao fortalecimento ao desenvolvimento local e ao estímulo ao controle social fora e dentro do ambiente escolar. Nesse viés, torna-se importante que a escola promova ações para que estes discentes possam se apropriar desta política pública educacional, entendendo como responsáveis no monitoramento, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas, entre elas o PNAE, sobretudo na escala local.

Assim as instituições de ensino podem e devem fomentar o debate de maneira crítica, desmistificadora, pois recorrendo a Freire (1992, p.25): “[...] além de um ato de conhecimento, a educação é também um ato político. É por isso que não há pedagogia neutra”. Nesse sentido, torna-se premente incentivar práticas cidadãs no ambiente escolar e fora dele, pois, além de ser um compromisso ético é um dos objetivos previsto no Projeto Político Pedagógico, na LDB/ 96 e outros documentos e instrumentos infraconstitucionais.

O presente projeto tem como escopo desenvolver um plano de atividades com vista a ampliar a sensibilização cidadã dos discentes do 2º ano do diurno de uma Escola Estadual de um município do Recôncavo Sul da Bahia, sobre a Política Pública do Programa Nacional de Alimentação Escolar em Um Colégio Estadual do Recôncavo Sul da Bahia. Para alcançar esse objetivo, será realizado um projeto que envolverá as disciplinas de Ciências Humanas na já mencionada escola, que ocorrerá em três etapas. A primeira delas, trata-se de fornecer subsídios para que os discentes possam conhecer melhor as políticas públicas educacionais, com enfoque ao PNAE. Nesta etapa também selecionara os grupos de pesquisas e quais questionamentos serão feitos nas entrevistas desenvolvidas

A segunda fase consiste na ida a campo, onde os educandos terão o contato com representantes de sindicatos, poder executivo, legislativo, diretores e merendeiras.

E a última fase será o momento da construção de um produto, que poderá ser uma cartilha, documentário, séries de programas de rádio.

O Colégio *locus* de problematizações do projeto, é considerada de médio porte de acordo com a publicação estabelecida no diário oficial da Bahia, de 8 de janeiro de 2019, através da portaria n 10/2019, que trata-se da estrutura organizacional da Administração Pública e do Poder Executivo Estadual. A Escola atende ao Ensino Médio (turno diurno) e a Educação de Jovens e Adultos (turno noturno). A proposta da referida escola consiste em proporcionar uma aprendizagem profícua, pautando, desta forma, em articulação da teoria à prática como anunciada por Paulo Freire. Esta instituição dispõe de mecanismos de envolvimento dos estudantes como colegiado escolar e grêmio estudantil, entretanto tais elementos de controle social apresentam ações tímidas que acontecem através das orientações do gestor e dos professores e não por iniciativas dos próprios discentes.

O público, predominante desta escola é composta de alunos residentes na zona rural e, além disso, a faixa etária dos alunos, em média, é de 14 a 17 anos no diurno e no noturno corresponde a 18 a 25 anos. Há alguns alunos com faixa etária neste turno, com menos de 18 anos. Isso se deve há alguns casos de emancipação. O público escolhido corresponde a faixa etária de jovens, o que é fundamental para ampliar as discussões sobre políticas com ênfase ao PNAE.

O conhecimento é construído coletivamente, constantemente, sendo assim, quando este conhecimento é fruto de uma interatividade entre os sujeitos, que se sintam pertencentes e responsáveis pelo seu saber, à aprendizagem torna-se além de prazerosa, significativa. Nesse viés, torna-se importante incentivar o protagonismo juvenil, que consiste na atitude do jovem diante da sua realidade, pois é fundamental que os conhecimentos apreendidos na escola e fora dela tenham uma serventia social. Promover essa compreensão ao jovem é de grande importância para a sua construção enquanto cidadão ativo. Nesse viés, o jovem protagonista atua como construtor de seu saber e não como coadjuvante. É como assinala Paiva (2010):

Busca-se, atualmente uma nova forma de ações, atitudes que oportunizem

diálogo entre a sociedade e os jovens, considerando as condições e o contexto social que permeiam o cotidiano desses jovens, buscando forma de linguagem acessíveis a sua compreensão, visando á participação efetiva desses jovens como construtores sujeitos/ ativos desse processo, implicando em estimulá-los como facilitadores desse mesmo processo (PAIVA, 2010, p. 20).

A viabilidade do presente projeto se deve ao fato de contribuir para uma cidadania que perpassa ao aspecto formal, colocando os estudantes como protagonistas do seu saber e responsáveis por transformação social no lugar em que vive, pois além de discutir sobre políticas públicas, com enfoque ao PNAE, os discentes irão construir um produto final para ser distribuído em algumas instituições do município, com propósito de compartilhar o conhecimento desenvolvido. Pois [...] é como seres conscientes que mulheres e homens estão não apenas no mundo, mas com o mundo. (FREIRE, 1981, p 53).

É fundamental que os jovens da escola pública possam ser incentivados a posicionarem-se diante da realidade, ampliar seu conhecimento de mundo para poder transformá-lo. Nesse sentido, é pertinente que o mesmo possa participar no monitoramento e acompanhamento das políticas públicas, entre as quais a do Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE.

O estudo se torna viável também, à medida que se percebe a premência de se construir ações voltadas a fortalecer a autonomia estudantil, com foco que os estudantes possam ser estimulados ao enfrentamento das situações reais.

Objetivo Geral: Desenvolver um plano de atividades com vista a ampliar a sensibilização cidadã dos discentes do 2º ano do diurno de uma Escola Estadual de um Município do Recôncavo Sul da Bahia sobre a Política Pública do Programa Nacional de Alimentação Escolar

Objetivos específicos:

Refletir sobre a formação cidadã

Refletir sobre as temáticas de políticas públicas, cidadania e o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Explorar através de informativos (textos, mapas conceituais, cartilhas) o tema política pública com base na vivência cidadã junto a jovens das turmas do 2º ano matutino e vespertino de uma Escola Estadual de um Município do Recôncavo Sul da Bahia.

Estimular o maior envolvimento da juventude, do 2º ano do diurno de uma Escola Estadual de um Município do Recôncavo Sul da Bahia para a ampliação da compreensão da política pública do PNAE.

Possibilitar o entendimento inicial sobre a aquisição de alimentos direto da agricultura familiar por meio do PNAE.

Produzir material sobre a política pública do PNAE para ser divulgado em instituições locais.

Fundamentação teórica

A escola deve ser lócus de debate e de estímulo à construção de novas estratégias para discussão de possibilidades de superação de problemas sociais. Ela deve fomentar o debate de temas sociais relevantes, que estimulem a sensibilidade acerca da necessidade de buscar perpassar a cidadania formal. Uma vez que esta se refere ao fato de que está descrita formalmente em lei. O estudante além de conhecer tramites legais deve se reconhecer o seu papel como agente de mudança (FREIRE, 2006).

Torna-se premente nesse sentido, o debate na instituição de ensino sobre a possibilidade de outro caminho, marcado pela compreensão de que as mudanças sociais dependem do fazer coletivo.

Paiva e colaboradores (2010) abordam a necessidade de se criar espaços de participação social, com intuito de que a sociedade civil possa solicitar suas demandas e que também assume o papel relevante nos processos decisivos de construção de políticas públicas. Uma vez que no Brasil se tem uma juventude numerosa, nessa seara estas políticas devem ser construídas com uma ótica voltada a fortalecer esse protagonismo, uma vez que os jovens são capazes de influenciar, participar e ampliar projetos, programas ou atividades implementadas pelo governo.

Muller e Ujii (2015) trazem que após os Parâmetros Curriculares Nacionais -PCNs, o protagonismo passa a ser encarado como proposta do Ensino Médio, e que este protagonismo vem

alicerçado nos quatro pilares da educação: Aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser, aprender a viver juntos.

Nesse viés, o jovem não deve ser mero expectador. Para isso, torna-se precípuo serem oferecidas condições favoráveis para que este engajamento ocorra de forma construtiva e expressiva em sua vida. Daí, a relevância de a escola ser o ambiente propício no sentido abrangente de atentar à qualidade ao bem comum do seu cidadão, da coletividade e da comunidade, portanto dentro da instituição escolar a política, sem viés partidário, deve ser objeto constitucional do currículo, pois cidadania está vinculada ao distanciamento do comodismo, do ver a vida passar, pelo contrário, ela requer ação nesse processo de luta e requer protagonismo.

Muller e Ujii (2015) alertam que ensino médio é corriqueira a falta de pertencimento e atitude dos estudantes assim como há poucas lideranças criativas o que instiga uma intervenção política-pedagógica, com vista a tornar esse ambiente mais democrático e com maior interação e participação dos jovens.

Educar para a democracia, vem sendo o desafio da escola no cumprimento da sua dimensão social. Diante a uma sociedade considerada democrática com inúmeros problemas de ordem social, política, econômica que vem se agravando com o decorrer do tempo, o fortalecimento da participação ativa dos cidadãos agindo coletivamente na busca de soluções torna-se o viés mais urgente e necessário. (MULLER; UJII, 2015, p 10).

É cada vez mais necessário se criar espaços para que os jovens possam desenvolver a coerência, no sentido de entender que mundo querem criar. Esta autonomia precisa ser incentivada na escola, para que estes entendam-se como seres pertencentes a sua sociedade, e portanto, criem mecanismos de fortalecimento do tecido social.

Paiva e colaboradores (2010) abordam que com a Constituição de 1988, se tem o marco na história das políticas sociais que seguem diretrizes básicas como universalização restrita, entre outros aspectos. De acordo com esse autor para garantir os aspectos ora sinalizados, de forma mais coerente ou viável é necessário a participação do jovem em sua gestão. O autor ainda acrescenta, a relevância da educação como meio para transformação, e que esta tem a função de romper os padrões elitistas, e que a educação deve expressar a realidade juvenil.

Educar politicamente para a cidadania é principalmente educar um sujeito participativo para ser um sujeito crítico, no sentido de ser coparticipante da democracia. Essa é a verdadeira educação para uma nova cidadania, que é uma postura que precisa ser estimulada. Os direitos e deveres civis e políticos, devem ser trabalhados por meio de valores éticos. Os jovens precisam prementemente sair da condição de inércia. Eles podem pensar alternativas para os problemas sociais, despertar ou ressignificar a autonomia nas comunidades as quais estão inseridos.

Recorrendo a Botelho e Schwarcz (2012) para os quais a cidadania ganha acepção através das experiências coletivas e individuais, uma vez que ela é uma identidade social. A cidadania é dinâmica e apresenta significados distintos, pois depende das interações e contendas atribuídas pelos atores sociais.

Destarte, a cidadania não é algo imposto, ela é construída, à medida que o indivíduo se constrói cidadão. A respeito disso, Giron (2000) afirma que: “[...] o homem não nasce cidadão; o homem se torna cidadão. A formação de um cidadão não é tarefa fácil: a família, a escola e mesmo o Estado não se sentem responsáveis pela sua formação. Transferindo-se a responsabilidade de uma instância para outra, quem sai perdendo é o indivíduo e a sociedade” (GIRON, 2000, p. 07).

Corroborando com a discussão sobre a dimensão da cidadania como uma conquista social, que se refere a lutar pelos seus direitos e gozar dos direitos adquiridos, Marshall aduz que:

A cidadania exige um elo de natureza diferente, um sentimento direto de participação numa comunidade baseado numa lealdade a uma civilização que é um patrimônio comum. Compreende a lealdade de homens livres, imbuídos de direitos e protegidos por uma lei comum. Seu desenvolvimento é estimulado tanto pela luta para adquirir tais direitos quanto pelo gozo dos

mesmos, uma vez adquiridos. (MARSHALL, 1967, p.84).

Sendo assim, a cidadania para àqueles que Carvalho (2002) denomina de cidadãos de segunda classe, somente é conquistada através de lutas. Nesse viés, a interligação entre cidadania formal e real somente é estabelecida por constantes lutas para garantir direitos, que pode serem realizados com a intenso acompanhamento, fiscalização e monitoramento pela sociedade civil e pela implementação de políticas públicas coerentes com os anseios sociais.

Diante disso, o presente projeto buscará desenvolver uma leitura de mundo sobre as possibilidades de construção do protagonismo do estudante, na busca de uma cidadania participativa. Sendo assim, o projeto traz a dialogicidade entre os conhecimentos apreendidos na escola e a intervenção dos estudantes no seu município.

Como assinala Castro (2005) o estudo através dessa escala (municipal) contribui para a visibilidade de um espaço político de ação das organizações da sociedade civil até as decisões que impulsionam políticas públicas eficazes e que, portanto interferem o território e na vida do cidadão, com suas singularidades, vivências, anseios, enfim desejosos de mudanças sociais.

Nesse viés, percebe-se a necessidade de a escola proporcionar as condições ideais para que a criança e o adolescente possam ressignificar a sua realidade construindo a sua identidade baseada em valores que permitam a sua formação sócio-econômico-político-cultural voltada para uma sociedade mais justa e fraterna.

O conhecimento sobre as políticas públicas é fundamental para que os jovens possam se posicionar perante a sociedade. Conhecer seus direitos e reivindicá-los, sendo assim é relevante que os estudantes de escolas públicas conheçam como é realizada as políticas públicas para este trabalho, especialmente a do O Programa Nacional de Alimentação Escolar –PNAE.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar visa oferecer alimentos saudáveis no período em que o aluno permanecer na escola e, além disso, contribui para manter hábitos saudáveis. Essa garantia está prevista na Constituição no art. 208, incisos IV e VII quando enfatiza que :

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (BRASIL, 1988. REDAÇÃO DADA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 59, DE 2009).

Nesse viés, a garantia de uma alimentação saudável parte do princípio da dignidade da pessoa humana e, portanto, cabe a construção de políticas públicas que efetivamente garantam tal direito.

Nesse prisma, o PNAE não tem a função apenas de garantir qualidade na alimentação somente quando o aluno estiver estudando, mas sim constitui como projeto social que visa fortalecer o direito humano e universal a alimentação.

Marciel (2013) ao falar sobre finanças públicas no Brasil com ênfase a políticas públicas, aborda que a aplicação dos recursos públicos em algumas áreas gera externalidades, sejam elas positivas ou negativas. Nesse sentido, o direcionamento do Programa Nacional Alimentação Escolar quando bem utilizado, se constitui como externalidade positiva para o desenvolvimento local, pois além de propiciar elementos para a saúde das crianças, é um mecanismo para o fortalecimento da agricultura familiar. Por isso, que o estudo dos direcionamentos dessa política torna-se primordial.

Esse programa além desses aspectos ora sinalizados, possui uma dimensão econômica e social importante, pois é responsável em dinamizar a economia local, contribuindo para geração de emprego e renda, já que de acordo com a legislação vigente no mínimo 30% de aquisição de alimentos deve ser direcionada a agricultura familiar, sendo assim, esse programa se institui como elemento de fortalecimento do capital social e o incentivo a permanência do agricultor no campo. É como estabelece as Diretrizes Operacionais para o Planejamento de Atividades do Programa Nacional de Alimentação Escolar, no inciso II, do artigo 12:

12. Dar prioridade à seleção dos alimentos que compõem o cardápio do

programa, conforme a vocação agrícola e agroindustrial da localidade, com o propósito de incentivar o desenvolvimento local sustentável, apoiando os projetos de aquisição de alimentos da agricultura familiar e de cooperativas de pequenos produtores. (BRASIL, 2004).

Nesse sentido, o PNAE possui importância social e econômica, pois além de garantir o direito básico a alimentação, consiste em uma política pública de estímulo e manutenção da permanência do homem/ mulher no campo.

O estudo sobre a efetividade dessa política nos municípios brasileiros torna-se viável por possibilitar uma compreensão ampla do desenvolvimento local rural, uma vez que este espaço ainda sofre as consequências da visão preconceituosa, alicerçada no olhar do urbano como parâmetro e o rural como adaptação. É nesse sentido, que a proposta em trazer a discussão sobre a relevância do desenvolvimento rural deve ganhar amplitude, na medida em que traz a compreensão de novas possibilidades para o meio rural.

É como elucida Suedde (2016, p.38): [...] “torna-se imprescindível uma evolução conjunta para qualificar os gastos do PNAE, principalmente no Nordeste, com os gêneros da agricultura familiar, o que indubitavelmente deve ser uma parceria exitosa com ganhos em todos os aspectos, quer sejam estruturais, sociais, econômicos, locais, etc.

A proposta de estudo também se torna viável uma vez que ao estudar a política social e educacional do Programa de Alimentação Escolar (PNAE), utiliza-se a problematização das associações e sua viabilidade no contexto de estudo. Esse aspecto é de grande relevância, pois traz a baila, a concepção de como organizadas e coletivamente as pessoas poderão construir para melhoria do lugar em que vivem. Uma vez que segundo Arroyo (2012, p. 232) “[...] os seres humanos se fazem, se formam e se humanizam no fazer a história”. As discussões ao nível desse município poderão ser caminhos e provocações para se pensar estratégias de fortalecimento local.

Essa discussão também é apresentada por Giddens (1989) ao afirmar que mesmo com o Poder macro exercido pelas instituições, há possibilidades de atuação dos seres humanos, pois estes não seguem apenas “roteiros” institucionais. Nessa seara, a reflexão sobre os caminhos da política pública do Programa de Alimentação Escolar (PNAE), é plausível por entender que se estabelece como uma construção histórica coletiva.

Conteúdos a serem trabalhados:

Cidadania formal x cidadania real.

Direitos e deveres;

Juventude cidadã;

Controle social;

Grêmios e colegiados escolares

Protagonismo juvenil

Gestão do PNAE;

Diretrizes do PNAE;

Segurança Alimentar e Nutricional (Nutricionistas e Nutrição);

Gestão e Controle dos Alimentos e da Estrutura Física;

Gestão das Compras Governamentais;

Controle Social do PNAE em Varzedo-BA

Metodologia:

Como caminho metodológico, será realizada pesquisa-ação a ser desenvolvida de uma Escola Estadual de um Município do Recôncavo Sul da Bahia, com a colaboração de 3 (três) professores da área de Ciências Humanas e a participação dos alunos do 2º ano matutino e vespertino, em torno de 48 (quarenta e oito alunos).

Corroborando com a discussão Tripp (2005) a pesquisa ação é um momento também para que o docente possa refletir sobre sua prática de maneira crítica, uma vez que ao construir coletivamente o plano de ação, tanto o docente, como o grupo foco de pesquisa poderá refletir sobre formas de solucionar o problema detectado. Sendo assim, a pesquisa

ação com cunho educacional é uma ferramenta importante para o desenvolvimento de pesquisadores e professores à medida que permitem a ambos refletir e se posicionar sobre os problemas sociais detectados na fase preliminar.

A pesquisa-ação é um instrumento valioso, ao qual os professores podem recorrer com o intuito de melhorarem o processo de ensino-aprendizagem, pelo menos no ambiente em que atuam. O benefício da pesquisa-ação está no fornecimento de subsídios para o ensino: ela apresenta ao professor subsídios razoáveis para a tomada de decisões, embora, muitas vezes, de caráter provisório. (ENGEL, 2000 p. 189).

Segundo Barros e Lehfeld (2007), esse tipo de pesquisa tem como foco aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o nível de consciência dos grupos envolvidos. Sendo assim, a pesquisa será desenvolvida com enfoque a promover um conhecimento mais aprofundado do Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE, para as turmas do 2º anos matutino e vespertino de uma escola estadual em um município do Recôncavo Sul da Bahia.

A metodologia desenvolvida será feita em três fases. A primeira fase intitulada: Conhecendo os Temas Políticas Públicas, Cidadania e Programa Nacional de Alimentação Escolar. Neste momento os professores da disciplina de humanas irão trabalhar os temas: Cidadania, Políticas públicas; Programa Nacional de Alimentação Escolar e Protagonismo juvenil. Nesta fase além de discutir com base na seara jurídica, será feita uma análise de textos com as temáticas. Todas estas ações terão como foco instigar uma compreensão maior sobre as categorias ora sinalizadas, e possibilitar o aparato necessário para a fase posterior, que será a ida a campo.

A revisão bibliográfica é o momento de se ampliar o conhecimento sobre a temática do problema detectado, e a partir destas leituras possui uma compreensão mais ampla de formas de solucionar ou minimizar o problema detectado. Neste momento, os educadores colaboradores e a pesquisadora, a qual também é educadora da instituição, irá trabalhar com as diretrizes operacionais do PNAE, revisão de documentos federais e estaduais concernentes ao PNAE, pareceres técnicos, relatórios de atividades, abrangendo as leis, diretrizes, normas relativas à legislação deste programa, assim como teóricos que trazem análise desta política pública.

Como forma de avaliar a compreensão destes alunos durante o trabalho em sala, os mesmos irão produzir cartazes sobre a política pública do Programa Nacional de Alimentação Escolar e Cidadania. Tal ação tem como foco detectar se a compreensão destes atingiu ao objetivo de ampliação do conhecimento sobre a política pública do PNAE. Além disso, estes estudantes auxiliados pelos professores irão elaborar roteiros de entrevistas a serem realizadas posteriormente.

A elaboração dos cartazes e roteiro de entrevistas será avaliada pelos professores, á medida que a partir dessa elaboração, estes poderão compreender quais avanços no processo de aprendizagem.

A segunda fase é o momento da ida do campo. Essa fase é intitulada: “A caminho do trabalho de campo” Momento este da aplicação das entrevistas elaborada na fase anterior. As entrevistas serão realizadas com: gestor e merendeiros da Escola Estadual Nossa Senhora da Conceição, gestor municipal, membros do legislativo, nutricionistas, representantes do sindicato dos trabalhadores rurais e representantes do CAE. As temáticas as quais vinculam as entrevistas serão sobre gestão do PNAE de um município do Recôncavo Sul da Bahia, Controle social, através do CAE, diretrizes do PNAE; agricultura familiar entre outras. Após

a realização das entrevistas, os estudantes irão apresentar um seminário com a exposição das informações através de gráficos, cartazes e produção de vídeos sobre as experiências com o trabalho de campo.

A última fase será da elaboração de um produto. A partir das informações e compressões adquiridas nas fases anteriores, os discentes poderão apresentar um produto a sua escola. Este produto poderá ser uma série de programas de rádio, documentário, cartilha didática entre outros. Após a realização do produto, os discentes serão convidados a apresentarem estes produtos na referida escola e a divulgar tais produtos nas instituições locais. Os educadores irão avaliar o domínio de conteúdo através da exibição dos conteúdos no dia da culminância do projeto, assim como a criatividade e demonstração de compressão através dos elementos abordados nos produtos criados pelos discentes.

Os professores de humanas, colaboradores da pesquisa, irão participar da maioria das etapas da pesquisa ação, somente no momento da realização das entrevistas nos sindicatos dos trabalhadores rurais, representantes dos poderes executivos e legislativos e direção e merendeiras de uma Escola Estadual de um município do Recôncavo Sul da Bahia estes não estarão presentes, e caberá o acompanhamento, a professora pesquisadora.

Recursos: Data show, Tv, Papel metro, Piloto, Som ,Tintas

Cronograma

FASES	2019.1					2019.2					
	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Leitura de Textos, construção do projeto para realização em um Colégio Estadual de um município do Recôncavo Sul.				x							
Apresentação do projeto aos alunos e acolhimento de sugestões				x							
1ª fase: Trabalho os temas: cidadania, protagonismo, controle social, diretrizes, normas, textos, cartilha sobre o PNAE				x	x						
2ª fase: Realização de entrevistas com gestor municipal, representantes do sindicato dos trabalhadores rurais, representantes do CAE, gestor e merendeiras de um Colégio Estadual de um município do Recôncavo Sul da Bahia, entre outros						x					
Sistematização e análise dos dados obtidos pelos alunos e professores, através de cartazes, seminários.						x					
3ª fase: Confeção de cartilha, programa de rádio, documentário entre outros							x				
Culminância do projeto							x				

Avaliação: Os alunos serão avaliados ao longo do projeto através das discussões produção e apresentação dos trabalhos. Serão observados criticidade, oralidade, criatividade, argumentação, organização.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. vols. 28 n.ºs. 1, 2 3 e 29, n.º.1, Jan/ago 1999.

ARROYO, Miguel G.. Diversidade. In: CALDART, R., PEREIRA, I. B., ALETEJANO, P., FRIGOTTO, G. (ORGS). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>Acesso em: 08-06-18.

AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). **Políticas públicas e gestão local**: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BALDISSERA, Adelina. Pesquisa-ação: uma metodologia do “conhecer” e do “agir”. Coletivo. **Sociedade em Debate**. Pelotas, 7(2):5-25, agosto/2001. Disponível em: <http://revistas.ucpel.edu.br/index.php/rsd/article/viewFile/570/510>. Acesso em: 08-10-18.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Cidadania, um projeto em construção**: minorias, justiça e direitos. 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução/CD/FNDE Nº 38**, de 19 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO **Diretrizes Operacionais para o Planejamento de Atividades do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) – FNDE**. Programação e Controle de Qualidade Documento em Consulta - 7/10/2004. Disponível em: ftp://ftp.fnde.gov.br/web/alimentacao_escolar/diretrizes_operacionais_pnae_07102004.pdf. Acesso em 31-10-17.

_____. Medida Provisória nº 2.178, de 28 de junho de 2001. Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2001, v 29.6.200, p.55- 57. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas_2001/2178-34.htm>. Acesso em: 22 de outubro de 2017.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Ministério da Educação. **Cartilha Nacional da Alimentação Escolar**. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).2015.

CALDART, R., PEREIRA, I. B., ALETEJANO, P., FRIGOTTO, G. (ORGS). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/publicacao/livro/dicionario-da-educacao-do-campo>. Acesso em<23-10-17>).

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. 3ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

ENGEL, Guido Irineu. **Pesquisa-ação**. Educar, Curitiba, n. 16, p. 181-191. 2000. Editora da UFPR. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n16/n16a13.pdf>> Acesso em: 01-11-18

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____; SCHOR, Ira. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia da esperança**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FERREIRA, Sônia Maria Moraes. **O protagonismo de jovens no ensino médio do Colégio Militar de Salvador**: Compreendendo “atos de currículo” em experiências socioculturais de formação. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador– 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/9265/1/S%C3%B4nia%20Maria%20Moraes%20Ferreira.pdf>> Acesso em 26-10-18.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Secretaria de Educação a Distância**. 2.ed., atual. – Brasília: MEC, FNDE, SEED, 2008.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GRITTEM, Luciana; MEIER, Marineli J.; ZAGONEL, Ivete Palmira S. Pesquisa-ação: uma alternativa metodológica para pesquisa em enfermagem. **Texto e Contexto – Enfermagem**. vol.17 no.4 Florianópolis Oct./Dec. 2008 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400019. > Acesso em 09-10-18.

MACIEL, Pedro Jucá. Finanças públicas no Brasil: uma abordagem orientada para políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 47(5): p.1213-241, set./out. 2013 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122013000500007. Acesso em : 12-11-17.

MARSHALL, T. H. Cidadania e classe social. In: _____. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 57- 114.

MULLER, Maria Juscélia Sabai; UJIIE, Nájela Tavares. **Protagonismo Juvenil no Ensino Médio e Gestão Democrática na escola pública**: Implicações e possibilidades metodológicas para a prática escolar Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unespar-uniadavitoria_gestao_artigo_maria_juscelia_sabai.pdf> Acesso em: 02-11-1

PAIVA, ANDRÉ Luiz Sales de. Diálogos entre juventude e educação: da posição conformista a práxis. In: BARBOSA, Jorge Luiz et al. **Políticas públicas e juventude**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro; Pró- Reitoria de Extensão, 2010

PINTO, João Bosco Guedes. **Pesquisa-Ação**: Detalhamento de sua sequência metodológica. Recife, 1989.

SOUZA, C.. **“Políticas Públicas: uma revisão da literatura”**. Sociologias, ano 8, n.16, pp.20-45. 2006. Disponível em< <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso 03/11/17.

SOUZA, Carmem Zeli Vargas Gil. Juventude e contemporaneidade: possibilidades e limites. v.12 n.20 Santiago jun. 2004 Disponível em:<https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-22362004000100003.> Acesso em 26-10-18.

SUEDDE, Shirley de Souza. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e desenvolvimento da agricultura familiar no município de Presidente Tancredo Neves-BA. 2016** Dissertação (Mestrado profissional em gestão de políticas públicas e segurança social). Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas-BA, 2016.

TRIPP. David. **Pesquisa-ação**: uma introdução metodológica. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3.pdf>> Acesso em: 01-11-18.

PROTAGONISMO JUVENIL SOBRE A DINÂMICA DO PNAE POR JOVENS DO SEGUNDO ANO DO ENSINO MÉDIO DO MUNICÍPIO DE VARZEDO/BA.

Resumo: O presente artigo deriva de uma pesquisa de mestrado profissional que se ampara na discussão sobre as implicações de projeto de intervenção realizado no Colégio Estadual Nossa Senhora da Conceição em Varzedo/BA e tem como ponto basilar analisar o processo de apropriação da dinâmica de funcionamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) pelos jovens de duas turmas do 2º ano da referida instituição. A pesquisa que deu origem ao artigo teve caráter qualitativo e foi fundamentada por meio da pesquisa-ação, contando com dois públicos participantes: professores das disciplinas de Ciências Humanas e educandos de duas turmas do 2º ano. Foi possível concluir que a prática do projeto de intervenção na referida instituição possibilitou a ampliação da apropriação dos temas “Políticas Públicas” e do “Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)” pelos jovens e educadores participantes. Contudo, a pesquisa também aponta a necessidade de aprofundamento contínuo dos temas propostos, como forma de ampliação da conscientização cidadã dos participantes.

Palavras-chave: Cidadania. Educação. Projeto de intervenção.

Abstract: This article derives from a professional master’s research based on the discussion on the implications of a intervention project carried out at Nossa Senhora da Conceição state school located in Varzedo-BA, and its basic point was to analyze the process of appropriation of the dynamic of Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) by the students of two 2nd year classes of the referred institution. To develop the present research, the article was based on qualitative research aided by research-action, with two participating audiences: Human Sciences teachers and students from two 2nd year classes. It was possible to conclude that the practice of the intervention project in that institution made it possible to expand the appropriation of the Public Policies and the Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) by the participating youngsters and educators. However, the research also points to the need for continuous deepening of the proposed themes as a way of increasing citizen awareness.

Keywords: Citizenship. Education. Intervention project.

INTRODUÇÃO

Um dos grandes desafios presentes na contemporaneidade no contexto escolar é contribuir efetivamente para que os estudantes possam compreender-se como agentes de mudanças e sejam capazes de entender-se para além de beneficiários de políticas públicas, entendendo que o seu conhecimento e participação nestas é fundamental para o amadurecimento do sensu crítico e de cidadania da sociedade.

Perante esses desafios, a escola como instituição de constituição crítica pautada em uma filosofia de formação humana deve propiciar ações voltadas ao fortalecimento de um público jovem atuante, para que esse público, ao passo que expanda seus conhecimentos sobre temáticas relevantes – como as políticas públicas, as quais se beneficia –, busque entender-se como agente transformador da sociedade, adquirindo um caráter emancipatório. Para isso, é fundamental encorajá-lo a lutar e acreditar no seu poder como protagonista de mudanças no ambiente em que vive.

Diante disso, cabe abordar que o conceito de juventude é apresentado de diversas formas, uma vez que o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013) apresenta o conceito de jovem

como o indivíduo entre 15 e 29 anos. Já para a Organização Mundial da Saúde (OMS), o jovem é compreendido como pessoa entre 15 a 24 anos. Autores como Abramo (2005) ampliam a discussão e trazem o conceito de juventude vinculado à dimensão social, cultural e histórica. Dessa forma, para esse autor o termo mais coerente é “juventudes”, por entender o seu caráter plural e complexo ao mesmo tempo.

O conceito de juventude, dessa forma, é foco de diversas acepções, vinculadas às dimensões biológicas, sociológicas, entre outras. Entretanto, muitas dessas considerações a respeito da temática estão intimamente relacionadas à irresponsabilidade/imaturidade e/ou necessidade de intervenções para sanar problemas vinculados a drogas e outras situações de cunho negativo. Portanto, a visão que se tem é de que o jovem não está preparado para decidir, restando apenas ser mediado por adultos (SOUZA, 2004), compartilhando também da concepção de juventude como um momento da vida e, desse modo, uma construção social que compartilha de diversos significados. Ferreira (2012) também considera esse conceito no plural – “juventudes” – por entender que não existem padrões do ser jovem, mas há uma diversidade que é peculiar deste, sendo ponto fundamental para a formação de uma sociedade diversa e enriquecida com o compartilhar desses saberes.

Nessa ótica, a escola assume um papel primordial na formação do indivíduo em cidadão, na construção de seres pensantes, criativos e que enriquecem o processo de aprendizagem através dessa diversidade. Para tanto, é relevante trazer a concepção desse jovem como um ser em processo de construção, dotado de criatividade e criticidade que são relevantes para seu posicionamento social. É preciso promover no ambiente escolar possibilidades de atuação desses jovens, não apenas no sentido de se fazerem presentes nos órgãos de controle social, como grêmios e colegiados escolares, sem um real conhecimento do seu papel e sem um posicionamento. É preciso, nessa ótica, promover ações de estímulos à autonomia desses jovens para que, de fato, os pilares da educação sejam alcançados em sua materialidade.

Entendendo o seu aspecto social, que se apresenta muito mais do que uma análise biológica, indica-se em todo o artigo o termo “jovem”, justamente porque este é usado em análises estatísticas e criação de políticas públicas. Mas a compreensão aqui apresentada traduz em uma acepção de que estes são indivíduos dotados de criatividade e criticidade. Nesse viés, a compreensão perpassa os aspectos do seu desenvolvimento físico e expande-se para uma compreensão mais ampla.

Filiemo-nos diante de toda essa discussão ao conceito apresentado por Corrêa e Szymanski (2016), os quais entendem jovens entre 15 a 29 anos como sendo seres constantes na luta por “Ser Mais”, como pontua Freire (1987). A proposta aqui é fortalecer a interação na comunidade escolar, buscando ações que traduzem significados e sentidos para a formação dos jovens.

Os jovens estudantes são, além de aprendizes, formadores de opiniões e podem, a partir do momento que são empoderados, tornar-se autônomos e conscientes do seu papel em produzir reflexos positivos na sociedade. Portanto, é primordial que a escola trabalhe essa autonomia, poder de liderança, entendimento e reflexões sobre as suas demandas. Nesse contexto, a escola deve abraçar as juventudes presentes no ambiente escolar. Essas mesmas juventudes podem ocasionar compreensões e contribuições relevantes para alcançar uma sociedade harmoniosa e justa, como prevê os princípios contidos na Constituição do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988).

Esse jovem, que busca firmemente “Ser Mais”, vive uma luta constante de ser um cidadão ativo. Nessa ótica, o seu posicionamento é requerido, entendendo que as políticas públicas devem representar os anseios da sociedade, os seus clamores. Torna-se primordial entender como se constituem as políticas públicas e qual o papel do cidadão para que estas

sejam alicerçadas em fortalecimento de melhorias sociais. O jovem nas instituições de ensino deve ser desafiado a se posicionar, a ser um verdadeiro político, que entende seu papel na construção social que o envolve. Sua estadia no mundo deve ser emancipatória, levando à formação de um ser para além de conhecedor, mas que ao passo que conhece, age, se faz e refaz. Assim, além de conhecer as políticas públicas, deve entender a relevância destas e seu papel como cidadão que as fiscaliza e acompanha.

Existem diversas definições sobre o conceito de políticas públicas. Contudo, por sua amplitude, adota-se a terminologia exibida por Azevedo (2003), quando aborda que política pública consiste naquilo que o governo realiza ou deixa de fazer. Nesse sentido, as suas ações ou omissões terão representações na sociedade. Diante disso, embora a sociedade civil não seja responsável em elaborar tais políticas, ela pode fiscalizá-las, acompanhá-las e monitorá-las para que estas atendam, de maneira cada vez mais ampla, as funções para as quais foram construídas.

As políticas públicas podem ser de múltiplos alcances, entre elas, pode-se mencionar as de cunho educacional, que visam nortear e regular o sistema de ensino, através de programas e ações. Entre os programas de grande repercussão ao nível educacional, apresenta-se, diante da sua relevância, a política pública efetivada por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). De acordo com a cartilha do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), esse programa faz parte de uma política pública e é um dos programas mais antigos no Brasil no que se refere à segurança alimentar e nutricional. O programa tem como objetivo acolher todos os alunos matriculados na educação básica das escolas públicas, federais, filantrópicas, comunitárias e confessionais do país, propiciando uma alimentação adequada e mudanças de hábitos alimentares, de acordo com os princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (BRASIL, 2013).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) mostra-se como uma política gerenciada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o qual situa atribuições partilhadas entre os diversos setores da sociedade, com fomento a promover um melhor acompanhamento da execução dessa política (BRASIL, 2013).

De acordo com Lei nº 11.497/2009 (Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009 – PNAE), o objetivo do PNAE é favorecer o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial para a aprendizagem, rendimento escolar e formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (BRASIL, 2009). Essa política visa garantir o direito à alimentação, previsto na Constituição Federal de 1988 e proporcionar melhorias no processo de aprendizagem, como prevê a Lei de Diretrizes e Bases Nacional (LDB/96).

As diretrizes do PNAE vinculam-se à garantia do direito à alimentação, universalização, participação social e sustentabilidade. Trata-se de uma política pública que se preocupa em fortalecer o controle social, por intermédio da diretriz da participação social. Além disso, estabelece ações para o fortalecimento da agricultura familiar e, por conseguinte, o desenvolvimento local. Diante de tais aspectos, esta tem se mostrado como política pública de grande abrangência e relevância.

Desse modo, essa política pública educacional possui relevância para o ambiente escolar à medida que promove aos alunos a oportunidade de acesso a alimentos saudáveis, assim como estimula o desenvolvimento local e controle social fora e dentro do ambiente escolar. Nesse viés, torna-se importante que a escola promova ações para que seus discentes possam aprofundar seus conhecimentos sobre essa política pública educacional, se reconhecendo como beneficiários dela e responsáveis também por seu acompanhamento.

É nesse sentido que as escolas devem ser espaços de promoções de debates de maneira crítica, desafiante e autônoma, como pontua Freire (1992), uma vez que a educação, além de promover a construção de conhecimento, é um ato político. Sendo assim, não há pedagogia neutra, ao contrário, há por traz de toda ação uma intenção. Cabe aos jovens da escola pública entender o seu papel na promoção de uma sociedade melhor. Diante disso, as instituições podem favorecer essa postura e entendimento. Fortalecer a cidadania dentro e fora da escola é um compromisso de uma educação para libertação, como pontua Freire (1987) e, além disso, é um compromisso expresso na Lei de Diretrizes e Bases Educacionais (LDB) (BRASIL, 1996), no Projeto Político Pedagógico (BAHIA, 2018) e em outros documentos e dispositivos infraconstitucionais.

Ferreira (2012) contribui com essa discussão quando deixa claro que nas escolas pode haver tanto a configuração de fortalecimento do protagonismo juvenil pelas interações provocadas nesse ambiente quanto o adormecimento deste. Nesse sentido, os adultos podem e devem instigar ações que tenham a habilidade de inquietar esses jovens e, mais do que isso, que os estimulem a protagonizar ações, constituindo o que Freire pontua com a “práxis”:

[...] o jovem necessita encontrar respostas para suas inquietações, mas é fundamental que estabeleça uma parceria com os adultos nos problemas do cotidiano, sem a qual a educação sistemática não se efetua. Nesse sentido, o próprio adulto tem de disponibilizar espaços facilitadores para a sua participação efetiva na dinâmica social de uma tessitura em rede, com preocupações para atuar, contribuir, aprender a se transformar mutuamente (FERREIRA, 2012, p. 59).

Nessa seara de valorização do indivíduo para além de receptores de políticas públicas, mas entendendo seu papel na sociedade, torna-se preeminente ouvir a voz dos diversos envolvidos para que estes possam construir possibilidades frente aos desafios e demandas que surgem invariavelmente. Compreender o jovem estudante como aquele que pode contribuir para uma sociedade melhor é um dos grandes desafios contemporâneos. Encará-lo como detentor de saberes e abrir espaços para a participação se constituir como estratégia para fortalecer a cidadania no ambiente escolar.

Desse modo, entendendo o caráter emancipatório que a escola possui, desenvolveu-se, através da pesquisa-ação, a implantação de um projeto de intervenção que proporcionou a possibilidade de os atores sociais presentes na escola promoverem a práxis.

[...] a escola não mais deve ser caracteriza como homogênea, celetista e tradicionalista, por tratar-se de um lugar propício para transformação, inalienação, socialização dos saberes, desenvolvimento das capacidades e fonte de estímulos para a criatividade humana, um espaço que estimula novos tipos de pensamento dentro da reflexão crítica bem formada (DEGRANDE; GOMES, 2019, p. 176).

Sendo assim, neste artigo serão apresentados os resultados de um estudo realizado com alunos de duas turmas do 2º ano do ensino médio do Colégio Estadual Nossa Senhora da Conceição de Varzedo/BA, fazendo um paralelo do seu entendimento sobre políticas públicas educacionais, em especial acerca do PNAE antes da aplicação do projeto de intervenção e posteriormente a este, buscando entender como de fato as revelações da apropriação dessa temática por estes jovens aconteceram da referida instituição.

A presente instituição é localizada no município de Varzedo/BA, localizado no território do Recôncavo, no estado da Bahia. Apresenta uma área territorial de 165km², com as coordenadas geográficas de 12°58’ de latitude sul do meridiano de Greenwich e 39°23’ de longitude (IBGE, 2010). Consta no Atlas de Desenvolvimento Humano que sua população em 2010 era de 9.109 habitantes. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em

educação no município foi de 0,461 no ano de 2010, enquanto no Brasil foi 0,637, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano (IPEA, 2013).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) no município em 2010 no referido município esteve em 0,586, enquanto a média nacional correspondeu a 0,727. Esse índice é dimensionado em uma escala de 0 a 1 e quanto mais próximo à escala 1, melhor é o desenvolvimento humano. Esse cálculo é feito tendo como parâmetros: renda, longevidade e educação (IPEA, 2013).

Diante dessas problematizações e reflexões, o presente trabalho torna-se viável por entender a proeminência da escola trabalhar de maneira integrada e coletiva, entendendo os jovens como portadores de criatividade e anseios por melhorias sociais. Além disso, a presente instituição mantém um público de jovens do meio rural, em sua maioria. Dessa forma, trabalhar com uma política pública educacional vivenciada por eles, e por seus pares e amigos é uma forma de contribuir para que estes entendam seu papel no contexto social e econômico que vivenciam.

Com base nessa argumentação, o presente trabalho propõe uma reflexão em torno de como o projeto de intervenção possibilitou representações para o ambiente educacional, trazendo o que Freire (1987) pontua como “práxis”. Partiu-se das seguintes questões norteadoras: quais contribuições do projeto de intervenção no processo de apropriação da dinâmica do PNAE por jovens do segundo ano do ensino médio do município de Varzedo/BA? Quais noções os jovens adquiriram sobre políticas públicas e sobre o PNAE? O que esses jovens produziram depois da experiência de participar e construir o projeto de intervenção?

Para tanto, este artigo está dividido em três partes: na primeira delas, apresenta-se a metodologia aplicada, caracterizando e trazendo sua importância como estratégia pedagógica; na segunda enfatiza-se a relação entre as percepções dos jovens sobre o tema “políticas públicas”, com enfoque no PNAE; a terceira apresenta os resultados da pesquisa sobre a ótica da compreensão dos jovens sobre políticas públicas, com o recorte ao PNAE após aplicação do projeto de intervenção; e, por fim, apresentam-se as considerações finais.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

O trabalho foi conduzido por meio de pesquisa-ação. O percurso metodológico da pesquisa-ação teve início com a identificação dos participantes do projeto de intervenção que envolveu professores das Ciências Humanas, assim como os jovens de duas turmas de 2º ano diurno da referida instituição. A pesquisa-ação é especialmente indicada e empregada em projetos de pesquisas educacionais, promovendo condições para ações e transformações de situações no âmbito escolar. Essa metodologia possibilita a autorreflexão coletiva do grupo envolvido e melhora a racionalidade de suas práticas sociais e educacionais, pontos estes presentes na intencionalidade da escolha metodológica. Portanto, a pesquisa-ação tem um caráter dialógico e pretende contribuir na formação de sujeitos participativos. De acordo com Barbier (2002) o trabalho com a pesquisa-ação, produz no pesquisador um envolvimento com os sujeitos participantes da pesquisa. “A pesquisa-ação obriga o pesquisador de implicar-se. Ele percebe como está implicado pela estrutura social na qual ele está inserido e pelo jogo de desejos e de interesses de outros. Ele também implica os outros por meio do seu olhar e de sua ação singular no mundo”. (BARBIER 2002, p.14)

A primeira etapa da pesquisa-ação foi à aplicação dos questionários de diagnóstico a 48 sujeitos que participam diretamente do projeto de intervenção, sendo 46 jovens e dois professores das disciplinas de Ciências Humanas. Tais sujeitos da pesquisa foram informados

a respeito do caráter e finalidade da investigação e manifestaram concordância em participar da pesquisa por meio de assinatura dos Termos de Consentimento Livre Esclarecido (Apêndice 1). Consoante ao art. 5º da Constituição e dos próprios direitos garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90, foi garantido o sigilo de identificação de todos os participantes por meio do uso de letras para identificação dos diferentes respondentes. Além disso, foi resguardado o direito à imagem dos menores em todas as fotos e imagens utilizadas neste artigo.

Entendendo que seriam relevantes os jovens e professores ampliarem seu conhecimento sobre as políticas públicas e, em especial, sobre o PNAE (pois o público dessa escola basicamente é rural, embora oficialmente esse colégio seja caracterizado como pertencente à área urbana), considerou-se relevante proporcionar a discussão sobre esse programa considerando que os conhecimentos e saberes construídos pelos jovens acerca deste tema seriam compartilhados junto à comunidade local.

O projeto de intervenção foi concebido dentro da pesquisa-ação. Não existem opiniões fechadas sobre a pesquisa-ação. Pelo contrário, há um leque de interpretações sobre viabilidade, conceituação, entre outros aspectos na seara educacional. Porém, um dos aspectos que une o pensamento de vários autores é que a pesquisa-ação está pautada na pesquisa, reflexão e ação. Diante disso, a escolha da referida técnica promoveria condições para se pensar um projeto de intervenção, que estaria regulado nesse tripé.

Segundo Elliott (1996, apud FRANCO, 2005), a pesquisa-ação permite superar as lacunas existentes entre a pesquisa educativa e a prática docente, ou seja, entre a teoria e a prática, e os resultados ampliam as capacidades de compreensão dos professores e suas práticas, por isso favorecem amplamente as mudanças. Ainda de acordo com Elliott 1996, apud Franco (2005), a pesquisa-ação se desenvolve em forma de um espiral, na qual suas fases estão relacionadas e não necessariamente possuem a ordem estabelecida. Ela pode mudar constantemente diante da própria dinâmica que se estabelece no ambiente escolar.

Partindo dessa premissa, primeiramente se apresentou a proposta de pesquisa-ação aos professores, direção e coordenação. Em seguida, foi aplicado pelos professores um questionário diagnóstico (Apêndice 2), aos jovens participantes, contendo questões que foram construídas partindo de questionamentos gerais, envolvendo cidadania, participação, políticas públicas e questões específicas sobre o PNAE.

Após detectar que existiam fragilidades no conhecimento sobre as referidas temáticas e tabular os resultados, estes foram apresentados aos professores envolvidos e à coordenação. Posteriormente se exibiu a temática a ser trabalhada. Foi exposto um pré-projeto denominado: “Cidadania e políticas públicas: incentivos ao protagonismo do jovem no Colégio Estadual Nossa Senhora da Conceição” aos participantes que também participaram do processo de indicação de atividades.

Após esses aspectos, iniciou-se o projeto de intervenção propriamente dito com desenvolvimento de atividades propostas em seu plano de ação. Entre as ações debateu-se com os jovens o conteúdo de cartilhas e materiais advindos do *site* do FNDE, informações sobre o programa PNAE, além de temas vinculados à cidadania, formação de conselhos, democracia e políticas educacionais. Todos esses temas vinculavam-se às dimensões “protagonismo” e “políticas públicas”, explorando como pano de fundo a política do PNAE.

Posteriormente, desenvolveu-se a estratégia de estimular os jovens a avaliarem a eficiência do Programa. Optou-se que os jovens apresentassem todos os resultados obtidos neste processo em sala de aula, por meio de seminários, debates, construção, apresentação de cartazes, gráficos e, em seguida, com a avaliação das educadoras, que estariam escolhendo um dia para a culminância do projeto. Durante reuniões de Atividades Complementares (ACs) com professores da escola foi decidido que durante um mês estes trabalhariam as temáticas

“cidadania”, “protagonismo”, “controle social”, “política pública” e “PNAE” e, posteriormente, os jovens realizariam um trabalho de campo. Além de estarem conhecendo as diretrizes, os marcos normativos e os textos vinculados às temáticas, os jovens foram estimulados a realizarem entrevistas (Apêndice 3) sobre o PNAE.

O trabalho de campo visou, além de aproximar o público participante da realidade, estimular a criticidade e a capacidade criativa desses jovens. Durante esse processo, estes realizaram um estudo em instituições, como Câmara de Vereadores, instituições de ensino, Secretaria de Educação, Conselho de Alimentação Escolar, entre outros, quanto à função e atuação dessas instituições na dinâmica do PNAE e, além disso, buscando contribuir para essas instituições com o intuito de problematizar as suas ações.

Durante essa ida a campo e ao passo que estes jovens trouxeram as informações para a sala de aula, eles também problematizaram a relação com o conteúdo dado – aliando a teoria com a prática como ação promotora do processo de ensino e aprendizagem. Essa ida a campo e as discussões teóricas provocaram nos jovens o desejo de construir uma horta escolar, que visou atender à necessidade do colégio. Diante disso, os professores tiveram que adaptar suas metodologias, realizar um novo planejamento, inserindo técnicas para o cultivo de hortaliças, e indicar a necessidade de estabelecer horários para a manutenção dessa horta. Talvez a procedência dessa construção incidu de alguns vídeos apresentados em sala sobre o PNAE, que ressaltava a sustentabilidade.

A motivação dos jovens em construir uma horta foi considerado efeito positivo e pertinente ao caráter da pesquisa-ação que é de sofrer ajustes e adequações a medida que o projeto se desenvolve. Durante todo o processo de construção e cuidado com a horta foi nítida a interação dos jovens. Nenhum recurso foi ofertado pelo colégio e, mesmo assim, a participação dos jovens foi efetiva.

Além da construção da horta, os jovens elaboraram produtos, como uma série de programas de rádio, folhetins e cartilhas didáticas, que foram distribuídas nas instituições foco da pesquisa de campo. Essas ações tiveram como foco estreitar os laços entre o colégio participante e as demais instituições envolvidas. Também promoveram a socialização dos resultados alcançados com a pesquisa de campo.

Após todo esse processo, foi realizado um questionário-avaliativo (Apêndice 4), com os jovens participantes para entender a percepção destes após aplicação do projeto de intervenção. Com educadores, foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Todos esses procedimentos foram feitos para entender o que deveria ser revisto ou até mesmo ampliado, pois se entende que um projeto de intervenção não se encerra. Ao término, pelo contrário, produz reflexões para explorar outros problemas ou continuar aprofundando a temática.

Entende-se que o projeto de intervenção não apresenta elementos e ações fixas. Longe disso, pelo caráter da complexidade e pela imprevisibilidade presente nesse instrumento, algumas ações foram mudadas diante das novas necessidades que surgiram durante a realização desse projeto. Os professores, por exemplo, precisaram relacionar temáticas do projeto aos conteúdos previstos nas unidades. Assim, intercalou-se tais conteúdos em relação às suas aproximações com o projeto.

Nesse sentido, a natureza dessa técnica permite detectar as percepções do público envolvido sobre as temáticas propostas, o que é de grande relevância para o repensar pedagógico, entendendo que esses agentes são formuladores de construtores sociais. Esse tipo de técnica traz a compreensão de emancipação dos sujeitos envolvidos e é essa perspectiva que desenvolveu no colégio participante. Despertar e/ou fortalecer a conscientização de construtores sociais que esses jovens são foi a intenção, assim como viabilizar que os resultados deste trabalho também fossem percebidos pela comunidade local.

O projeto de intervenção não busca apenas descrever o mundo prático, mas também modificá-lo. Nesse aspecto, além de discutir os temas “políticas públicas” e o “PNAE”, a referida pesquisa buscou instigar criatividade e análises críticas dos jovens, os quais foram incentivados a ir a campo e, a partir disso, construir materiais para serem socializados tanto no ambiente escolar como fora dele.

Por entender que a escola deve fomentar a articulação entre teoria e prática – promovendo o que Freire pontua como “práxis” – que se utilizou dessa técnica, respeitando o próprio percurso e inquietações dos educandos, os quais foram decisivos para a construção de novas ações.

Utilizou-se a participação dos envolvidos não apenas na condição de pesquisados, mas como sujeitos ativos de um processo de mudança, que visou oportunizar não apenas a resolução de algumas fragilidades em determinados conhecimentos, como sobre o PNAE, mas provocar ricas situações de aprendizagens para todos os envolvidos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Percepções dos jovens anteriores à implantação do Projeto de Intervenção

Durante a aplicação do questionário de diagnóstico percebeu-se que os jovens do 2º ano diurno do Colégio Estadual Nossa Senhora da Conceição possuíam escasso conhecimento sobre o PNAE e que apresentaram pouco interesse em participar de estruturas de controle social, como grêmios estudantis e colegiados escolares. Os que manifestaram ter conhecimento/interesse evidenciaram a importância dessas estruturas, correspondendo, portanto, a 56,5% do total. As suas respostas evidenciaram que estes possuíam conhecimentos rasos sobre essa relevância dos mecanismos de controle social.

[...] acho legal e vai fazer benefícios à escola (JOVEM A).

[...] ajuda no acompanhamento do aluno (JOVEM B).

[...] os alunos ficariam sabendo o que se passa na escola (JOVEM C).

[...] é uma forma de expressar nossas ideias (JOVEM D).

Porém, os que manifestaram ter pouco conhecimento e disposição para participar corresponderam a 17,4% e não souberam justificar o posicionamento.

Desconheço (JOVEM A).

Desconheço ambos (JOVEM B).

É evidenciado diante dessas respostas que a falta de conhecimento é um elemento que fortalece a ausência do desejo em participar desses órgãos. Nas respostas dos jovens participantes percebe-se que há uma fragilidade argumentativa, que deve ser fruto da pouca politização. É nesse olhar que se torna viável a noção de cidadania abordada por Milton Santos (1997), que considera cidadão aquele que possui as habilidades para compreender o mundo, assim como a sua situação no mundo, apresentando uma consciência crítica e atuante, pois no seu dizer, ser cidadão “[...] é o indivíduo completo é aquele que tem capacidade de entender o mundo, a sua situação no mundo e que, se ainda não é cidadão, sabe o que poderia ser os seus direitos” (SANTOS, 1997, p. 133).

Dessa forma, era preciso ampliar o conhecimento desses jovens sobre essas temáticas ora abordadas (“controle social”, “políticas públicas” e “PNAE” entre outras) para que, a partir disso, eles pudessem conquistar o desejo de mais envolvimento das múltiplas demandas sociais. Afinal, “para participar é imprescindível algum conhecimento e certas habilidades políticas adquiridas no próprio exercício de participação que possibilita experiência em tal processo que deve ser iniciado a qualquer tempo” (ALVES; VIEGAS; 2019 p. 7).

O PNAE possui relevância para o ambiente escolar à medida que promove aos jovens a oportunidade de acesso a alimentos saudáveis, assim como estimula o desenvolvimento local e o controle social fora e dentro do ambiente escolar. Nesse viés, torna-se importante que o colégio promova ações para que seus jovens possam aprofundar seus conhecimentos sobre essa política pública educacional, se reconhecendo não apenas como meros beneficiados dela.

O conhecimento sobre as políticas públicas é fundamental para que os jovens possam se posicionar perante a sociedade, conhecer seus direitos e reivindicá-los. Por isso, é relevante que os jovens estudantes de escolas públicas conheçam como são realizadas as políticas públicas educacionais, a exemplo do PNAE, e entender como este é gerenciado e executado em seu município e na realidade nacional.

Nesse prisma, o PNAE não tem a função apenas de garantir qualidade na alimentação somente quando o jovem estiver estudando, mas se constitui como projeto social que visa fortalecer o direito humano e universal à alimentação. Além de trazer contornos positivos no desenvolvimento da aprendizagem, traz reflexos em nível de desenvolvimento local.

Cabe ressaltar que o programa apresenta elementos econômicos e sociais relevantes, contribuindo para o fortalecimento do desenvolvimento local, pois de acordo com sua legislação, pelo menos 30% da aquisição de alimentos deve ser oriunda da agricultura familiar. É evidente, portanto, a dimensão de formação de capital social e a contribuição para a permanência do homem do campo. As próprias Diretrizes Operacionais para o Planejamento de Atividades do PNAE, no inciso II, do artigo 12, pontua essa prioridade na aquisição de alimentos da agricultura familiar com ensejo a fortalecer o desenvolvimento local sustentável.

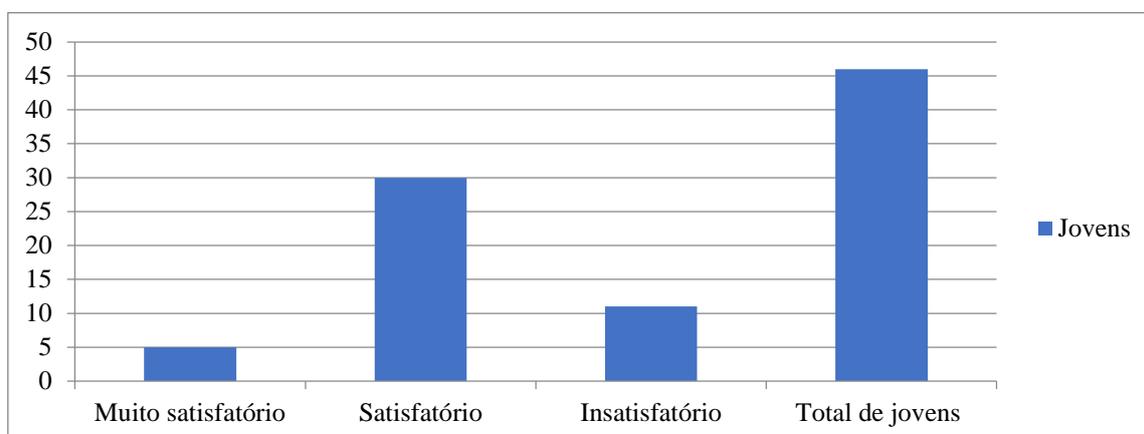
Diante disso, pontua-se que as pesquisas sobre a efetividade das políticas públicas nos municípios se apresenta como de grande serventia para descaracterizar as falsas ou informações distorcidas sobre o desenvolvimento local rural. É evidente que ainda na sociedade havia uma visão do espaço rural atrelada ao atraso, dependência. Isto posto, aprofundar o estudo sobre essa temática, sobretudo como as políticas públicas direcionadas a esse espaço, parece ser um dos caminhos para a promoção de novas possibilidades, correlacionando-as às potencialidades presentes nesse ambiente.

O estudo sobre a efetividade dessa política nos municípios brasileiros torna-se viável por possibilitar uma compreensão ampla do desenvolvimento local rural, uma vez que este espaço ainda sofre as consequências da visão preconceituosa, alicerçada no olhar do urbano como parâmetro e o rural como adaptação. É nesse sentido que a proposta em trazer a discussão sobre a relevância do desenvolvimento rural deve ganhar amplitude, na medida em que traz a compreensão de novas possibilidades para o meio rural.

Partindo dessa premissa e tendo como base que 70% dos jovens que estudam no colégio participante da pesquisa são oriundos do espaço rural, e que nesse local há o desenvolvimento de atividade da agricultura familiar, é fundamental debater a execução do PNAE.

Os próprios jovens responderam em sua maioria que seus conhecimentos sobre políticas públicas eram satisfatórios. Porém, alguns destes reconhecem que precisam aprofundar mais sobre a temática, como evidencia o gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Percepção dos jovens participantes da pesquisa sobre políticas públicas



Fonte: Elaboração dos autores (2019).

Durante a realização do projeto de intervenção foi possível, diante da aplicação do questionário de diagnóstico, constatar que os jovens, em sua maioria, não sabiam o que significava o PNAE. Isso se torna evidente a partir do momento que foram questionados se tinham conhecimento acerca do programa, sendo que no universo de 46 jovens, 58,6% evidenciaram que desconheciam o programa e 41,3% possuíam conhecimento sobre a referida temática.

Outro aspecto que clama a atenção é o fato de jovens que revelaram conhecer o programa, quando solicitados à evidenciar a importância deste, emitiam respostas vinculadas a melhorias educacionais e alimentares, sem expressar o próprio dinamismo que o PNAE proporciona ao nível local e algumas respostas eram distorcidas ou restritas.

Serve para as pessoas que não tem uma alimentação diária (JOVEM A).

É importante que os jovens possam entender que o PNAE visa oferecer alimentos saudáveis no período em que o aluno permanecer na escola e, além disso, contribui para manter hábitos saudáveis. Essa garantia está prevista na Constituição no art. 208, incisos IV e VII.

Nesse viés, a garantia de uma alimentação saudável parte do princípio da dignidade da pessoa humana e, portanto, cabe a construção de políticas públicas que efetivamente garantam tal direito.

As análises sobre essa política pública no ambiente escolar devem se vincular à compreensão apresentada pelos quatros pilares da educação, uma vez que nestes está expressa a necessidade de transformação da informação em conhecimento e este em ação. Os jovens contribuem para a sociedade não apenas no sentido de desfrutar das políticas públicas, pelo contrário, eles devem ser percebidos como protagonistas e, diante disso, entender toda a dinâmica das políticas públicas, entre elas, as educacionais, é uma maneira de se estimular a cidadania.

Um conhecimento mais aprofundado dessas temáticas é um passo importante para se construir uma juventude mais participativa que compreende a sua vivência no mundo como pertencimento e atuação. Conhecer os programas que estão vinculados à área educacional, como o PNAE, pode contribuir para a ampliação do controle social, pois a partir do momento em que estes jovens compreendem como esse programa funciona e qual a sua atuação frente a

ele, percebem que ele não pode ser apenas um receptor de políticas públicas, mas compreendem que sua função também se vincula à exigência de que haja, de fato, uma execução correta. Para isso que existe o Conselho de Alimentação Escolar (CAE). Esse órgão é formado por representantes dos segmentos; um representante do poder executivo; representantes das entidades de trabalhadores da educação e jovens; representantes de pais de jovens; representantes das entidades civis organizadas (BRASIL, 2009).

De acordo com Lei nº 11.947/2009, o CAE tem a função de:

Art. 19. Compete ao CAE:

I - Acompanhamento e fiscalização do cumprimento das diretrizes do PNAE; II - acompanhamento e fiscalização da aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - zelo pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

IV - receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo aprovando ou reprovando a gestão do Programa (BRASIL, 2009, p. 7).

O jovem estudante, além de ser incluído neste programa e por ser cidadão, deve entender como funciona a gestão desse programa para que este atenda aos objetivos previstos que, além de garantia de alimentação saudável, incluem ações de sustentabilidade, promoção da qualidade de vida e desenvolvimento local.

O questionário de diagnóstico evidenciou que 91,3% dos jovens desconhecem o significado da sigla CAE e somente 8,7% sabiam o significado. Observa-se também que essa porcentagem de 8,7% não tem nítida percepção da função desse Conselho, pois entre as respostas na parte subjetiva do questionário apenas um jovem respondeu, do total de três, que afirmaram conhecer o CAE.

Considerações que são passadas por nutricionistas para uma boa alimentação (JOVEM A).

De fato, os jovens não possuíam um conhecimento sobre a função e a importância do CAE e sobre como esse órgão atua no seu município. A aplicação do questionário de diagnóstico evidenciou que a maioria apresenta conhecimento restrito sobre o PNAE, seus marcos normativos, seus mecanismos de controle social, além disso a maioria dos participantes afirmou não possuir interesse em participar de ações vinculadas ao protagonismo juvenil.

Cabe enfatizar que o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013) aborda como direitos aos jovens o conhecimento, o monitoramento e a fiscalização das políticas públicas das quais fazem parte.

Art. 4º O jovem tem direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude.

Parágrafo único. Entende-se por participação juvenil:

I - a inclusão do jovem nos espaços públicos e comunitários a partir da sua concepção como pessoa ativa, livre, responsável e digna de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais;

II - o envolvimento ativo dos jovens em ações de políticas públicas que tenham por objetivo o próprio benefício, o de suas comunidades, cidades e regiões e o do País;

III - a participação individual e coletiva do jovem em ações que contemplem a defesa dos direitos da juventude ou de temas afetos aos jovens; e

IV - a efetiva inclusão dos jovens nos espaços públicos de decisão com direito a voz e voto (BRASIL, 2013, p. 2).

Mas como de fato acompanhar, monitorar e fiscalizar se não se conhece as políticas públicas ou se estas são conhecidas de maneira superficial? Para participar efetivamente das políticas públicas, em especial das educacionais, é preciso entendê-las. Uma participação sem compreensão pode ser compreendida tão somente como ativismo (FREIRE, 1996). Quando se tem a articulação entre a teoria e a prática, acontece a “práxis” apresentada por Freire, pois “[...] O homem é consciente e, na medida em que conhece, e tende a si comprometer com a própria realidade” (FREIRE, 1997, p. 21).

O incentivo a essa participação torna-se cada vez mais premente, pois a formação dos conselhos, muitas vezes, acontece para cumprir as obrigações legais, com escolha de seus representantes feita por grupos vinculados à gestão municipal. Como mecanismo de uma gestão democrática, a participação social fomenta a descentralização do poder, viabilizando também a avaliação de políticas educacionais e dos processos de aprendizagem. Além disso, essa participação promove o trabalho coletivo, articulado e interativa, e sucinta a formação cidadã através da emancipação e transformação social. Isto posto, é consensual de que a participação estabelece o diálogo, o respeito as peculiaridades de cada ser, favorecendo ao seu crescimento enquanto cidadão (ALVES;VIEGAS, 2019).

No ensino médio é comum a precária presença de lideranças e ações que fortaleçam essa autonomia nos jovens. Esse aspecto, segundo Muller e Ujiie (2014), vem provocando a necessidade de se repensar a dimensão pedagógica, através de instrumentos que promovam uma intervenção política pedagógica, pautada na formação de uma escola cada vez mais alicerçada na democracia. Sendo assim, um dos caminhos possíveis para alcançar tal aspecto é desenvolver ações voltadas ao envolvimento dos jovens em todo fazer pedagógico, compreendendo essa intervenção como política-pedagógica, com vista a tornar esse ambiente mais democrático e com maior interação e participação dos jovens.

É cada vez mais necessário se criar espaços para que os jovens possam desenvolver a coerência, no sentido de entender que “mundo” querem criar. Essa autonomia precisa ser incentivada na escola, para que estes se entendam como seres pertencentes à sua sociedade e, por conseguinte, criem mecanismos de fortalecimento do tecido social. É fundamental incentivar uma participação crítica que tenha repercussão no ambiente escolar e na comunidade. Sendo assim, “[...] não uma participação manipulada, simbólica ou decorativa imputada pelo adulto, mas através de um ambiente democrático, vivenciado em respeito ao seu próprio desenvolvimento” (FERREIRA, 2012, p. 58).

Os jovens devem ser motivados a interagir com a gestão escolar. Um dos processos que caminham em uma perspectiva de gestão democrática é a construção de grêmios estudantis, colegiado escolar e outros instrumentos que instigam a participação. Contudo, ressalta-se que não basta simplesmente os jovens estudantes comporem esses órgãos, mas entenderem a premência destes como caminhos democráticos de se envolver e pleitear demandas coerentes às necessidades escolares. As reuniões dos grêmios estudantis devem ser lócus para debater também as políticas educacionais vivenciadas na escola. Representa, portanto, um momento de compartilhar experiências, saberes e dúvidas, com foco em melhorias educacionais e, dessa forma, em estimular a cidadania participativa.

Paiva e colaboradores (2010) argumentam que a Constituição de 1988 foi um marco importante para a cidadania e para a garantia das políticas públicas sociais. Ressaltam ainda que para que a cidadania possa se materializar, é preciso o envolvimento dos jovens na gestão. Além disso, os autores sinalizam que a educação é um relevante instrumento para a mudança social e esta deve expressar a identidade juvenil.

Na escola, a avaliação das práticas deve ser contínua, buscando a formação e emancipação dos indivíduos, não apenas dos jovens, mas também do professor, pois ao passo que estes estão abertos à transformação, há, de fato, uma aprendizagem dialética e coletiva.

Deduz-se, dessa forma, que o protagonismo na escola deve ser trabalhado em direção a uma educação para a vida, que se expressa através de significados e sentidos para a formação do indivíduo (FERREIRA, 2012). Essa transformação não se dará apenas com os jovens estudantes, mas também com professores e todos envolvidos no processo educacional. Para que haja a construção desse protagonismo no âmbito escolar [...] “é necessário que o adulto seja um parceiro do jovem na descoberta de novos conhecimentos e na vida comunitária, possibilitando assim o Protagonismo Juvenil”. SEMICHECH; HIGA; CABREIRA (2012, p.32). O diálogo no ambiente escolar com foco ao protagonismo se apresenta como caminho para a formação de ambientes mais democráticos e emancipativos.

Revelações sobre o PNAE após a aplicação do Projeto de Intervenção

Após a aplicação do projeto, com ações voltadas ao conhecimento da legislação sobre o PNAE, assim como ao trabalho de campo para conhecerem o PNAE no seu município, foi possível registrar que as manifestações de ampliação do nível de conhecimento sobre o PNAE pelos participantes – e informações como o valor direcionado ao PNAE e função do CAE – foram respondidos pelos jovens de maneira positiva.

Na aplicação do questionário de avaliação (Apêndice 4) foi realizada a indagação se os jovens conheciam a composição do CAE no município. De um total de 45 jovens, 26 jovens responderam que sim, correspondendo aproximadamente a 58%, enquanto 19 jovens responderam não (42%). A pergunta aplicada era mais específica no tocante ao Programa, pois inclui dados do município e, mesmo assim, os jovens demonstraram maior conhecimento.

No que se refere à importância do CAE como mecanismo de controle social da merenda escolar no município, a maioria dos jovens participantes compreendeu esse mecanismo como importante.

Após realização do projeto de intervenção, foi possível detectar que os jovens ampliaram seus conhecimentos sobre o PNAE, seus marcos normativos e outros aspectos trabalhados. Quando questionados se o projeto de intervenção contribuiu para a compreensão do PNAE, as respostas foram em sua maioria positivas.

Sim, ajudou a saber como é feita a distribuição do alimento escolar e etc. (JOVEM A).

Sim, porque eu não tinha entendimento sobre o assunto e com o projeto descobri coisas que nem imaginar saber (JOVEM B).

Sim, porque tínhamos pouco entendimento a respeito e hoje sabemos mais (JOVEM C).

Sim. Pois nós entendemos que o PNAE, se todos participarem, cada vez mais haverá uma melhoria na alimentação escolar (JOVEM D).

Sim, além de adquirirmos mais conhecimentos sobre o Programa PNAE, entendemos a sua importância na alimentação escolar (JOVEM E).

Os professores evidenciam em suas falas que o projeto de intervenção promoveu reflexões importantes:

Bem, o projeto eu vi como algo positivo na escola. Os alunos participaram. O tema foi bem trabalhado. E assim houve, de fato, a aprendizagem né? Além da

importância do tema, já que nunca trabalhamos com esse tema na escola e é algo que os alunos vivenciam no dia a dia o tempo todo – a merenda escolar eles têm desde o ensino fundamental até o ensino médio. Então, achei que foi bem interessante à discussão e aplicação na escola (PROFESSORA A).

Bem. O projeto sobre políticas públicas com foco na questão do PNAE, o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) que diz respeito à alimentação escolar foi de suma importância, em relação ao conhecimento e formação para discentes. Muitos deles não sabiam, não conheciam essa cota que exige uma alimentação saudável oriunda da zona rural. Os próprios pais podem ser vendedores dessa alimentação e também uma forma de incentivar uma alimentação orgânica, uma alimentação da qualidade, uma alimentação que possivelmente vai levar longevidade de vida melhor saúde. Então é importante, afinal sempre despertando isso, afinal de contas, a gente é o que a gente come. Tanto a nível de conhecimento, quanto a informação, porque muitos discentes não tinham esse conhecimento e passaram a ter, outros já tinham de uma forma, talvez, é um conhecimento simples, é, simplório, mas que ampliou esse conhecimento acerca de uma alimentação mais saudável, que é proposto pelo PNAE (PROFESSORA B).

Recorrendo-se ao pensamento Engel é possível constatar que “[...]. além disto, a pesquisa-ação em sala de aula também se revelou como um instrumento eficiente para o desenvolvimento profissional dos professores” (ENGEL, 2000, p. 183). Sobre esse aspecto, e quando as professoras foram questionadas sobre se o projeto de intervenção contribuiu para sua compreensão sobre o PNAE, elas afirmam:

Sim, apesar de que eu conhecia o Programa, mas a gente sempre apreende né, então as discussões teóricas, a pesquisa que eles fizeram. Isso faz com que a gente compreenda, mas profundamente o tema. O tema eu já conhecia, mas assim, mas em relação à aplicabilidade no município foi bem interessante para mim, porque a gente conhece o macro, mas o que acontece na nossa escola, no nosso município, aprendi muito com eles (PROFESSORA A).

A resposta da Professora B também foi positiva e, além disso, trouxe a necessidade de um constante aprofundamento da temática.

Eu acho que a gente [...], na verdade, você acaba lendo novos textos, amplia ainda mais. Eu já tinha conhecimento do que seria o PNAE [...]. Enfim, a gente acaba lendo mais, ampliando esse conhecimento [...], mas é preciso você lendo, discutindo, na própria sala, vai discutindo com os colegas você vai vendo que é muito mais amplo do que você imaginava. [...]. A gente vai discutindo, mostrando para o aluno a importância de cobrança, da participação. O que eu vejo [...] é a questão do aluno, o aluno ainda tem essa resistência, de ter uma alimentação orgânica, natural, de trazer uma banana, uma laranja, uma maçã. Eles preferem alimentos industrializados, mais caros, de uma qualidade inferior (PROFESSORA B).

Esse depoimento da Professora B demonstra que a sua reflexão sobre as implicações do projeto de intervenção instigou o desejo e a necessidade de também aprofundar seus conhecimentos sobre as temáticas trabalhadas. Diante disso, os educadores podem e devem redimensionar suas práticas. Colocar-se no contra fluxo do processo de ensino-aprendizagem. Além de ensinantes, tornam-se também aprendizes. Forma-se, nesse sentido, uma práxis libertadora, pois ao passo que cada educador vai se refazendo, se reconstruindo, se formando e libertando de uma consciência ingênua (FREIRE, 1987), o processo de transformação se dá pela formação de novos significados para a formação do cidadão.

Freire (1997) contribui para essa discussão quando argumenta que quem ensina também aprende. Esse mesmo aspecto foi elencado pelos jovens que, em sua maioria, perceberam mais como positivas as ações desenvolvidas no projeto de intervenção:

Sim. Porque nós entendemos que o PNAE, se todos participarem, cada vez haverá uma melhoria na alimentação escolar (JOVEM A).

Sim, porque fez com que a gente aprendesse várias coisas importantes sobre o PNAE e discutimos várias temáticas (JOVEM B).

Sim, além de adquirirmos mais conhecimentos sobre o Programa PNAE, entendemos a sua importância na alimentação escolar (JOVEM C).

Sim, porque através desse projeto ficamos sabendo dos nossos direitos sobre a alimentação escolar e tudo que engloba o PNAE e o CAE (JOVEM D).

Sim, pois desenvolvemos atividades que contribuíram para o melhor entendimento do PNAE (JOVEM E).

Sim, pois não sabia o que de fato era e compreendi sua importância, pois a merenda escolar necessita de acompanhamento (JOVEM F).

Sim, pois nos enriqueceu de forma muito grande e dinâmica. Antes eu nem sabia o que era o PNAE, o que de fato ele fazia ou se existia na localidade onde eu moro (JOVEM G).

No total, de 45 jovens que responderam ao questionário (um participante da etapa do questionário de diagnóstico não participou da avaliação da pesquisa porque se encontrava em período de afastamento para tratamento de saúde), a categoria “nova aprendizagens” aparece com um percentual de 28,8%, ao passo que a categoria “ampliação de conhecimento” surge com um total de 22,2%. Os demais percentuais giraram em torno das palavras “entendimento”, “alimentação saudável”, “enriquecimento”, entre outras que trazem a compreensão positiva do projeto de intervenção, correspondendo, dessa forma, a 35,7%. Apenas 13,3% compreendem o projeto de maneira negativa. Nota-se que aparecem nesses pontos apresentados a compreensão de que o projeto de intervenção possibilitou contornos positivos no processo de ensino-aprendizagem. É notório que os jovens entenderam que a prática das atividades propostas no projeto desencadeou novas aprendizagens e ampliação do seu conhecimento. Meira (1998) argumenta que cabe ao educador reconhecer o estudante como histórico social e que, portanto, aprende com outros homens e mulheres, cabendo, então, entender as fragilidades e habilidades desses educandos. Nesse sentido, torna-se relevante realizar um processo de diagnóstico sobre seus saberes para, a partir desse aspecto, construir novas práticas que fortalecerão novas aprendizagens e potencialidades de desenvolvimento.

A compreensão da autora se ampara na concepção de Vygotsky (1988), quando enfatiza que há o nível de desenvolvimento atual e a zona de desenvolvimento proximal. A primeira corresponde ao que a criança já consegue fazer sozinha e a segunda corresponde às ações que a criança pode realizar com a ajuda dos adultos. No caso, os jovens estudantes em análise também apresentam essa capacidade potencial de aprendizagem, cabendo ao educador, através de novas práticas, intervir com o intuito de ampliação de novos saberes e instigar o protagonismo, entendido como possibilidade tanto de desenvolvimento pessoal quanto da

comunidade que estes jovens estão inseridos. Além de tais aspectos este protagonismo é uma forma de favorecer a autonomia e responsabilidade desses, o que, por conseguinte, pode contribuir para a mudança social. (SEMICHECHE; HIGA; CABREIRA, 2012.

Diante de tais informações foi possível perceber que os jovens, em sua maioria, ampliaram seus conhecimentos, pois é consensual entre eles que o projeto contribuiu para que eles pudessem compreender tal programa e, além disso, perceberam sua importância como sujeitos de direitos que tem a função também de acompanhar as políticas públicas.

Desse modo, é possível compreender que, como aponta Freire (1987), as pessoas se educam em comunhão com as outras, mediatizados pelo mundo. Logo, ao passo que educadores se preocupam em fomentar a aprendizagem dos educandos, há em contrapartida um crescimento coletivo. Nesse sentido, uma das máximas do projeto de intervenção foi instigar aos educandos de que o trabalho coletivo vem se mostrando como estratégia fundamental para o fazer social.

Posteriormente ao projeto de intervenção, foi possível perceber que houve uma sensibilização dos jovens sobre as políticas públicas, assim como os jovens evidenciaram o desejo de participar de ações voltadas ao controle social. Isso foi possível constatar diante do questionamento realizado se eles consideravam importante realizar o controle social de Programas como o PNAE por parte da sociedade civil. Do total de 45 jovens, 97,8%, argumentaram que sim e apenas 2,2% consideraram não ser relevante a sociedade civil realizar o controle social.

No que refere ao entendimento do CAE como mecanismo de controle social do PNAE, do total de 45 alunos, aproximadamente 95,6% vê como positivo a atuação do Conselho e apenas 4,4% manifestaram uma resposta negativa.

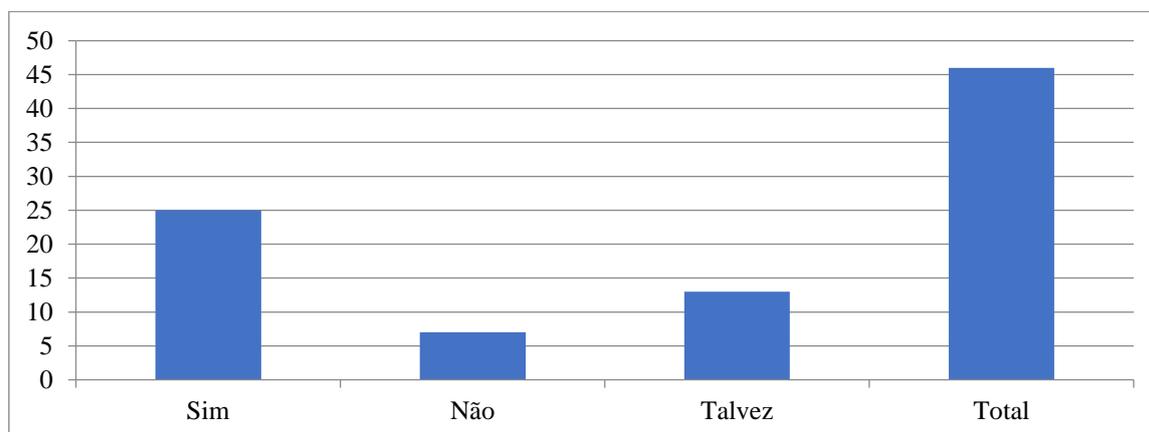
Constata-se, nesse contexto, que a maioria dos jovens conseguiu compreender a importância do CAE no município como instância de acompanhamento e fiscalização para que, de fato, o direito à alimentação, previsto na Constituição de 1988, seja efetivado.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNs) (BRASIL, 2000) trazem a educação como elemento importante na construção do cidadão. Esse aspecto vem expresso em todo corpo do texto, com destaque ao falar da área de Ciências Humanas. Quando assim, aduz:

[...] deve-se desenvolver a tradução do conhecimento das Ciências Humanas em consciências críticas e criativas, capazes de gerar respostas adequadas a problemas atuais e a situações novas. Dentre estes, destacam-se a extensão da cidadania, que implica o conhecimento, o uso e a produção histórica dos direitos e deveres do cidadão e o desenvolvimento da consciência cívica e social, que implica a consideração do outro em cada decisão e atitude de natureza pública ou particular (BRASIL, 2000, p. 21).

Após o projeto de intervenção, os participantes foram estimulados a avaliar se participariam do Grêmios Estudantil, Colegiado Escolar ou outros mecanismos de participação na escola. 55,5% manifestaram interesse, 15,5% não manifestaram interesse em participar e 29% evidenciaram que existe a possibilidade de participação. Esse fato já indica que o projeto de intervenção provocou os jovens a pensarem sobre a participação em órgãos de controle social, uma vez que a soma entre os jovens que apresentaram possibilidade de participação e os que talvez participariam perfaz um total de 84,5%. Além disso, na fase de diagnóstico, 67,4% não evidenciaram interesse em participação e apenas 32,6% manifestaram interesse em participar. Há, conseqüentemente, um acréscimo na probabilidade de participação.

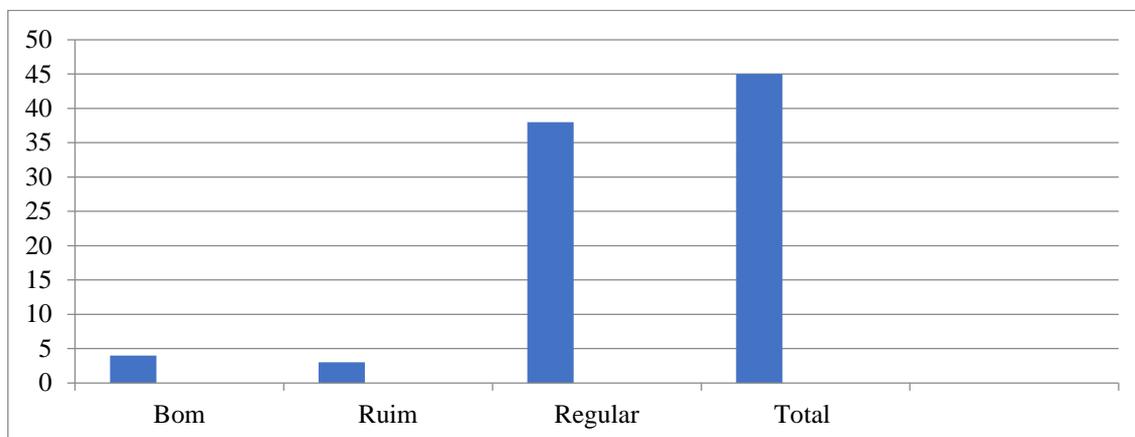
Gráfico 2 – Manifestação de interesse dos jovens em participar em estruturas de controle social da escola após aplicação do projeto de intervenção



Fonte: Elaboração dos autores (2019).

Ao direcionar perguntas sobre a percepção de seus conhecimentos sobre as diretrizes, normas, entre outros documentos do PNAE após aplicação do projeto de intervenção, a maioria considerou seus conhecimentos “regulares” (84% dos jovens), apenas 6,7% considerou “ruim” e 8,9% dos jovens participantes consideraram seus conhecimentos com “bom”. De fato, o conhecimento de todas as normas e diretrizes do PNAE é complexo e requer um lapso temporal maior.

Gráfico 3 – Considerações sobre conhecimentos de normas, diretrizes e outros aspectos normativos do PNAE pelos jovens participantes do projeto de intervenção



Fonte: Elaboração dos autores (2019).

Essa constatação dos jovens leva à reflexão dos educadores sobre o quanto é preciso trabalhar com as temáticas que esses jovens ainda sentem dificuldades de compreensão e sinaliza também que os mesmos compreenderam a complexidade do tema, ponto este fundamental no processo de aprendizagem: o reconhecimento que são eternos aprendizes. Sobre as dificuldades em aplicação do projeto de intervenção, as educadoras sinalizaram que:

Na verdade é o seguinte: os alunos, eles se envolveram, poderiam se envolver mais, principalmente o 2º vespertino, então o 2º matutino, a gente percebeu que eles tiveram uma participação maior, fizeram a pesquisa de fato. O 2º v, foi uma turma

que ficaram [sic] mais apática no início, depois acabaram se envolvendo. De fato, o projeto aconteceu, foi discutido, analisado, foi realizado as atividades propostas, acho que eles deveriam participar mais. E também na parte de pesquisa de campo, nas entrevistas, faltou um pouco de informação dos órgãos competentes, na parte da Secretaria de Educação, nutricionistas, então, algumas informações foram insuficientes, a gente precisava de mais detalhes, mas no geral foi interessante a participação deles (PROFESSORA A).

Diante desse depoimento, é possível perceber que as educadoras acreditam que o projeto de intervenção foi favorável para a aprendizagem dos jovens. Uma vez que pontuaram que ao trabalhar com os marcos normativos, os documentos do PNAE, assim como embasamentos teóricos sobre as temáticas “participação”, “cidadania”, “controle social”, “políticas públicas”, entre outras temáticas, fazendo um paralelo a realidade local, os educadores acreditam ter promovido uma problematização importante para que estes jovens possam superar aos poucos a visão restrita que possuíam sobre o PNAE em seu município. Cabe ressaltar que além de pesquisadores, as professoras também puderam experimentar a reflexão de sua própria prática, pois ao responder o questionamento sobre as implicações do projeto de intervenção, também estavam avaliando sua prática.

Freire (1997) pontua que o ensino e aprendizagem deve ser de forma dialética e, ao abordar que o cidadão deve estar ‘com o mundo’, e não simplesmente “no mundo”, deixa claro a sua noção de cidadania atrelada à noção de autonomia e práxis.

Nesse ínterim de trabalho de campo, os jovens criaram produtos para divulgar na comunidade local, como cartilhas (Figura 1), folhetins, entre outros, através das informações e dados obtidos nessa pesquisa de campo, pois “[...] a educação é mais autêntica, quanto mais desenvolve este ímpeto ontológico de criar. A educação deve ser desinibida e não restritiva. É necessário darmos oportunidade para os educandos sejam eles mesmos” (FREIRE, 1997, p. 17). Nesse sentido, não foi apenas uma ação ou várias ações promovidas pelos educandos. Além dessa participação, houve uma reflexão do ato de fazer, afinal “[...] a ação só é humana quando, mas que um puro fazer, é um que fazer, isto é, quando também se dicotomiza da reflexão” (FREIRE, 1987).

Os jovens foram instigados a entender-se como protagonistas e, como tais, deviam dar sentido aos conteúdos trabalhados em sala de aula, fazendo uma interligação entre escola e sociedade. As produções desenvolvidas pelos estudantes apresentavam como foco instigar um olhar além das aparências e, diante disso, através de questionários e entrevistas, os educandos foram a campo compreender a dinâmica do PNAE e de como este se materializa na escala local e, além disso, provocar a reflexão dos atores entrevistados.

A escolha dos atores entrevistados ocorreu de acordo com a relação mais próxima com o Programa, sejam eles beneficiários/entidades executoras ou fiscalizadores. O roteiro da entrevista do programa de rádio encontra-se no Apêndice 5.

Figura 1 – Produto: Cartilha Didática sobre o PNAE.



A experiência extramuros escolares despertou algumas ações que não estavam previstas inicialmente no projeto de intervenção, mas que passaram a compor as ações, como a construção da horta escola (Figura 2), uma iniciativa que demonstra a compreensão desses discentes sobre cidadania foi ampliada. Muito mais do que atender às orientações propostas pelos professores, estes jovens compreenderam a sua importância na formação e melhorias sociais.

Figura 2 – Cultivo da horta na escola participante do projeto



Fonte: Acervo da autora.

Destarte, o projeto de intervenção levou algumas ações positivas no ambiente escolar. Muito mais do que atingir as turmas selecionadas, acabou movimentando a escola e a comunidade local, afinal os resultados adquiridos através das entrevistas, questionários realizados pelos jovens foram apresentados à comunidade local e na própria instituição de ensino. Os jovens construíram e apresentaram no ambiente escolar sessões de programas de rádio para que as outras séries do colégio pudessem ampliar seus conhecimentos sobre a temática. Folhetins e cartilhas didáticas foram apresentadas na comunidade local, especialmente nas instituições visitadas durante o projeto, o que foi uma forma de devolver à comunidade as informações e saberes construídos durante o projeto (Figura 3).

Figura 3 – Culminância do Projeto de Intervenção na escola participante (A); Entrega de folhetins em escolas municipais (B)



Fonte: Acervo da autora.

Na sua verificação de formação do “Ser”, Freire (1987) apresenta o conceito de “Ser Mais”, que se articula a ser cidadão do sentido amplo, pois “a superação da contradição é o parto que traz ao mundo este homem novo não mais opressor, não mais oprimido, mas homem libertando-se” (FREIRE, 1987, p. 19). Parece que o sentido proposto pelo projeto foi

alcançado, uma vez que além de refletirem, de colaborarem, os jovens acabaram por se humanizarem, criando possíveis soluções que não estavam sendo previstas. Assim, “é na troca, no diálogo entre homem-mundo, homem-homem que o sujeito se constrói, e a realidade se transforma num processo contínuo e concomitante de reflexão e ação” (FREIRE, 1987, p. 25).

Após a culminância do projeto de intervenção, algumas ações continuam sendo desenvolvidas pelos jovens, a exemplo do cuidado com a horta realizado durante o projeto. Além disso, alguns jovens estão se movendo para a criação do grêmio estudantil e para comporem o Colegiado Escolar. Sendo assim, “[...] estamos convencidos, pelo contrário, de que a reflexão, se realmente reflexão, conduz à prática” (FREIRE, 1987, p. 29). Esse aspecto vem evidenciado pelos Parâmetros Nacionais de Ensino Médio, que aborda a cidadania como ponto fundamental a ser trabalhado nas escolas, pois:

Espera-se que a escola contribua para a constituição de uma cidadania de qualidade nova, cujo exercício reúna conhecimentos e informações a um protagonismo responsável, para exercer direitos que vão muito além da representação política tradicional: emprego, qualidade de vida, meio ambiente saudável, igualdade entre homens e mulheres, enfim, ideais afirmativos para a vida pessoal e para a convivência (BRASIL, 2000, p. 59).

Essa dimensão de cidadania, entendendo os jovens como possibilidades de serem protagonistas, é evidenciada em diversas passagens do texto dos Parâmetros Curriculares Nacionais, inclusive na parte que fala do currículo, em que é explícita a compreensão de que no colégio as vozes, pensamentos e atitudes dos educandos precisam ser respeitadas. E entre as ações de promoção de uma cidadania ativa, contida nesse documento, evidencia-se que se deve “[...] estimular todos os procedimentos e atividades que permitam ao aluno reconstruir ou ‘reinventar’ o conhecimento didaticamente transposto para a sala de aula, entre eles a experimentação, a execução de projetos, o protagonismo em situações sociais [...]” (BRASIL, 2000, p. 75). Esse estímulo à participação é fundamental, pois:

[...] permite aos seus atores e à comunidade conhecer e acompanhar melhor o seu trabalho para poder nela intervir, fazendo com que esses sujeitos deixem de ser espectadores e usuários para assumirem o papel de autores e atores do projeto escolar (BRASIL, 2000, p. 113).

Como se vê, tratou-se de um projeto que entende o trabalho coletivo como âncora para mudanças sociais. Afinal, cruzando as pluralidades de olhares sobre o tema PNAE após a aplicação do projeto de intervenção, foi possível constatar que os jovens compreenderam que o conhecimento mais aprofundado da temática possibilita mais respaldo para atuarem mais efetivamente no acompanhamento das políticas públicas.

Dessa forma, a cidadania não é algo imposto, ela é construída, à medida que o indivíduo se constrói cidadão. A respeito disso, Giron (2000) afirma que:

[...] o homem não nasce cidadão; o homem se torna cidadão. A formação de um cidadão não é tarefa fácil: a família, a escola e mesmo o Estado não se sentem responsáveis pela sua formação. Transferindo-se a responsabilidade de uma instância para outra, quem sai perdendo é o indivíduo e a sociedade (GIRON, 2000, p. 7).

Diante disso, desenvolver projetos que busquem estimular uma leitura de mundo sobre as possibilidades de construção do protagonismo do jovem, em direção à cidadania

participativa, pode aprimorar o senso de dialogicidade entre os conhecimentos apreendidos na escola e a intervenção dos jovens na realidade de seus municípios.

Dessa maneira, percebe-se a necessidade de o Colégio proporcionar as condições ideais para que os jovens possam ressignificar a sua realidade, construindo a sua identidade baseada em valores que permitam a sua formação socioeconômico, político e cultural, voltada para uma sociedade mais justa e fraterna.

Além de poder acompanhar a política pública do PNAE com maior propriedade, o conhecimento mais amplo dessa política é relevante para que os jovens estudantes que residem principalmente no meio rural possam ser multiplicadores de informações sobre a gestão e a execução do PNAE com foco para que os agricultores possam realizar os procedimentos para a venda de seus produtos, através dessas informações, haja vista que essa política pública assume grande relevância como estímulo à permanência do agricultor no meio rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas pesquisas sobre o termo “juventude” estão vinculadas a aspectos negativos sobre a dimensão de irresponsabilidade, entre outros aspectos. Contudo, existe criatividade e potencial nos jovens que muitas vezes não têm sido valorizados. As instituições de ensino, como local de debate e de contribuição da formação cidadã, possuem um grande papel a desempenhar para desmistificar tais concepções carregadas de visões preconceituosas e, portanto, limitantes.

Essa visão de que os jovens não têm interesse na construção de uma sociedade melhor acaba por alicerçar a compreensão de que não é necessário que estes conheçam as políticas públicas e, mais do que isso, que possam acompanhá-las e fiscalizá-las.

Dessa forma, é preciso que os jovens das escolas públicas tenham um vasto conhecimento sobre os programas e políticas públicas educacionais, entre elas, as que estão diretamente vinculados, a exemplo do PNAE. E mais do que terem conhecimento do seu gerenciamento, possam assumir a responsabilidade de serem cidadãos ativos, entendendo-se com partícipes do processo de construção social, de maneira crítica e coletiva.

Mediante os pressupostos indicados, trabalhar com os temas “políticas públicas” e como o PNAE é provocar nos estudantes a busca por entender como funciona, quais são suas possibilidades e fragilidades onde eles estão inseridos.

[...] é fundamental que, após um trabalho de pesquisa-ação, os sujeitos participantes tenham apreendido comportamentos e atitudes no sentido de incorporarem a reflexão cotidiana, como atividade inerente ao exercício de suas práticas (FRANCO, 2005 p. 500).

Compreende-se então que os jovens não podem ser considerados como seres passivos do processo de aprendizagem. Ao contrário, podem e devem ser vistos como agentes epistemológicos. Dessa forma, através de informações obtidas junto aos sujeitos através da aplicação do projeto de intervenção pode-se concluir que este é mais uma forma de propiciar a atuação destes educandos para que seus conhecimentos possam perpassar o ambiente escolar. O educador e todos aqueles vinculados à educação devem despertar esse olhar de pertencimento e autonomia nos jovens. É nesse sentido que o projeto de intervenção, fruto da pesquisa-ação foi construído, entendendo os educandos como sujeitos de transformação. Toda

a metodologia foi utilizada articulando teoria e prática, buscando, portanto, atingir a práxis, abordada por Freire (1987). E, além disso, o próprio projeto de intervenção traz a necessidade de reflexão da práxis educativa, buscando a compreensão da continuidade do trabalho de estímulo à cidadania.

Através das concepções apresentadas nos PCNs, o protagonismo passa a fazer parte das ações do ensino médio, atendendo os aspectos estabelecidos nos quatro pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser, aprender a viver juntos, uma vez que estes sinalizam pela formação cidadã, que é indissociável da participação. Nesse sentido, os jovens devem ser compreendidos como sujeitos sociais, dotados de saberes e possibilidades. Sem sombra de dúvidas, é preciso apresentar a estes, condições para o seu empoderamento na sociedade

Constatou-se que o trabalho com o projeto de intervenção se constituiu como experiência positiva para o ambiente escolar, à medida que propiciou um olhar mais amplo sobre as políticas públicas, especialmente sobre o PNAE, compreensão esta que ensejou ações de continuidade no ambiente escolar. Afinal, o que se espera é contribuir para a emancipação do indivíduo, que não apenas recebe informações, mas que, a partir destas, gera conhecimento para uma postura e atitude consciente do seu papel na sociedade.

Outro aspecto que deve ser ressaltado é a responsabilidade dos educadores na aplicação das ações dos jovens. Isso sem sombra de dúvidas permitiu a segurança das ações dos jovens e a compreensão destes de sentir a necessidade de participarem de maneira efetiva. Além de pesquisadores, essas professoras foram pesquisantes, afinal, o trabalho foi desenvolvido com envolvimento tanto dos educadores quanto dos jovens praticantes.

A partir das reflexões apresentadas é possível compreender que o trabalho com o projeto de intervenção, embora tenha proporcionado reflexos positivos para a prática pedagógica e a apropriação das políticas públicas, em especial o PNAE, não esgota a necessidade de continuar trabalhando com a temática. Pelo contrário, esta deve se fazer constante em todas as instituições, afinal, o trabalho de sensibilização quanto ao se fazer cidadão ativo deve ser contínuo. Assim, se enseja fazer uma reflexão permanente sobre a ação, para que essa ação não seja considerada como puro e simples ativismo (FREIRE 2011).

Diante das argumentações expostas, percebe-se que o projeto de intervenção vinculasse a uma gestão democrática, afinal, requer ações compartilhadas. Certamente, o trabalho realizado está longe do término, por seu caráter cíclico oriundo do projeto de intervenção, o que permitiu que novas ações fossem construídas ou ressignificadas e que leva a outras necessidades, fruto do pensar de continuidade. Afinal, a educação deve ser entendida como ponte para a liberdade e autonomia dos jovens, sendo assim, a educação adquire o lado político de posicionamentos, interação e construção do ser crítico e reflexivo (FREIRE, 2001).

De maneira geral, os resultados aqui apresentados evidenciam a necessidade de continuar estabelecendo conexões entre teoria e prática na busca de uma aprendizagem significativa e que promova cada vez mais uma maior apropriação das temáticas trabalhadas. A compreensão dos jovens como cidadãos atuantes e não apenas como potenciais deve ser constante, na busca de que, de fato, as pretensões de estímulo à cidadania não sejam apenas normas e deliberações sem efetividade.

A contribuição do estudo talvez seja o entendimento que o trabalho com projeto de intervenção, além dos resultados imediatos na compreensão das políticas públicas com enfoque ao PNAE, desperta autorreflexões da comunidade escolar como propósito de emancipação dos cidadãos.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H. W. e BRANCO, P. P. M. (Org.). *Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

ALVES, A. V. V.; VIEGAS, E. R. dos S. A participação nos Conselhos Municipais de Educação: entre limitações e potencialidades. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 13, n. 23. Julho de 2019

AZEVEDO, S. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JUNIOR, A. O. (Org.). *Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais*. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BAHIA. *Diário Oficial Portaria de 08 de janeiro de 2019 nº 10/2019*. Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Salvador: Diário Oficial, 2019. Disponível em: http://diarios.egba.ba.gov.br/html/DODia/DO_frm0.html. Acesso em: 9 jul. 2019.

_____. *Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Nossa Senhora da Conceição*. Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Varzedo: Revisão, 2018.

BARBIER, R. *A pesquisa-ação*. Trad. Lucie Didio. Brasília: Liber Livro, 2002.

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

_____. *Diretrizes operacionais para o planejamento de atividades do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), 2004*. Brasília: MEC/FNDE. Disponível em: ftp://ftp.fnnde.gov.br/web/alimentacao_escolar/diretrizes_operacionais_pnae_07102004.pdf. Acesso em: 9 jul. 2019.

_____. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

_____. *Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009*. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm. Acesso em: 15 out. 2019.

_____. *Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013*. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília: Casa Civil, 2013. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: 23 set. 2019.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)*, 2000. Brasília: MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

CORRÊA, J. S.; SZYMANSKI, H. Experiência de participação em atividades comunitárias: o olhar do jovem. *Perspectiva em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade*, Naviraí, v. 3, n. 5, p. 20-37, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/542/1079>. Acesso em: 23 set. 2019.

DEGRANDE, D. H. S.; GOMES, A. A. Formação inicial: a concepção do professor reflexivo. *Perspectiva em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade*, Naviraí, v. 6, n. 11, p. 169-183, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/7895/5845>. Acesso em: 23 set. 2019.

ELLIOT, J. *El cambio educativo desde la investigación-acción*. Madri: Morata, 1996.

ENGEL, G. I. Pesquisa-ação. *Educar*, Curitiba, n. 16, p. 181-191, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n16/n16a13.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2018.

FERREIRA, S. M. M. *O protagonismo de jovens no ensino médio do Colégio Militar de Salvador*: compreendendo “atos de currículo” em experiências socioculturais de formação. 2012. 246 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/9265/1/Sônia%20Maria%20Moraes%20Ferreira.pdf>. Acesso em: 26 out. 2018.

FRANCO, M. A. S. Pedagogia da pesquisa-ação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a11v31n3.pdf>. Acesso em: 23 set. 2019.

FREIRE, P. *Educação e mudança*. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. *Extensão ou comunicação?* 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Política e educação: ensaios*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GIRON, L. S. *Refletindo a cidadania. Estado e sociedade no Brasil*. 5. ed. Caxias do Sul: Educs, 2000.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Varzedo, Bahia/Panorama, 2010*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/varzedo/panorama>. Acesso em: 7 jul. 2019.

IDEB, ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA. *IDEB 2017 e projeções para o BRASIL*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 9 out. 2019.

IPEA, INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. *Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013*. Brasília: Fundação João Pinheiro. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/>. Acesso em: 9 out. 2019.

MEIRA, Marisa Eugênia Melillo. *Desenvolvimento e aprendizagem: reflexões sobre suas relações e implicações para a prática docente*. Ciênc. educ. (Bauru) [on-line]. 1998, v. 5, n. 2, p. 61-70. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v5n2/a06v5n2.pdf> Acesso em: 18 out. 2019.

MULLER, M. J. S.; UJIIE, N. T. Protagonismo juvenil no ensino médio e gestão democrática na escola pública: implicações e possibilidades metodológicas para a prática escolar. *Cadernos PDE*, v. 1, 21 p., 2014. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unespar-uniaodavitoria_gestao_artigo_maria_juscelia_sabai.pdf. Acesso em: 2 nov. 2018.

PAIVA, A. L. S. Diálogos entre juventude e educação: da posição conformista a práxis. In: SILVA, J. S.; BARBOSA, J. L.; SOUSA, A. I. *Políticas públicas e juventude*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Pró- Reitoria de Extensão, 2010.

SANTOS, M. As Cidadanias Mutiladas. In: *Preconceito*. São Paulo: Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, 1997.

SEMICHECHE, A.; HIGA, K. M.; CABREIRA, L. *Protagonismo juvenil: a participação dos jovens para a transformação social*. Akrópolis Umuarama, v. 20, n. 1, p. 21-38, jan./mar. 2012.

SOUZA, C. Z. V. G. Juventude e contemporaneidade: possibilidades e limites. *Última Década*, v. 12 n. 20, p. 47-69, 2004. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/pdf/udecada/v12n20/art03.pdf>. Acesso em: 26 out. 2018.

VYGOTSKY, L.S. *Formação Social da mente*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1988.

APÊNDICE 01: MODELOS DE TERMOS DE ASSENTIMENTO E CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE ASSENTIMENTO- TA

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa: Cidadania e políticas públicas: estímulo à participação dos jovens na dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE em uma Escola Estadual do Recôncavo Sul da Bahia. Neste estudo pretende-se verificar o impacto da implantação do projeto de intervenção sobre o tema: Políticas Públicas com foco no Programa Nacional da Alimentação Escolar-PNAE, junto aos discentes do 2º ano diurno de em Uma Escola Estadual do Recôncavo Sul da Bahia”. O motivo que nos leva a estudar esse assunto é estimular ao protagonismo juvenil, com propósito de fortalecer o controle social. Para este estudo adotada uma abordagem qualitativa, através de pesquisa ação, que consiste em atividade a serem desenvolvidas, com a parceria do pesquisador e o público-alvo da pesquisa (2º ano do Ensino médio da referida instituição). Para participar deste estudo, o responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de Assentimento- TA. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido (a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. Sua participação nesta pesquisa é voluntária, e não terá ônus e poderá receberá indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, caso o participante comprove que o pesquisador usou de má fé em realizar a pesquisa. (seção "IV.3" da e resolução 466/12). Será gerado duas cópias, sendo que o participante receberá uma delas e a outra ficará em posse da pesquisadora (seção IV.5, letra "d"; da resolução 466/12). Os participantes desta pesquisa (estudantes) responderão a dois questionários que terão a duração de 100 (cem minutos) cada um deles. Os questionários serão aplicados na fase inicial e final da pesquisa. A recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido (a) pela pesquisadora que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação. Com relação aos benefícios, este estudo visa contribuir para ampliar as discussões sobre a relevância de se criar novas estratégias de fortalecimento do protagonismo juvenil, como caminho para a construção do desenvolvimento local, através de políticas públicas construídas por aqueles que fazem história na ação, compreendendo que os direitos resultam de um processo social real e coletivo, o que reafirma a importância do povo em movimento. Esta pesquisa envolve os seguintes riscos: interferência na rotina dos sujeitos da pesquisa, ingerência na rotina escolar, pois a aplicação de questionário e a realização da entrevista poderá tomar o tempo dos sujeitos. Entretanto, como forma de minimizar/evitar tais riscos, algumas providências serão tomadas, a exemplo, de estabelecimento de locais privativos para a realização DAS ENTREVISTAS, definição de um tempo que não altere significativamente a sua rotina de trabalho e de um horário que lhe seja mais conveniente para agendamento da entrevista. Assim, como realização dos QUESTIONÁRIOS na própria sala de aula. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a permissão do responsável por você. Não haverá remuneração aos participantes. A presente autorização abrange os usos acima indicados tanto em mídia impressa - (livro, revista e/ou jornal), divulgação científica de pesquisas e relatórios, para arquivamento e formação de acervo histórico; sem qualquer ônus para a pesquisadora, para a UFRB (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia) ou os participantes que serão entrevistados. A pesquisadora responsável chama-se **Nilvania de Jesus Santos**, portadora do CPF:XXXXXXX, OAB XXXX-XX, pode ser encontrada na Fazenda Riachão, Zona, S/N, Varzedo-BA ou no telefone (XX) XXXXXXX. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 anos, APÓS FINALIZADA A PESQUISA". Vale ressaltar, que tanto o Projeto, quanto este Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) foram avaliados pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da UFRB. Este termo é composto de duas vias de igual conteúdo, sendo a primeira para arquivamento pelo pesquisador e a segunda do participante. O comitê de ética pode ser consultado exclusivamente para esclarecimentos éticos da pesquisa, de acordo o subtópico "VIII.2" do tópico "VIII –DOS COMITÊS DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

ATRIBUIÇÕES:" da resolução 466/12. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador responsável por esta pesquisa no endereço poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFRB, na Rua Rui Barbosa, 710, Campus Universitário, Centro, Cruz das Almas-BA, telefone (75) 3621-6850. Horário de funcionamento das 09:00-12:00 e das 13:00-16:00

Eu, _____, portador(a) do documento de Identidade _____ (se já tiver documento), fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Varzedo (BA), ____ de _____ de 20_____.

Assinatura do menor (a).

Assinatura da pesquisadora

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA MENORES DE IDADE

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa intitulada: **“Cidadania e Políticas públicas: estímulo à participação dos jovens na dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE em Uma Escola Estadual do Recôncavo Sul da Bahia”** desenvolvida pela mestrandia Nilvania de Jesus Santos sob a orientação da Prof^o. Dr. Alexandre Américo Almassy Junior docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Esta pesquisa objetiva Verificar os impactos da implantação do projeto de intervenção sobre o tema política públicas com foco ao Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, junto aos discentes do 2º ano do turno diurno do em um colégio Estadual do Recôncavo Sul da Bahia. Sua participação nesta pesquisa é voluntária, e não terá ônus e que receberá indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa (seção "IV.3" da resolução 466/12). Será gerado duas cópias, sendo que o participante receberá uma delas e a outra ficará em posse da pesquisadora (seção IV.5, letra "d"; da resolução 466/12). Os participantes desta pesquisa responderão a dois questionários que terão a duração de 100 (cem minutos) cada um deles. Um deles na fase inicial da pesquisa e outro no final. Na realização da entrevista com educadoras será utilizado recurso de áudio gravação para permitir uma fiel transcrição das falas, sendo necessária autorização prévia para uso deste recurso. Os resultados serão analisados e apresentados sem qualquer menção dos nomes dos (as) participantes, sendo garantido o anonimato. O relatório, com a análise dos dados da pesquisa, será devolvido à escola participante. O comitê de ética pode ser consultado exclusivamente para esclarecimentos éticos da pesquisa, de acordo o subtópico "VIII.2" do tópico "VIII – DOS COMITÊS DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP) ATRIBUIÇÕES:" da resolução 466/12. DOS RISCOS E BENEFÍCIOS" da resolução 466/12).Os riscos decorrentes de sua participação nesta pesquisa são: interferência na rotina dos sujeitos da pesquisa, ingerência na rotina escolar, pois a aplicação de questionário e a realização da entrevista poderá tomar o tempo dos sujeitos. Entretanto, como forma de minimizar/evitar tais riscos, algumas providências serão tomadas, a exemplo, de estabelecimento de locais privativos para a realização da entrevista, definição de um tempo que não altere significativamente a sua rotina de trabalho e de um horário que lhe seja mais conveniente para agendamento da entrevista. Assim, como realização dos questionários na própria sala de aula.

Esclarecemos que se você aceitar participar desta pesquisa estará contribuindo para verificar os impactos da implantação do projeto de intervenção sobre o tema política públicas com foco ao Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, junto aos discentes do 2º ano do turno diurno em uma Escola Estadual do Recôncavo Sul da Bahia. Ressaltamos ainda que, o (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa na participação desta pesquisa, e também não haverá nenhum tipo de pagamento ou gratificação financeira pela sua participação. Se depois de consentir com a sua participação o (a) Sr(a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo. As transcrições das entrevistas e os demais dados desta pesquisa ficarão sob os cuidados da pesquisadora responsável por um período de cinco anos, em arquivos pessoais, “APÓS FINALIZADA A PESQUISA”, ,segundo a letra "f" do décimo primeiro tópico da resolução 466/12. O comitê de ética pode ser consultado exclusivamente para esclarecimentos éticos da pesquisa, de acordo o subtópico "VIII.2" do tópico "VIII –DOS COMITÊS DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP) ATRIBUIÇÕES:" da resolução 466/12. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador responsável por esta pesquisa no endereço poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFRB, na Rua Rui Barbosa, 710, Campus Universitário, Centro, Cruz das Almas-BA, telefone (75) 3621-6850. Horário de funcionamento das 09:00-12:00 e das 13:00-16:00.

Eu, _____, RG nº _____, responsável legal por (*nome do menor*) _____, nascido(a) em ____/____/____, declaro ter sido informado (a) e concordo com a participação, do (a) meu filho (a) como participante, no Projeto de pesquisa “**Cidadania e Políticas públicas: estímulo à participação dos jovens na dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE em “Uma Escola Estadual do Recôncavo Sul da Bahia”**” e que fui informado sobre os objetivos, benefícios e riscos da pesquisa acima descrita e compreendi as explicações fornecidas. Por isso, concordo em meu filho (a) participar desta pesquisa, sabendo que ele(a) não vou ter retorno financeiro e que posso desistir de participar a qualquer tempo. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Cidade, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do(a) responsável ou representante legal do menor.

Assinatura da Pesquisadora Responsável.

APÊNDICE 02: QUESTIONÁRIO PARA DIAGNÓSTICO

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de um projeto de intervenção de Mestrado em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social, realizada pela Universidade Federal do Recôncavo Bahia. Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins da pesquisa. O questionário é anónimo, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o questionário. Não existem respostas certas ou erradas. Por isso lhe solicitamos que responda de forma espontânea e sincera a todas as questões. Na maioria das questões terá apenas de assinalar com um (X) a sua opção de resposta. Obrigado pela sua colaboração.

1. Qual a sua idade?

- Até 14 anos
- 15 anos
- 16 anos
- 17 anos
- De 18 a 20 anos Mais de 20 anos

2. Sexo:

Masculino Feminino

3. Como aluno você tem conhecimento dos seus direitos e deveres na escola?

sim não

Cite alguns: _____

4.) Você conhece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)?

sim não

5. Você participa de ações voltadas ao protagonismo estudantil?

Sim. Grêmio Escolar Sim Colegiado Escolar Sim.
Outros _____ Não

6. Você considera relevante participar das ações de acompanhamento do andamento escolar, como grêmios estudantis e colegiados escolares?

sim Não

Por quê?

7. O seu conhecimento sobre Políticas Públicas é:

Muito satisfatório satisfatório insatisfatório

8. Sabe o que são políticas educacionais?

sim não

9. Você considera que as políticas públicas são importantes para melhorias sociais?

sim não

10. Você conhece o que significa Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE?

sim Não

11. Se conhece, qual importância?

12. Você sabe como funciona a distribuição e acompanhamento da merenda escolar no município?

sim não

13. Sabe o que é o CAE (Conselho de Alimentação Escolar)?

sim não

14. Sabe como é a composição do CAE no município?

sim não

15. Se sabe, o que significa o CAE (Conselho de Alimentação Escolar), considera relevante sua atuação no município?

16. Sabe o valor direcionado a alimentação escolar por cada aluno?

Sim não

17. Sabe como é o procedimento da compra da merenda escolar?

Sim não

18. Já leu sobre as diretrizes, normas, entre outros documentos do Programa Nacional de Alimentação Escolar?

Sim não

19. Se leu as diretrizes, normas e outros documentos do Programa Nacional da Alimentação Escolar. Sabe se é obrigatório, nutricionistas para elaborarem o cardápio escolar nas escolas da rede municipal e estadual?

Sim não

APÊNDICE 03: ENTREVISTAS REALIZADAS PELOS JOVENS

COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO



Portaria 904 – D. O. 30 de Janeiro de 2002. U. E. 78030

Entrevistado (a) _____

Informações sobre a entrevista

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa da Escola Estadual Nossa Senhora da Conceição. Neste estudo pretende-se trazer informações sobre o Programa Nacional de Alimentação Escola no município e posteriormente elaboração de materiais para serem distribuídos na instituição. O motivo que nos leva a estudar esse assunto é estimular ao protagonismo juvenil, com propósito de fortalecer o controle social.

Sua participação nesta pesquisa é voluntária, e não terá ônus e poderá receberá indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, caso o participante comprove que o pesquisador usou de má fé em realizar a pesquisa.

Roteiro para Entrevista com Secretaria de educação de Varzedo-BA

1. A Senhora acredita que o PNAE é um programa importante no processo de aprendizagem? Por quê?
2. Quantos alunos são atendidos pelo PNAE no município?
3. Os recursos para esse programa são suficientes?
4. O município realiza a complementação dos recursos do PNAE?
5. Como é a aceitabilidade dos gêneros da agricultura familiar?
6. Como é feita a compra dos gêneros da agricultura familiar? Realiza a licitação ou dispensa de licitação?
7. O município possui nutricionista? Se sim, como este (a) realiza a composição do cardápio observando as normas do PNAE?
8. Em algum momento houve a falta de alimentos para a merenda escolar? Se sim, quais motivos?
9. Você considera a merenda escolar de qualidade? Por quê?
10. O CAE é atuante no município? Como é a composição desse conselho?
11. Há merenda todos os dias? Segue o cardápio estabelecido pela nutricionista?
12. O PNAE é acompanhado pela sociedade? Se sim, de que forma?
13. Com que frequência faz visitas nas escolas para observar a qualidade da merenda escolar?
14. O que é feito caso haja denúncias sobre a merenda escolar?
15. Quem fazem parte do CAE no município?

COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO



Portaria 904 – D. O. 30 de Janeiro de 2002. U. E. 78030

Entrevistado (a) _____

Informações sobre a entrevista

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa da Escola Estadual Nossa Senhora da Conceição. Neste estudo pretende-se trazer informações sobre o Programa Nacional de Alimentação Escola no município e posteriormente elaboração de materiais para serem distribuídos na instituição. O motivo que nos leva a estudar esse assunto é estimular ao protagonismo juvenil, com propósito de fortalecer o controle social.

Sua participação nesta pesquisa é voluntária, e não terá ônus e poderá receber indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, caso o participante comprove que o pesquisador usou de má fé em realizar a pesquisa.

Roteiro par entrevista com diretor da escola estadual Nossa Senhora da Conceição.

1. O senhor acredita que o PNAE é um programa importante no processo de aprendizagem? Por quê?
2. Quantos alunos são atendidos pelo PNAE na escola?
3. Os recursos para esse programa são suficientes?
4. O município realiza a complementação dos recursos do PNAE?
5. Como é a aceitabilidade dos gêneros da agricultura familiar?
6. Como é feita a compra dos gêneros da agricultura familiar? Realiza a licitação ou dispensa de licitação?
7. A escola tem acompanhamento de nutricionista? Se sim, como este (a) realiza a composição do cardápio observando as normas do PNAE?
8. Em algum momento houve a falta de alimentos para a merenda escolar? Se sim, quais motivos?
9. Você considera a merenda escolar de qualidade? Por quê?
10. Como é realizada o monitoramento e fiscalização dos recursos e qualidade do PNAE?
11. O que é feito caso haja denúncias sobre a merenda escolar?
12. Já houve a falta de alimentos da agricultura familiar para os alunos?

COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO



Portaria 904 – D. O. 30 de Janeiro de 2002. U. E. 78030

Entrevistado (a) _____

Informações sobre a entrevista

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa da Escola Estadual Nossa Senhora da Conceição. Neste estudo pretende-se trazer informações sobre o Programa Nacional de Alimentação Escola no município e posteriormente elaboração de materiais para serem distribuídos na instituição. O motivo que nos leva a estudar esse assunto é estimular ao protagonismo juvenil, com propósito de fortalecer o controle social.

Sua participação nesta pesquisa é voluntária, e não terá ônus e poderá receberá indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, caso o participante comprove que o pesquisador usou de má fé em realizar a pesquisa.

Roteiro par entrevista para merendeiras do município (Escolas visitadas Gilberto I, Gilberto II e Escola Zenaide

1. Você considera a merenda escolar de qualidade? Por quê?
2. A quantidade dos gêneros alimentícios é suficiente?
3. Quantos alunos são atendidos pela merenda escolar?
4. É ofertado curso de formação (manuseios dos alimentos , higiene) ? Qual o (Tempo)?
5. Os alunos acetam bem os alimentos da agricultura familiar?
6. Como é armazenado os alimentos? Existem locais adequados?
7. O que é feito com as sobras dos alimentos?
8. Para você o PNAE é importante?
9. Há merenda todos os dias? Segue o cardápio estabelecido pela nutricionista?
10. Você sabe quantos alunos comumente consomem a merenda na escola?

COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO



Portaria 904 – D. O. 30 de Janeiro de 2002. U. E. 78030

Entrevistado (a) _____

Informações sobre a entrevista

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa da Escola Estadual Nossa Senhora da Conceição. Neste estudo pretende-se trazer informações sobre o Programa Nacional de Alimentação Escola no município e posteriormente elaboração de materiais para serem distribuídos na instituição O motivo que nos leva a estudar esse assunto é estimular ao protagonismo juvenil, com propósito de fortalecer o controle social.

Sua participação nesta pesquisa é voluntária, e não terá ônus e poderá receberá indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, caso o participante comprove que o pesquisador usou de má fé em realizar a pesquisa.

Roteiro par entrevista para merendeiras da Escola Estadual Nossa Senhora da Conceição

1. Você considera a merenda escolar de qualidade? Por quê?
2. A quantidade dos gêneros alimentícios são suficientes?
3. Quantos alunos são atendidos pela merenda escolar?
4. É ofertado curso de formação (manuseios dos alimentos , higiene) ? Qual o (TEMPO)?
5. Os alunos acetam bem os alimentos da agricultura familiar?
6. Como é armazenado os alimentos? Existem locais adequados?
7. O que é feito com as sobras dos alimentos?

8. Para você o PNAE é importante?
9. Você sabe quantos alunos comumente merenda na escola?
10. A quantidade de gêneros alimentícios é suficientes para os alunos?

COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO



Portaria 904 – D. O. 30 de Janeiro de 2002. U. E. 78030

Entrevistado (a) _____

Informações sobre a entrevista

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa da Escola Estadual Nossa Senhora da Conceição. Neste estudo pretende-se trazer informações sobre o Programa Nacional de Alimentação Escola no município e posteriormente elaboração de materiais para serem distribuídos na instituição. O motivo que nos leva a estudar esse assunto é estimular ao protagonismo juvenil, com propósito de fortalecer o controle social.

Sua participação nesta pesquisa é voluntária, e não terá ônus e poderá receber indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, caso o participante comprove que o pesquisador usou de má fé em realizar a pesquisa.

Roteiro par entrevista para membros do CAE no município

1. Considera o PNAE relevante para o município? Por quê?
2. Como é feito a fiscalização do PNAE?
3. Fazem visitas nas escolas para observar a qualidade da merenda escolar? Se sim, qual a periodicidade?
4. Há denúncias sobre a merenda escolar. Se sim, o que o Conselho tem feito?
5. As prestações de contas sempre foram aprovadas? Ou em algum momento, houve a reprovação?
6. Há distribuição da merenda todos os dias?
7. A merenda escolar segue o cardápio proposto pela nutricionista?
8. Você sabe quantos alunos comumente merenda na escola?

COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO



Portaria 904 – D. O. 30 de Janeiro de 2002. U. E. 78030

Entrevistado (a) _____

Informações sobre a entrevista

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa da Escola Estadual Nossa Senhora da Conceição. Neste estudo pretende-se trazer informações sobre o Programa Nacional de Alimentação Escola no município e posteriormente elaboração de

materiais para serem distribuídos na instituição O motivo que nos leva a estudar esse assunto é estimular ao protagonismo juvenil, com propósito de fortalecer o controle social.

Sua participação nesta pesquisa é voluntária, e não terá ônus e poderá receberá indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, caso o participante comprove que o pesquisador usou de má fé em realizar a pesquisa.

Roteiro par entrevista para nutricionista

1. Como é feita a seleção dos alimentos para a merenda escolar?
2. Há boa aceitabilidade de gêneros da agricultura familiar? Por quais motivos?
3. Quantos alunos são atendidos com a merenda escolar?
4. Quais desafios na composição do cardápio escolar?
5. Considera O PNAE um programa relevante para a aprendizagem? Por quê?
6. Há merenda todos os dias? Segue o cardápio estabelecido pela nutricionista.

COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO



Portaria 904 – D. O. 30 de Janeiro de 2002. U. E. 78030

Entrevistado (a) _____

Informações sobre a entrevista

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa da Escola Estadual Nossa Senhora da Conceição. Neste estudo pretende-se trazer informações sobre o Programa Nacional de Alimentação Escola no município e posteriormente elaboração de materiais para serem distribuídos na instituição O motivo que nos leva a estudar esse assunto é estimular ao protagonismo juvenil, com propósito de fortalecer o controle social.

Sua participação nesta pesquisa é voluntária, e não terá ônus e poderá receberá indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, caso o participante comprove que o pesquisador usou de má fé em realizar a pesquisa.

Roteiro par entrevista para nutricionista do município

1. Sabe o que é PNAE?
2. Considera importante a merenda escolar? Por quê?
3. Todos os dias tem merenda escolar?
4. A distribuição dos alimentos segue o cardápio publicado pela nutricionista?
5. Gosta de alimentos da agricultura familiar?

COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO



Portaria 904 – D. O. 30 de Janeiro de 2002. U. E. 78030

Entrevistado (a) _____

Informações sobre a entrevista

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa da Escola Estadual Nossa Senhora da Conceição. Neste estudo pretende-se trazer informações sobre o Programa Nacional de Alimentação Escola no município e posteriormente elaboração de materiais para serem distribuídos na instituição. O motivo que nos leva a estudar esse assunto é estimular ao protagonismo juvenil, com propósito de fortalecer o controle social.

Sua participação nesta pesquisa é voluntária, e não terá ônus e poderá receber indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, caso o participante comprove que o pesquisador usou de má fé em realizar a pesquisa.

Perguntas para alunos da rede estadual e municipal

1. Qual sua opinião sobre a merenda escolar?
() ruim () boa () ótima
2. Você acha a alimentação escolar fornecida na escola importante?
() Sim () Não
3. Você conhece quanto de dinheiro (valor por aluno) é destinado para a alimentação escolar?
4. Você acha que uma solução para melhorar a alimentação escolar, seria a construção de hortas na escola?
5. Você acha que a merenda fornecida na escola, atende os requisitos nutricionais previsto no PNAE?
6. Você acha que a merenda escolar está sendo útil para o seu aprendizado?

COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO



Portaria 904 – D. O. 30 de Janeiro de 2002. U. E. 78030

Entrevistado (a) _____

Informações sobre a entrevista

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa da Escola Estadual Nossa Senhora da Conceição. Neste estudo pretende-se trazer informações sobre o Programa Nacional de Alimentação Escola no município e posteriormente elaboração de materiais para serem distribuídos na instituição. O motivo que nos leva a estudar esse assunto é estimular ao protagonismo juvenil, com propósito de fortalecer o controle social.

Sua participação nesta pesquisa é voluntária, e não terá ônus e poderá receber indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, caso o participante comprove que o pesquisador usou de má fé em realizar a pesquisa.

Roteiro para Entrevista Poder legislativo (vereadores)

1. O Senhor acredita que o PNAE é um programa importante no processo de aprendizagem? Por quê?
2. Sabe quantos alunos são atendidos pelo PNAE no município?
3. Sabe se os recursos para esse programa são suficientes?

4. Em algum momento houve a falta de alimentos para a merenda escolar? Se sim, sabe por quais motivos?
5. Você considera a merenda escolar de qualidade? Por quê?
6. Com que frequência faz visitas nas escolas para observar a qualidade da merenda escolar?
7. O que é feito caso haja denúncias sobre a merenda escolar?
8. Como o poder legislativo pode atuar para melhorar a merenda escolar no município?

APÊNDICE 04: QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO

QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de um Plano de intervenção de Mestrado em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social, realizada pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins da pesquisa. O questionário é anónimo, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o questionário. Não existem respostas certas ou erradas. Por isso lhe solicitamos que responda de forma espontânea e sincera a todas as questões. Na maioria das questões terá apenas de assinalar com um (X) a sua opção de resposta. Obrigado pela sua colaboração.

1. Atualmente seu conhecimento sobre políticas públicas é:
() satisfatório () razoável () ruim
2. Participaria do grêmio estudantil, colegiado escolar ou outros mecanismos de controle social?
Sim () não () Talvez ()
3. Conhece a composição do CAE no município?
() sim () não
4. Considera o CAE importante como mecanismo de controle social da merenda escolar no município?
() Sim () Não
5. Sabe qual o valor direcionado por cada aluno para o PNAE?
() sim () não
6. Você considera que no município de Varzedo-BA a gestão do programa Nacional de Alimentação Escolar ocorre de forma eficiente? Por quê?
7. O que entende sobre PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)?
8. O projeto de intervenção contribui para ampliar a compreensão sobre o PNAE? Se sim, por quê?
9. Existe alguma fragilidade na gestão do PNAE no município?
() sim () não
10. Você considera, importante exercer o controle social por parte da sociedade civil?
() sim () não
11. Sabe o valor direcionado a alimentação escolar por cada aluno?
() Sim () não
- 12.. Sabe como é o procedimento da compra da merenda escolar?
() Sim () não

13. Considera seu conhecimento sobre as diretrizes, normas, entre outros documentos do programa Nacional de Alimentação Escolar?

() bom () ruim () regular

14. Se leu, as diretrizes, normas e outros documentos do Programa Nacional da Alimentação Escolar. É obrigatório, nutricionistas para elaborarem o cardápio escolar nas escolas da rede municipal e estadual?

() Sim () não

APÊNDICE 05: ROTEIRO DA RÁDIO CENSC

ROTEIRO DA RÁDIO CENSC

Queridos amigos, professores, funcionários do CENSC, mais uma vez entra em cena a Radio CENSC

Quem irá apresentar a rádio hoje é _____ e _____

Locutor 1. O que iremos falar hoje?

Locutor 2. Falaremos do nosso lindo projeto que desenvolvido nesta unidade.

Locutor 1. Pois é trabalhamos com o tema política pública, com enfoque ao Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE.

Locutor 2. Será que os ouvintes sabem, o que é o PNAE?

Locutor 1. O PNAE é um programa de assistência financeira suplementar com vistas a garantir no mínimo uma refeição diária aos alunos beneficiários. Contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricionais e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais. Estou já sentindo fome, e a merenda hoje será o que?

Locutor 2. Pois é, eu também já estou sentindo aquela fome.

Aprendemos no projeto que com o PNAE são atendidos pelo programa os alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público.

Locutor 1. Aprendemos também que temos um papel na busca de que esse recurso seja bem utilizado. O nosso papel é monitorar, acompanhar esses recursos. E que existe um órgão responsável por isso, o CAE.

Locutor 2. É mesmo! O CAE é um órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, instituído no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, composto por, no mínimo, 7 (sete) membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo, representantes do Poder Executivo, trabalhadores da educação e discentes, entidades civis e pais de alunos.

E agora gente, vamos curtir o nosso intervalo, e ouvindo aquela música que vocês gostam

Locutor: Hora do intervalo

E vamos ouvir a musica....

Locutor 1. Agora vamos de curiosidades:

- Você sabia que o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino. Escolas indígenas e quilombolas ganham por aluno R\$ 0,64;
- Você sabia que o Município de Varzedo-BA atende 1.565 alunos com a merenda escolar;
- Você sabia que através da Lei nº 11.947, de 16/6/2009, 30% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades.

Locutor 2- Pois é, fiquem ligados!

Estamos chegando ao fim, do nosso momento rádio CENSC.

Para maiores informações sobre o PNAE acessar o site: www.fnde.gov.br. e para saber como foi realizado o projeto da I unidade: Cidadania e Políticas Públicas: Estímulo ao protagonismo juvenil no CENSC- Colégio Estadual Nossa Senhora da Conceição. Acesse: nossas redes sociais: <https://www.facebook.com/CENSC-430520511050627/>. Vai lá galera no facebook do CENSC

Locutor 1. Vamos de música!